

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA
AGRÁRIA - INCRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO ACRE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA
AGRÁRIA - INCRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO ACRE

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Rio Branco (AC),

Sumário

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual.....	6
2. Objetivos e metas institucionais.....	7
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	7
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	9
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade.....	12
2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais.....	12
2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária...	13
2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais.....	20
2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária.....	28
2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária.....	32
2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	37
2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária.....	38
2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento.....	39
2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento.....	44
2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol.....	49
2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento.....	51
2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária. .	57
2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.....	59
2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas.....	63
2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	68
2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas	69
2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.....	71
2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural.....	75
2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional.....	77
2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais.....	80
2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas.....	82
2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas.....	84

2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	86
2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário.....	88
2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	89
2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas.....	94
2.3.5.3 Ação 4304 – Mediação de Conflitos Agrários.....	99
2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola.....	101
2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.....	102
2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos.....	104
2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo.....	105
2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo.....	106
2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social.....	108
2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.....	110
2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	113
2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar.....	115
2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados.....	116
2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	120
2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	122
2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade.....	123
2.3.9.2 Ação 2003 - Ações de Informática.....	126
2.4 Desempenho Operacional.....	127
2.4.1. Programação Orçamentária.....	131
2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias (UO).....	131
2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes.....	131
2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital.....	131
2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.....	131
2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	132
2.4.2 Execução Orçamentária.....	136
Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	136
2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação	136
2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	137

2.4.3. Evolução de Gastos Gerais.....	139
2.4.5. Indicadores de Desempenho.....	140
3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos.....	141
3.1 Composição dos Recursos Humanos.....	141
3.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos.....	141
3.1.2 Composição e custos de Recursos Humanos.....	142
3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra.....	142
3.3 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir.....	144
3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos.....	145
4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	147
5. Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	148
6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício.....	149
7. Previdência Complementar Patrocinada.....	152
8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos.....	153
9. Renúncias tributárias.....	154
10. Operações de fundos.....	155
11A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno.....	156
11B. Determinações e recomendações do TCU.....	157
12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.....	159
13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV.....	160
14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.....	161
15. Informações Contábeis da Gestão.....	167
16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins.....	168

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional do INCRA no Estado do Acre			
Denominação abreviada: INCRA/SR(14)AC			
Código SIORG: 1799	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373015	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia do Poder Executivo			
Principal Atividade: Organização Agrária		Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones/Fax de contato:	Pabx (068) 3214-3000	Telefones (068) 3214 3013/3035/4380	Fax: (068) 3223 1134
Endereço eletrônico: carlos.paz@rbo.incra.gov.br			
Página da Internet: http://www.incra.gov.br			
Endereço Postal: Rua Santa Inês, nº 135 – Bairro Aviário - C.E.P: 69.907-330 - Rio Branco (AC)			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, teve sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 5.735, de 27 de março de 2006 (com nova redação dada pelo Decreto nº 6.812, de 03 de abril de 2009).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei 11.952, de 25 de junho de 2009 – cria a Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
373016	Unidade Avançada Alto Juruá		
373017	Unidade Avançada Alto Purus		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
37201	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
373001	373015		

2. Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

A criação do Incra há 39 anos teve como principal objetivo a promoção da reforma agrária por meio do ordenamento territorial, da democratização do acesso à terra e do desenvolvimento rural brasileiro. Por reforma agrária entende-se um conjunto de medidas jurídico-econômicas que buscam a desconcentração da propriedade privada de terras cultiváveis para torná-las produtivas. De sua implantação, deve resultar o aumento da produção agrícola, a ampliação do mercado interno e a melhoria da qualidade de vida das populações rurais.

A concentração de terras em mãos de poucos tem sido o maior entrave à justiça social no campo em quase todos os Estados do Brasil. No Acre não é diferente. Esta problemática remonta ao século XIX, na instalação dos primeiros seringais e nos anos 1970 e 80 com a política de incentivos para a ocupação da Amazônia, com o recrudescimento da grilagem. Por isso, entre as atribuições da Superintendência Regional do Acre - SR.14/AC, destacam-se ações como arrecadação de terras públicas, desapropriação e aquisição de propriedades privadas, sua destinação e regularização, e assentamento de famílias produtoras. Isto, aliado às políticas públicas adequadas, busca gerar renda e inclusão social, melhorar os serviços sociais básicos no campo e promover a cidadania, numa zona rural fortemente caracterizada pela pobreza, a desassistência e o isolamento.

Dentro desse contexto, a SR.14/AC propõe-se, por meio de seus programas e ações, à operacionalização de forma estratégica para a promoção do desenvolvimento territorial, de modo a contribuir para a elevação das condições de vida e de cidadania de milhares de brasileiros que vivem no Acre, na zona rural, respeitando sua identidade cultural e social.

Desse modo, programas como PRONERA, Crédito Instalação, Assessoria Técnica, Social e Ambiental e outros consistem em práticas que se devem refletir na formação e na melhoria da condição humana. Funcionam com a perspectiva de criar possibilidades para se descobrir e reinventar, democraticamente, relações solidárias e responsáveis no processo de reorganização socioterritorial e ambiental e meios economicamente rentáveis. Surge aí a necessidade de uma reforma agrária comprometida com o presente e o futuro das comunidades do campo.

E diante da degradação ambiental, um novo desafio à reforma agrária no Acre se impõe: descobrir formas viáveis e práticas de organização territorial e regularização fundiária fundamentadas na realidade inseparável do homem com o meio natural, neste caso, a floresta e todos os seus componentes. Ou seja, uma reforma agrária que adote como ponto de partida a realidade sócioambiental, baseada na gestão participativa, em que as comunidades partilham ações com o poder público, no sentido de melhorar a qualidade de vida através de práticas adequadas de exploração e conservação dos recursos naturais.

No Acre, o isolamento, as dificuldades de deslocamento e acesso, a concentração fundiária e a predisposição agropecuária impulsionada pela política dos anos 70 transformam a reforma agrária numa conquista diária. Para o trabalhador rural ribeirinho, castanheiro, agricultor, pescador, isso significa ter a propriedade da terra e dela tirar o sustento da família. Para que isso ocorra, porém, é necessário rever a precariedade dos assentamentos, onde a infraestrutura viária é praticamente descartável, a população rural vive em más condições de higiene e alimentação, os processos de irrigação, fertilização e recuperação do solo são desconhecidos, o analfabetismo ainda persiste e inexistem escolas técnico-agroflorestais.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

No Acre, da década de 1970 até 2009, o Incra criou 110 Projetos de Assentamento de várias modalidades - Projetos de Assentamento Dirigido ou de Colonização - PAD/PC, Projetos de Assentamento Agroextrativistas - PAE, Projetos de Desenvolvimento Sustentável - PDS e Projetos de Assentamento Florestal - PAF e reconheceu mais 36 Reservas Extrativistas e Florestas Nacionais do Ibama, Florestas e Polos do Governo do Estado e Projetos Casulos Municipais em aproximadamente 5,5 milhões de hectares. São pouco mais de 30 mil famílias assentadas, somando cerca de 150 mil pessoas.

Aliado a isso, promoveu a regularização fundiária de milhares de pequenas, médias e grandes propriedades rurais que não se tornaram assentamentos e a discriminação de vastas áreas do território acriano. Ações que haviam sofrido interrupções em função das recomendações ditas pelos Programas Nacionais de Reforma Agrária e foram retomadas em 2009.

Neste ano, o Programa Terra Legal – estruturado a partir da Medida Provisória nº 458, de fevereiro de 2009, que foi convertida na Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009 – possibilitou o recomeço do processo de discriminação e regularização de terras na Amazônia Legal, nas zonas rural e urbana. No Acre, o Programa deve reconhecer os 15.258.140 hectares que compõem a área do Estado, por meio do recurso da regularização fundiária, do georreferenciamento e da inserção dos imóveis no Sistema Nacional de Cadastro Rural.

Portanto, entre as ações do Incra e do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Estado incluem-se a criação e o reconhecimento de assentamentos e a regularização fundiária de propriedades particulares, de forma a promover a reforma da estrutura fundiária do Acre. Para isso, promovem, por meio de articulação interinstitucional e parcerias com diversas instituições e entidades, pesquisa e revisão cartorial, vistorias e avaliações de imóveis rurais, requerimento de licenças ambientais prévias junto aos órgãos competentes e georreferenciamento e titulação de imóveis. Visam implementar seus programas e ações, entre os quais o de Assentamento de Trabalhadores Rurais, Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Desenvolvimento Sustentável do Assentamento, cujas práticas devem resultar no ordenamento fundiário do Estado, na democratização do acesso à terra e no desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental das famílias assentadas e produtores rurais em geral.

Para o Incra, a reforma agrária não se restringe à aquisição e à redistribuição da terra. Por isso, as ações da Superintendência se voltam para o desenvolvimento rural sustentável, buscando

formas de manejo sustentável dos recursos florestais e estimulando a criação de projetos de exploração coletiva. Entre estes, os Projetos de Assentamento Agroextrativistas-PAE, os Projetos de Assentamento Florestais-PAF e os Projetos de Desenvolvimento Sustentável-PDS, cujos ocupantes não recebem título de domínio, mas concessão de uso, que visam regularizar a posse da terra pelas famílias ribeirinhas tradicionais, inibindo a grilagem de terras públicas, a reconcentração ilegal e o avanço da pecuária e estimulando a exploração racional dos recursos naturais. Em parcerias com as comunidades assentadas e órgãos ambientais, são implementados projetos de reflorestamento e recuperação ambiental, com apoio a atividades de baixo impacto ambiental, e construídos centros de divulgação ambiental, além de elaborados Planos de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento-PDSA e Planos de Uso, para melhor orientar as atividades produtivas.

Contudo, a continuação do atendimento às determinações do Tribunal de Contas da União-TCU (Acórdão nº 2633/2007), que exigiu o licenciamento ambiental de todos os assentamentos, e da Controladoria Geral da União-CGU, que bloqueou o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária-SIPRA para revisão da situação dos beneficiários incompatíveis com o Programa Nacional de Reforma Agrária e gerou a Norma de Execução/INCRA/DT/nº 70/2008 novamente atrasaram ações como de obtenção de terras e georreferenciamento. As atividades da NE nº 70 e de licenciamento ambiental continuaram concentrando muitos esforços e servidores durante todo o ano de 2009, devendo estender-se por 2010.

Como qualquer intervenção no Sipra tem reflexo em quase todas as ações do Incra, os Programas Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária e Assistência Técnica, Social e Ambiental e algumas de suas ações ficaram comprometidas, principalmente a Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas. Para o desenvolvimento dos Projetos de Assentamento, utilizam-se estratégias como a formalização de parcerias institucionais com outros órgãos e entidades, contratação de empresas especializadas, articulação interinstitucional para o implemento de infraestrutura como demarcação de área, construção de estradas de acesso, instalação de redes de energia elétrica convencional e alternativa (Programa Luz para Todos), construção de moradias e outros empreendimentos de apoio ao produtor familiar.

No caso do Crédito Instalação houve ainda a vistoria de muitos processos de concessão pela CGU, evidenciando uma necessidade urgente de revisão intensiva dos processos antigos e novos, que deve se estender por vários meses. Alie-se a isto as dificuldades de acesso aos Projetos no verão ou no inverno dependendo da localização do Projeto de Assentamento. Como há muitos processos em andamento, propõe-se a realização de mutirões no setor, no decorrer de 2010,

com abrangência na sede e nas unidades do interior para reorganização geral, com possível digitalização dos processos.

A Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, que coordena essas ações, deve ser uma das beneficiadas com a construção do novo prédio da SR.14/AC, em andamento, que é uma das realizações de destaque da Divisão de Administração. Os trabalhos estão sendo encaminhados e têm o término previsto para o primeiro semestre de 2010.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso à terra.

Gerente do programa: Celso Lisboa de Lacerda

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: João Ricardo de Oliveira, chefe da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento – SR(14)T.

Indicadores ou parâmetros utilizados: Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária;

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Principais Ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família	2.320	1.258	2.011	54,2

Fonte: LOA/PPA (2008-2011)/Caderno de Metas 2009-2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
92.900,00	154.900,00	154.810,72	99,9	153.981,72	99,4	153.981,72	99,4

Fonte: Caderno de Metas 2009/SIAFI

Esta ação é tida como resultado final das demais ações dentro do Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais, uma vez que as famílias cadastradas e selecionadas são aquelas beneficiadas pelos imóveis vistoriados e efetivamente obtidos e destinados ao Programa de Reforma agrária no decorrer da gestão. A ação em questão tem como indicador final o número de famílias assentadas. Por sua vez, o indicador demonstra realmente a execução das metas de assentamento. Pois expressa o número de famílias assentadas em áreas desapropriadas, adquiridas, arrecadadas, reconhecidas, lotes retomados ou vagos em projetos já criados e também famílias assentadas em terras providas de outras formas de obtenção (Sistema de Informações Rurais – SIR / <http://sir.incra.gov.br/incra/>).

Os trabalhos desta ação são desempenhados pelo Serviço de Implantação de Projetos de Assentamento, assessorados por Técnicos lotados na Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, dada a falta de capacidade operacional do referido setor responsável. Ademais, devido a esse suporte, a Divisão de Obtenção de Terras não tem encontrado limitações determinantes na execução desta ação, haja vista as estratégias de atuação que iniciam na vistoria do imóvel, delegando ao Sindicato de Trabalhadores Rurais do município de inserção dos imóveis pretensos ao Programa de Reforma Agrária parte da responsabilidade pelo levantamento e identificação preliminar das famílias que podem concorrer às vagas nos futuros assentamentos criados.

Dentro da perspectiva de execução para a referida ação colocada pela Programação Operacional (PO 2009) do INCRA, a Superintendência Regional do INCRA tinha como meta física o cadastramento, seleção e homologação de 2.320 famílias, sendo disponibilizado para tal execução o montante financeiro de R\$ 92.900,00. Em relação aos recursos efetivamente empenhados e liquidados, o montante atingiu a cifra de R\$ 153.981,72 devido a ocorrência de implementação orçamentária para execução das atividades. Outrossim, como em anos anteriores, também houve necessidades circunstanciais que condicionaram o uso do recurso para outras finalidades que não aquelas previstas como finalísticas da ação.

Há que se esclarecer que estas ações, que de certa forma desvirtuaram a finalidade do recurso, são, por sua vez, ações não previstas, mas que se fizeram necessárias para a implementação desta a que se refere o recurso. Exemplo do exposto foi a determinação imposta pela Controladoria Geral da União- CGU, que originou o expediente interno Norma de Execução/INCRA/DT/Nº 70/2008, que disciplina os procedimentos operacionais para identificar e corrigir inconsistências referentes aos critérios de elegibilidade na seleção de beneficiários do Programa de Reforma Agrária, que consumiu praticamente todo recurso da ação em questão.

Com base nos resultados expressos nas tabelas acima, fica aparente que a unidade executora liquidou praticamente todo o recurso para a finalidade proposta, o que não se confirma conforme acima arguido.

Segundo recomendações da Coordenação de Monitoramento e Avaliação da Gestão – DEA, no caso da ação em questão, a unidade a ser utilizada na tabela de metas e resultados da ação no exercício é o número real de famílias assentadas, no caso 1.258 famílias. Porém, foi executado um número de inscrições/cadastro de famílias superior ao número real de famílias assentadas no vigente ano calendário, haja vista as limitações de vagas em Projetos Criados e/ou Reconhecidos no ano de 2009.

Além disso, utilizando-se esse método de análise, deixam de ser computados trabalhos que realmente foram executados, como aquele de cadastramento e/ou inscrições de famílias que, apesar de candidatas, não foram, por quaisquer motivos, incluídas no Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA e nas metas de 2009. É o caso também daquelas cadastradas que pretendem lotes em áreas que estão em processo de obtenção em estágio avançado de trâmite. Da mesma forma, juntamente como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, foram também executadas outras atividades pertinentes a ação, com o objetivo de identificar a real demanda de famílias que pretendem ser beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária por município do Estado (Ordem de Serviço/INCRA/SR/14/AC/Nº 20/2009).

Utilizando as recomendações da Portaria CGU Nº 2270, de 4 de novembro de 2009, e da Coordenação de Monitoramento e Avaliação da Gestão – DEA, para o procedimento do cálculo dos indicadores de eficiência da gestão, pode-se notar que a implementação financeira da ação alcançou a margem de 60% a mais da provisão orçada na PO, pelos fatos já narrados. Este índice indica, segundo as definições dos normativos, que os gastos operacionais foram superiores aos orçados na Programação Operacional, ou que houve um gasto superior ao proposto para a execução da ação.

Em relação ao cálculo dos indicadores que descreva a eficácia da ação em relação a meta final, foi alcançado um resultado de 54,2%, índice que indica que as metas propostas pela ação não foram cumpridas conforme a Programação Operacional anual.

A distribuição das metas atingidas, ou do indicador final famílias assentadas, pode ser discriminadas da seguinte forma:

- 505 famílias assentadas em projetos criados até o ano de 2008;
- 465 famílias assentadas em projetos criados no ano de 2009; e

- 288 famílias assentadas em projetos reconhecidos pela Superintendência.

Os dados expressam claramente que os trabalhos desenvolvidos que finalizaram com assentamentos de famílias em projetos antigos e também em áreas onerosas foram os que expressaram os melhores resultados ou que mais contribuíram com as metas alcançadas. É importante mencionar que estas atividades demandam grande quantidade de recursos, haja vista as dificuldades de deslocamento, logística e demanda de pessoal.

Em relação aos trabalhos desenvolvidos junto aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, no sentido de identificar a real demanda por município de candidatos ao Programa de Reforma Agrária, foram realizados 1.267 cadastros de famílias, com o preenchimento de questionários sócio-econômicos de cada família pretendente. Cabe esclarecer que estes dados ainda não deram entrada no Sistema de Informação dos Projetos de Reforma Agrária – SIPRA, por este não vincular dados de candidatos por município do Estado, mas somente vinculados por imóveis em processo de obtenção. Da mesma forma, são dados preliminares que mostram apenas informações de 5 municípios do Estado que compreendem a Regional do Alto Acre, sendo o ato proposto para todo o território do Acre, que por sua vez é compreendido por 22 municípios.

Em relação a determinação imposta pela Controladoria Geral da União, referente ao expediente interno Norma de Execução/INCRA/DT/Nº 70/2008, vale salientar que, na gestão de 2009, foram identificados 2.687 lotes ou beneficiários com pendências. Deste montante, foram efetivamente realizadas 1.609 notificações em 120 Projetos de Assentamento, atividades nas quais foi despendida a maior parte do recurso da ação em questão (SIPRA – Relatório Gerencial – Fases Administrativas NE 70 – RB-I – Por SR) .

Por fim, numa análise simples e coerente dos índices calculados indicados pelos normativos, pode-se perceber um quadro de baixa eficiência e eficácia atingida pela unidade executora na realização da ação se comparada a meta executada com aquela proposta pela programação de 2009. O baixo desempenho é justificado por tudo já elencado na ação 8387 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais.

Abaixo seguem quadros demonstrativos dos trabalhos executados que contribuíram efetivamente com a meta proposta para o ano calendário.

ASSENTAMENTOS REALIZADOS EM 2009 (EM PROJETOS CRIADOS ATÉ 2008)

MUNICÍPIO	PROJETO / POLO / FLORESTA / RESEX	ÁREA (HA)	CAPAC ASSENT.	FAMÍLIAS ASSENT. EM 2009	TOTAL FAM. ASSENT. ATÉ 2009
SENA MADUREIRA	PAD BOA ESPERANÇA	80.150,9470	1.076	10	978
	PAE RIOZINHO	30.381,6170	77	1	74
	PA ORIENTE	5.650,0000	108	1	107
	PA JOAQUIM DE MATOS	5.239,6580	166	6	161
	PAF VALENCIA	20.183,0000	100	1	100
	PA JOÃO BATISTA	3.158,0000	101	1	101
	PDS WILSON LOPES	15.826,0000	315	17	308
SUBTOTAL				37	
MANUEL URBANO	PAR ALELUIA	18.300,0000	274	13	134
	PA LIBERDADE	27.393,0000	505	25	449
SUBTOTAL				38	
FEIJÓ	PA ENVIRA	5.762,2930	239	10	226
	PA BERLIM RECREIO	24.415,1650	519	10	513
SUBTOTAL				20	
TARAUACÁ	PA NOVO DESTINO	27.749,4700	360	11	327
	PA TARAUACÁ	13.093,2580	294	2	284
	PA TAQUARI	56.950,8530	142	10	138
SUBTOTAL				23	
ACRELÂNDIA	PAE PORTO DIAS	24.348,9300	98	2	97
	PA CUMARU	5.970,3890	81	1	81
	PDS PORTO LUÍS I	9.506,3880	400	80	359
SUBTOTAL				83	
BRASILÉIA	PAE SANTA QUITÉRIA	43.858,9120	300	3	292
	PA TRÊS MENINAS	1.520,0000	61	2	61
	PA FORTALEZA	1.000,0000	40	9	33
SUBTOTAL				14	
PORTO ACRE	PA CAQUETÁ	17.631,9230	611	2	608
	PA TOCANTINS	24.386,0550	489	2	482
	PA PORTO ALONSO	9.126,4350	166	4	166
SUBTOTAL				8	
CRUZEIRO DO SUL	PAD SANTA LUZIA	57.219,6650	898	6	893
	PA NARCISO ASSUNÇÃO	4.306,2060	102	1	102
	PA PEDRO FIRMINO	6.405,4100	80	1	77
	PDS JAMIL JEREISSATI	42.656,5660	520	13	519
SUBTOTAL				21	
RIO BRANCO	PA FIGUEIRA	25.567,3800	354	1	354
	PA CARÃO	11.161,3480	270	5	267
	PA BENFICA	6.827,0000	496	3	474
	PA BOA ÁGUA	4.122,8220	151	1	148
	PA GAL. MORENO MAIA	20.684,8370	500	4	490
	PA ITAMARATY	8.736,1380	187	19	164
	PDS NOVA BAIXA VERDE	5.007,2770	211	27	209
	PA BARRO ALTO	6.018,6890	185	43	183
SUBTOTAL				103	
CAPIXABA	PA ZAQUEU MACHADO	3.768,7340	236	2	234
SUBTOTAL				2	

MUNICÍPIO	PROJETO / POLO / FLORESTA / RESEX	ÁREA (HA)	CAPAC ASSENT.	FAMÍLIAS ASSENT. EM 2009	TOTAL FAM. ASSENT. ATÉ 2009
RODRIGUES ALVES	PA PAVÃO	5.276,4320	63	2	60
	PA PARANÁ DOS MOURAS	22.500,0000	479	12	475
	PA TREZE DE MAIO	3.221,0000	150	2	149
	PAF HAVAÍ	34.000,0000	150	9	150
	PA ALBERTO SANTIAGO	2.160,0000	50	10	49
SUBTOTAL				35	
MÂNCIO LIMA	PDS SÃO SALVADOR	27.830,0000	250	1	250
SUBTOTAL				1	
SENADOR GUIOMARD	PDS BONAL	10.447,8000	203	40	200
SUBTOTAL				40	
XAPURI	PA TUPÁ	6.134,5260	146	8	140
SUBTOTAL				8	
PORTO WALTER	PAE CRUZEIRO DO VALE	76.900,0000	220	2	219
	PAE TRIUNFO PORONGABA	7.468,6750	150	66	150
	PDS MINAS	2.900,0000	85	4	84
SUBTOTAL				72	
TOTAL				505	

ASSENTAMENTOS REALIZADOS EM PROJETOS CRIADOS EM 2009

MUNICÍPIO	PROJETO / POLO / FLORESTA / RESEX	ÁREA (HA)	CAPAC ASSENT.	FAMÍLIAS ASSENT. EM 2009	TOTAL FAM. ASSENT. ATÉ 2009
CRUZEIRO DO SUL	PA MIRITIZAL	5.064,2900	170	170	170
SUBTOTAL				170	
PORTO ACRE	PA BANDEIRANTE	3.346,0050	200	157	157
SUBTOTAL				157	
BUJARI	PA BUJARI	2.422,8060	100	100	100
SUBTOTAL				100	
BRASILÉIA	PDS PORTO CARLOS	3.312,2520	74	38	38
SUBTOTAL				38	
TOTAL				465	

ASSENTAMENTOS REALIZADOS EM 2009 EM PROJETOS RECONHECIDOS

MUNICÍPIO	PROJETO / POLO / FLORESTA / RESEX	ÁREA (HA)	CAPAC ASSENT.	FAMÍLIAS ASSENT. EM 2009	TOTAL FAM. ASSENT. ATÉ 2009
SENA MADUREIRA	RESEX CAZUMBÁ IRACEMA	750.794,7000	320	1	315
	FLORESTA ESTADUAL DO ANTIMARY	47.064,6770	250	29	52
	FLORESTA NACIONAL DO MACAUÃ	173.475,0000	35	7	26
SUBTOTAL				37	
TARAUACÁ	RESEX ALTO TARAUACÁ	151.199,6400	300	19	290
	FLORESTA EST. DO RIO GREGÓRIO	216.062,0000	200	1	86
	FLORESTA EST. DO MOGNO	143.897,0000	210	7	176
	FLORESTA EST. DO RIO LIBERDADE	106.896,0000	220	6	185
	PE POLO AGROF. TARAUACÁ	143,1270	30	1	29
SUBTOTAL				34	

MUNICÍPIO	PROJETO / POLO / FLORESTA / RESEX	ÁREA (HA)	CAPAC ASSENT.	FAMÍLIAS ASSENT. EM 2009	TOTAL FAM. ASSENT. ATÉ 2009
BRASILÉIA	PE POLO AGROF. BRASILÉIA	520,6120	74	1	67
SUBTOTAL				1	
CRUZEIRO DO SUL	PE POLO AGROF. CRUZEIRO DO SUL	261,4180	41	2	40
	RESEX RIOZINHO DA LIBERDADE	325.602,0000	350	16	334
SUBTOTAL				18	
RIO BRANCO	PCA HÉLIO PIMENTA	138,4740	34	1	26
	PCA GERALDO FLEMING	299,9500	60	3	20
	PE AGROF. WILSON PINHEIRO	382,9090	58	1	55
SUBTOTAL				5	
CAPIXABA	PE POLO AGROF. CAPIXABA	254,6020	30	8	19
SUBTOTAL				8	
BUJARI	PE POLO AGROF. DOM MOACYR	329,7370	53	1	1
SUBTOTAL				1	
RODRIGUES ALVES	PE POLO AGROF. RODRIGUES ALVES	247,4370	40	5	34
SUBTOTAL				5	
PLÁCIDO DE CASTRO	PE AGROF. PLÁCIDO DE CASTRO	156,7250	39	2	37
SUBTOTAL				2	
XAPURI	RESEX CHICO MENDES	970.570,0000	2.050	175	1.963
	PDS POLO RECANTO DO EQUADOR	2.000,0000	67	2	66
SUBTOTAL				177	
TOTAL				288	

TOTAL ASSENTAMENTOS PROJETOS CRIADOS ATÉ 2008	505	
TOTAL ASSENTAMENTOS PROJETOS CRIADOS EM 2009	465	
TOTAL ASSENTAMENTOS PROJETOS RECONHECIDOS	288	
TOTAL ASSENTAMENTOS REALIZADOS EM 2009	1.258	

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Roberto Ramos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	ha	290.900	111.236,57	121.383	38,24

Fonte: LOA/PPA (2008-2011)/Caderno de Metas 2009-2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
265.000,00	381.600,00	364.741,55	95,6	364.741,55	95,6	364.741,55	95,6

Fonte: Caderno de Metas 2009/SIAFI

A ação de Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais a serem destinados ao Programa de Reforma Agrária é realizada com os seguintes objetivos: apurar a produtividade e fiscalizar o cumprimento da função social da propriedade rural privada, apurar a viabilidade técnica e ambiental para inclusão do imóvel no Programa de Reforma Agrária, identificar, quantificar e dimensionar as benfeitorias úteis, necessárias e voluptuárias e aferir a veracidade dos dados contidos no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, declarados pelos proprietários, promovendo ex-

officio a atualização cadastral dos imóveis vistoriados, com dados que retratem sua real e atual situação em relação ao cumprimento da função social da propriedade, conforme as condições de exploração verificadas, como também a determinação técnica do preço atual de mercado de imóveis rurais em processo de obtenção.

A utilidade finalística de tal ação se resume em promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção, com o objetivo de incluí-los no Programa Nacional de Reforma Agrária pela disponibilização de terras a agricultores rurais sem terra, com a criação de Projetos de Assentamentos.

A ação em questão tem como indicador final o quantitativo de área (em hectares) vistoriada no ano calendário. Por sua vez, o indicador desta ação mostra-se dividido em: quantitativo de área vistoriada para levantamento preliminar de dados e informações; Vistoria para avaliação; Vistoria para Levantamento de Dados e Avaliação em Conjunto, além de imissões na posse e realização de Perícias Judiciais.

Segundo instruções contidas na Portaria CGU Nº 2270, de 4 de novembro de 2009, e da Coordenação de Monitoramento e Avaliação da Gestão – DEA, mensurar a relação do que foi efetivamente gasto na execução da ação juntamente com o que foi previsto no plano operacional para a sua execução nos mostra índices que podem ser utilizados como indicadores de eficiência na gestão dos recursos públicos.

Dentro dessa perspectiva, segue abaixo quadro demonstrativo das ações efetivamente executadas em relação a áreas vistoriadas e/ou avaliadas pela Superintendência Regional do INCRA no Acre, no ano de 2009.

ÁREAS VISTORIADAS PARA LEVANTAMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES

Nº PROCESSO	NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA MEDIDA (ha)	OBJETIVO	OBSERVAÇÕES
54260.000707/2009-21	Faz. Paraná	Xapuri	1.611,27	desapropriação	OS/INCRA/SR(14)AC/ N° 12/2009
54260.000913/2009-31	Ser. Boa Vista (lote A)	Xapuri	3.696,37	desapropriação	OS/INCRA/SR(14)AC/ N° 16/2009
54260.000406/2007-35	Faz. Filipinas	Xapuri	9.857,96	desapropriação	OS/INCRA/SR(14)AC/ N° 49/2009
54260.000404/2007-46	Faz. São Joaquim	Brasiléia	3.160,29	desapropriação	OS/INCRA/SR(14)AC/ N° 49/2009
54260.001030/2009-48	Ser. Nazaré	Porto Walter	5.802,12	desapropriação	OS/INCRA/SR(14)AC/ N° 47/2009
54260.001081/2009-70	Ser. Oriente parte I	Marechal Thaumaturgo	3.232,29	desapropriação	OS/INCRA/SR(14)AC/ N° 47/2009
54260.001087/2009-47	Ser. Oriente parte II	Marechal Thaumaturgo	2.912,32	desapropriação	OS/INCRA/SR(14)AC/ N° 47/2009
54260.001174/2009-02	Fazenda Campo Alegre	Capixaba	3.291,48	desapropriação	OS/INCRA/SR(14)AC/ N° 48/2009
54260.001212/2004-12	Fazenda Nova Amélia I e II	Capixaba	4.000,34	desapropriação	OS/INCRA/SR(14)AC/ N° 48/2009
54260.000676/2009-16	Seringal Europa	Xapuri	4.311,00	desapropriação	OS/INCRA/SR(14)AC/ N°51/2009
54260.001177/2009-38	Faz. Nova Promissão I, II e III	Capixaba	5.718,35	desapropriação	OS/INCRA/SR(14)AC/ N°51/2009
Área total vistoriada para levantamento de dados e informações (preliminar)			47.170,13		

ÁREAS VISTORIADAS PARA AVALIAÇÃO

Nº PROCESSO	NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA AVALIADA (ha)	OBJETIVO	OBSERVAÇÕES
54260.000762/2004-14	Ser. Pirã de Rã	Senador Guimard	1.093,77	Avaliação de Benfeitorias	OS/INCRA/SR(14)AC /Nº 54/2009
54260.000042/2005-21	Faz. Canaã e Saara	Acrelândia	2.194,99	Retomada de Terras públicas	OS/INCRA/SR(14)AC /Nº 61/2009
IBAMA/IC MBio/nº 02070002343/2008-76	Ser. Quiciã e Parijós I e II	Lábrea AM	23.101,64	Avaliação	OS/INCRA/SR(14)AC /Nº 59/2009
54260.000289/2006-29	Faz. Baixa Verde	Senador Guimard	5007,00	Avaliação de Benfeitorias	OS/INCRA/SR(14)AC /Nº 61/2009
54260.001022/2009-00	Gleba Gaivota (Ser. Bagaço)	Rio Branco	714,97	Aquisição	OS/INCRA/SR(14)AC /Nº 72/2009
54260.002040/2006-58	Faz. Santa Lúcia	Brasiléia	9.984,754	Aquisição	OS/INCRA/SR(14)AC /Nº 95 /2009
54260.000841/2008-41	Ser. 13 de Maio	Cruzeiro do Sul/Rodrigues Alves	11.102,45	Desapropriação	OS/INCRA/SR(14)AC /Nº 96 /2009
54260.000839/2007-91	Ser. Mundurucus	Cruzeiro do Sul/Rodrigues Alves	8.326,406	Desapropriação	OS/INCRA/SR(14)AC /Nº 96 /2009
54260.002018/2006-16	Ser. Valparaíso	Cruzeiro do Sul/Rodrigues Alves	3.850,82	Mandato Judicial	OS/INCRA/SR(14)AC /Nº 96 /2009
Área total vistoriada para avaliação			65.376,80		


ÁREAS VISTORIADAS PARA LEVANTAMENTO DE DADOS E AVALIAÇÃO EM CONJUNTO

Nº PROCESSO	NOME DO IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA AVALIADA (ha)	OBJETIVO	OBSERVAÇÕES
54260.000024/2007-10	Faz. Jaraguá e Carolina	Bujari	16.662,65	Aquisição	OS/INCRA/SR(14)A C/Nº 11/2009
54260.002040/2006-58	Faz. Santa Lúcia	Brasiléia	10.313,68	Aquisição	OS/INCRA/SR(14)A C/Nº 10/2009
54260.001195/2009-10	Gleba Desmembrada do Mercês	Sena Madureira	7.955,00	Desapropriação	OS/INCRA/SR(14)A C/Nº 75/2009
54260.000026/2007-09 54260.000027/2007-45	Faz. Ponteio e Água Limpa	Xapuri	16.020,00	Aquisição	OS/INCRA/SR(14)A C/Nº 77/2009
Área vistoriada para levantamento de dados e avaliação em conjunto.			50.951,33		

Dentro da perspectiva de execução para a referida ação apresentada pela Programação Operacional 2009 do INCRA, a Superintendência Regional tinha como meta física um montante de 290.000 hectares de áreas a serem vistoriadas/avaliadas no ano calendário de 2009. Para tal execução, foram disponibilizados inicialmente R\$ 265.000,00. Em relação aos recursos efetivamente empenhados e liquidados, o montante atingiu a cifra de R\$ 364.741,55 devido a ocorrência de implementação orçamentária para execução das atividades. Os recursos foram utilizados na realização de vistorias/avaliações e perícias em 25 imóveis, que somam uma área de 163.498,26 hectares, publicações de editais, notificações a proprietários, levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis e imissão na posse de imóveis rurais desapropriados, além de outras atividades relacionadas à execução da ação.

Segundo os relatórios de monitoria das ações disponíveis na página interna do Órgão (relatórios da monitoria – <http://incranet/>), a meta efetivamente executada para a ação atingiu o montante de 111.236,57 ha, o que corresponde 38,24 % da meta proposta. Nota-se que a meta efetivamente considerada destoa daquela declarada, pois esta última alcança 56,37 % da proposta, haja vista que foram efetivamente vistoriados 163.498,26 hectares, dos quais, 52.261,68 hectares correspondem a 7 imóveis, cujos laudos não foram concluídos até o final do ano.

Abaixo segue o relatório da monitoria e gestão emitido pelo Sistema de Informações Rurais – SIR (<http://sir.incra.gov.br/incra/>).



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA - DE

Execução por Superintendência Regional

De Janeiro a dezembro de 2,009

SR-14 - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ACRE

0135 - Assentamento para Trabalhadores Rurais

8387 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Meta orçamentária	Provisão recebida	Empenhado	Empenhado-Liquidado	Pago
R\$ 265.000,00	R\$ 381.600,00 (144.00%)	R\$ 364.741,55 (95.58%)	R\$ 364.741,55 (100.00%)	R\$ 364.741,55 (100.00%)

Meta física	Unidade	Realizado
290.900,0000	ha	111.236,5700 (38.24%)

Indicador	Unidade	Exercício atual			Exercícios anteriores			Total	
		Iniciadas	Concluídas	Em execução	Não concluídas	Concluídas	Em execução	Concluídas	Em execução
Vistoria para Levantamento de Dados e Informações (Preliminar)	ha	47.170,1280	47.170,1200	0,0080	21.414,8900	21.414,8900	0,0000	68.585,0100	0,0080
Vistoria para Levantamento de Dados e Informações (Preliminar)	Imóvel	11,0000	11,0000	0,0000	3,0000	3,0000	0,0000	14,0000	0,0000
Vistoria para Avaliação	ha	65.376,8000	37.090,1200	28.286,6800	11.119,4000	11.119,4000	0,0000	48.209,5200	28.286,6800
Vistoria para Avaliação	Imóvel	9,0000	5,0000	4,0000	3,0000	3,0000	0,0000	8,0000	4,0000
Vistoria para Levantamento de Dados e Avaliação em Conjunto	ha	50.951,3300	26.976,3300	23.975,0000	16.662,6500	16.662,6500	0,0000	43.638,9800	23.975,0000
Vistoria para Levantamento de Dados e Avaliação em Conjunto	Imóvel	5,0000	2,0000	3,0000	1,0000	1,0000	0,0000	3,0000	3,0000

Fonte: Sistema de Informações Rurais – SIR (<http://sir.incra.gov.br/incra/>).

Conforme as recomendações da Portaria CGU Nº 2270, de 4 de novembro de 2009, e da Coordenação de Monitoramento e Avaliação da Gestão – DEA, para o cálculo dos indicadores de eficiência da gestão, mesmo considerando o resultado declarado, foi alcançado um resultado para o índice de apontamento. Segundo a definição dos Órgãos de controle, indica que os gastos operacionais foram superiores aos orçados na programação operacional anual.

Analisando os números e o índice calculado, é percebida a baixa eficiência na execução da ação pela Superintendência, a qual é justificada pela ocorrência de diversas restrições e circunstâncias que condicionaram desvios de prioridades em relação a execução de outras ações.

A exemplo do ano de 2008, vale salientar as exigências do TCU referente ao Acórdão nº 2633/2007 – Plenária do TCU, de 5 de dezembro de 2007, que determinou ao INCRA a regularização ambiental imediata de todos os Projetos de Assentamentos criados que não foram licenciados pelo Órgão Ambiental competente. Esta ação, ainda em 2009, mobilizou grande parte do efetivo da Superintendência Regional, principalmente de Eng.^{os} Agrônomos, o que restringiu em muito a capacidade operacional de execução das metas propostas de vistoria e avaliação para obtenção de imóveis.

Outro fator preponderante que se destacou como entrave na realização das metas de vistoria de imóveis foi a falta de procuradores na Procuradoria Regional do INCRA à disposição da Divisão de Obtenção, para análise dos processos de obtenção em tempo hábil compatível para a realização das vistorias.

Segundo relatório do Sistema de Administração de Pessoa – SIAPECAD, na gestão de 2009, a Divisão de Obtenção de Terras da SR(14) contou com a lotação de 23 funcionários, assim distribuídos:

- Dos 11 Engenheiros Agrônomos lotados no serviço de obtenção de terras, somente 7 desempenharam diretamente as atividades da ação proposta, com competências de realização de vistorias e avaliações de imóveis, vistorias para licenciamento ambiental de Projetos de Assentamentos, elaboração da planilha regional de preços de terras, realização de perícias e, outras atividades pertinentes. Os demais, quatro 4, apesar de lotados no serviço de obtenção, devido a necessidades internas de realização de outras atividades não vinculadas a ação, mas consideradas prioritárias, e por determinação da Superintendência, desempenharam outras atividades que não aquelas ligadas a ação obtenção de imóveis, como serviços de ATES, PRONAF, TERRA SOL, colaboração com o setor de cartografia em processo de certificação de imóveis, gestão de Projetos de Assentamentos criados e outras de competência da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos, colaboração em análise processual formalizados a partir da Norma de

Execução/INCRA/DT/Nº 70/2008 e até mesmo para associação dos servidores do INCRA - ASSINCRA;

- 3 funcionários no serviço de meio ambiente, responsáveis pelos processos de licenciamento prévio e de instalação e operação dos Projetos de Assentamento, elaboração, análise e supervisionamento de projetos de recuperação de áreas degradadas, sistematização de informações ambientais de projetos e promoção de estudos ambientais que subsidiem a gestão ambiental eficiente dos assentamentos, como outras atividades pertinentes;

- 06 funcionários no serviço de implantação de Projetos de Assentamentos responsáveis pelo cadastramento, seleção, criação e reconhecimento de projetos, assentamento de famílias e gerenciamento do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária no âmbito da Superintendência Regional, como outras atividades pertinentes; e por fim,

- 03 funcionários sendo o chefe da Divisão de Obtenção, o substituto e um assistente administrativo, competentes por assessorar, coordenar e supervisionar as atividades acima descritas, como outras pertinentes.

Pelo complexo trabalho que compreende a competência da Divisão de Obtenção de Terras, é percebido um passivo em relação aos recursos humanos, principalmente de mais Eng. Agrônomos e Eng. Florestais, como também de profissionais que atuem em atividades relacionadas ao levantamento cartorário e de análise processual, topógrafos para acompanhar os técnicos de campo e elaboração de mapas. Atualmente a Divisão não conta com nenhum funcionário habilitado para a realização da maioria das funções acima citadas, o que prejudica o levantamento de documentos cartorários e, conseqüentemente, a formalização dos processo de obtenção, bem como o tempo de entrega dos laudos, devido a falta de peças técnicas imprescindíveis para a conclusão.

Em relação aos indicadores de agilidade, há que se esclarecer que praticamente todas as ordens de serviço propostas pela Divisão de Obtenção de Terras têm duração de 30 dias, a contar da data de sua assinatura. Entretanto, dependendo do volume (nº de imóveis a vistoriar) e complexidade dos trabalhos a serem realizados, bem como a quantidade de mapas a serem elaborados, normalmente são prorrogadas por igual período, principalmente quando se trata de áreas com grandes extensões territoriais e distantes da sede, o que são comuns no Estado. Assim, para a realização da maioria dos trabalhos de vistoria, ocorre a demanda de deslocamento de praticamente toda equipe, muitas vezes via aérea, devido aos sérios problemas de logística notoriamente existentes em toda a região amazônica.

Conforme as recomendações da Portaria CGU Nº 2270/2009, Tribunal de Contas da União-TCU e da Coordenação de Monitoramento e Avaliação da Gestão – DEA, para o cálculo dos

indicadores de eficácia da gestão, foi encontrado um resultado de 38,24 %, índice que indica que as metas propostas pela ação não foram cumpridas conforme a Programação Operacional Anual.

Pelos índices mostrados, vislumbra-se um quadro de baixa eficiência e eficácia atingida pela Divisão de Obtenção de Terras na realização ação de vistoria a avaliação para obtenção de imóveis, se comparada a meta executada com aquela proposta pela programação de 2009.

Por tudo elencado, contrastando a capacidade operacional da Divisão de Obtenção de Terras e a proposta de metas determinada pela Programação Operacional 2009, levando-se em consideração as limitações físicas e geográficas determinantes da região e a falta de discussão prévia sobre as dificuldades acima elencadas versus a capacidade de realização da Superintendência com seus setores (bem como reuniões de planejamento com a Diretoria em Brasília para transferência dessas informações e estudos detalhados das metas a serem executadas pela Unidade Gestora no ano calendário), não é exagerado afirmar que as metas físicas de 2009 impostas pela programação extrapolaram a capacidade operacional da Unidade Jurisdicionada.

Mas ainda é possível declarar a existência de uma subestimação nos custos operacionais da ação, já que a proposta não leva em consideração os fatores que condicionam a realização de trabalhos de vistoria de imóveis rurais na região em questão.

2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma

Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portela Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Unid	22	28	23	127,27%

Fonte: LOA/PPA (2008-2011)/Caderno de Metas 2009-2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2008	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(f)	% (g=f/b)
347.197,00	301.521,70	286.091,36	94,88	284.785,26	94,44	284.785,26	94,44

Fonte: Caderno de Metas 2009/SIAFI

Podemos verificar que a meta de obtenção de Licenças Ambientais foi plenamente alcançada, sendo ultrapassada em relação a proposta da Programação Operacional do exercício, conforme os dados apresentados na tabela abaixo. Esses avanços só foram possíveis devido aos

esforços do Serviço de Meio Ambiente em agilizar a documentação necessária ao protocolo das licenças, levando-se em conta o planejamento estratégico realizado para o exercício de 2009, a disponibilidade de recursos financeiros e materiais e a implantação de um sistema informatizado de gestão do processo de licenciamento, possibilitando a agilidade na execução da ação.

De um modo geral, os principais problemas encontrados referem-se a obtenção das licenças já protocoladas. Esse fato decorre da solicitação do Órgão Ambiental do Estado para que o INCRA corrija algumas pendências detectadas na documentação encaminhada relativas a atualização de certidão, memorial descritivo da poligonal de alguns assentamentos e anuência do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

As certidões foram atualizadas e a anuência do IPHAN depende de estudo arqueológico com escavação intrusiva, fato este que tem atrapalhado em muito a liberação das licenças. O Setor de Meio Ambiente está negociando com o IPHAN um termo de ajustamento de conduta no qual o INCRA irá se comprometer a contratar arqueólogo para que, num prazo mínimo de 5 anos, esteja fazendo este trabalho em parceria com outras Instituições. Já foram realizadas as reuniões, a minuta foi aprovada pela procuradoria do IPHAN e estamos aguardando o termo para análise e providências cabíveis. Com relação ao trabalho de identificação de coordenadas geográficas, fechamento da poligonal e memoriais descritivos, dependemos do trabalho da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, que montou uma equipe para realizar essa tarefa.

Quanto as contratações e parcerias, foi firmado contrato com a Universidade Federal de Viçosa, por meio da Fundação Arthur Bernardes, que deve executar 18 Projetos Básicos (estudos ambientais) necessários para o processo de licenciamento. Este contrato possibilitou ampliar a abrangência e o alcance das metas propostas no exercício, já que parte dos estudos já foi entregue, possibilitando ampliar o protocolo de Licenças de Instalação e Operação.

Os recursos disponibilizados foram aplicados dentro da Ação visando viabilizar os custos de material de consumo, taxas de licenciamento, publicações de editais, distribuição de cartilha e educação ambiental e elaboração de Plano de Uso Sustentável de Projetos de Assentamento de modalidade diferenciada a partir de exigência do Órgão Ambiental licenciador do Estado.

Por último estamos em constante diálogo com o Governo do Estado, a fim de viabilizar o cumprimento das condicionantes ambientais e agilizar o processo de licenciamento dos assentamentos em consonância com o Decreto que normatiza a regularização dos imóveis rurais para fins de recomposição de áreas de Reserva Legal.

Licenças Prévias Protocoladas em 2009

Nº	IMÓVEL/PROJETO	MUNICÍPIO	Nº FAM.	MODALIDADE
01	Fazenda. Monte Líbano	Braliséia	-	LP668/09
02	Faz. Ouro Verde	Brasiléia	-	LP/671/09
03	Faz. Esperança	Brasiléia	-	LP669/09
04	Faz. Santa Cruz	Brasiléia	-	LP/670/09
05	Faz. Bandeirante	Porto Acre	-	LP/667/09
06	Faz. Vista Alegre	Bujari	-	LP/665/09

Fonte: Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais - SR(14)T3

Licenças de Instalação e Operação Protocoladas em 2009

Nº	PROJETO	MUNICÍPIO	Nº FAM.	MODAL.	.DATA		
					REQ.	CONC.	VAL.
01	PA. Oriente	S.Mad/R.Branco	107	LIO	27/02/09	00/00/00	00/00/00
02	PA. Itamaraty	Rio Branco	146	LIO	27/02/09	00/00/00	00/00/00
03	PA. Taquari	Tarauacá	283	LIO	27/02/09	00/00/00	00/00/00
04	PDS Polo R. do Equador	Xapuri	67	LIO	27/02/09	00/00/00	00/00/00
05	PA. Liberdade	M. Urbano	434	LIO	19/03/09	00/00/00	00/00/00
06	PA. S. Pedro	Rodrigues Alves	334	LIO	19/03/09	00/00/00	00/00/00
07	PA. Porto Acre	Porto Acre	42	LIO	19/03/09	00/00/00	00/00/00
08	Triunfo	P. de Castro	274	LIO	19/03/09	28/02/07	28/02/10
09	PA Novo Destino	Tarauacá	320	LIO	19/03/09	00/00/00	00/00/00
10	PA São João do Balanceio	Acrelândia	241	LIO	19/03/09	00/00/00	00/00/00
11	PA Envira	Feijó	217	LIO	19/03/09	19/11/08	19/11/11
12	PAE Canary	R.Branco/Bujari	19	LIO	19/03/09	03/09/08	03/09/11
13	Porto Rico	Epitaciolândia	73	LIO	23/04/09	00/00/00	00/00/00
14	PAE Chico Mendes	Epitaciolândia	86	LIO	23/04/09	00/00/00	00/00/00
15	PAE Equador	Epitaciolândia	35	LIO	12/05/09	00/00/00	00/00/00
16	PDS Porto Luiz I	Acrelândia	400	LIO	24/08/09	00/00/00	00/00/00
17	PA. Iucatan	R. Alves	41	LIO	27/11/09	00/00/00	00/00/00
18	PA. Arco Iris	R. Alves	73	LIO	27/11/09	00/00/00	00/00/00
19	PA. Paraguassu	Assis Brasil	98	LIO	30/11/09	00/00/00	00/00/00
20	PA. Tupá	Xapuri	146	LIO	30/11/09	00/00/00	00/00/00
21	PAE S. Luiz do Remanso	Capixaba	189	LIO	30/11/09	00/00/00	00/00/00
22	PAD Quixadá	Brasiléia	1032	LIO	02/12/09	00/00/00	00/00/00

Fonte: Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais - SR(14)T3

Licenças Prévias Protocoladas em 2009

Nº	IMÓVEL	Município	Família	SITUAÇÃO	
				PROTOCOLADA	CONCEDIDA
1	Faz. Agro Juruá	R.Alves	-	27/02/09	-
2	Ser. Luzeiro	Cruz.do S/R.Alves	-	27/02/09	-
3	Ser.Treze de Maio	Cruz.do Sul	-	27/02/09	-
4	Ser.Mundurucus	cruz.do S/R.Alves	-	27/02/09	-
5	Ser. Boa Vista	Cruz.do S/R.Alves	-	27/02/09	-
6	Seringal Santa Cruz	Mâncio Lima	-	14/04/09	-
7	Faz. Santa Cruz	Brasiléia	-	14/04/09	17/12/09
8	Faz.Bandeirante	Porto Acre	-	03/04/09	17/12/09
9	Ser.Aquidaban/Carão/Belém(parte I)Xapuri	Xapuri	-	14/04/09	-
10	Ser.Aquidaban/Carão/Belém(parte II)Xapuri	Xapuri	-	14/04/09	-
11	Seringal Cruzeiro do Vale	Porto Walter	-	14/04/09	-
12	Faz.Carmem	Brasiléia	-	25/05/09	-
13	Faz.Soberana(parte Seringal Nazaré)	Xapuri	-	12/05/09	-
14	Faz.Boa Vista	Xapuri	-	25/05/09	-
15	Faz. Monte Líbano	Brasiléia	-	14/09/09	17/12/09
16	Faz. Ouro Verde	Brasiléia	-	14/09/09	17/17/09
17	Faz. Esperança	Brasiléia	-	14/09/09	17/12/09
18	Seringal Albrácia(parte)	Xapuri	-	27/11/09	-
19	Seringal Triunfo(parte I)	Mal. Thaumaturgo	-	27/11/09	-
20	Faz. Nova Promissão I,II,III	Capixaba	-	27/11/09	-
21	Faz.Campo Alegre	Capixaba	-	27/11/09	-

Fonte: Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais - SR(14)T3

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Roberto Ramos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Há	10.203	29904,22	11.579	293,09


Fonte: LOA/PPA(2008-2011)/Caderno de Metas 2009/2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
5.435.681	1.488.467,92	1.488.467,92	100	820.780,95	55,1	820.780,95	55,1

Fonte: Caderno de Metas 2009/SIAFI

A principal competência desta ação é obter áreas rurais por meio de desapropriação, compra e venda, arrecadação ou outras formas visando a implantação de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária para atender famílias de trabalhadores rurais sem terra. Conforme a Programação Operacional de 2009, as metas físicas e limites orçamentários previstos para a execução da ação são distribuídos da seguinte forma:

PO 2009								Diretoria	
Metas Físicas								de Gestão	
e Limites Orçamentários								Estratégica - DE	
0135 - ASSENTAMENTOS PARA TRABALHADORES RURAIS									
4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária									
Decreto n. 6.808, de 27 de março de 2009									
META FÍSICA:				720 117					
PRODUTO/UNIDADE DE MEDIDA:				Área obtida (ha)					
LIMITE ORÇAMENTÁRIO:				R\$558.375.801,00					
SR	Jurisdição da SR			Dentro dos Territórios			SOMATÓRIO		
	TDA	BENFEITÓRIAS	FÍSICA	TDA	BENFEITÓRIAS	FÍSICA	TDA	BENFEITÓRIAS	FÍSICA
SR14- AC	R\$3.271.354	R\$ 609.263	7.284	R\$ 1.310.916	R\$ 244.147	2.919	R\$4.582.270	R\$ 853.411	10.203

Fonte: Caderno de Metas 2009 (PO2009).

Conforme quadro de execução financeiro-orçamentária das ações realizadas pela UI mostrado anteriormente, nota-se que não houve uma implementação orçamentária para a ação, pois o somatório dos recursos disponíveis para pagamento de Títulos da Dívida Agrária - TDA (R\$ 4.582.270,00) e benfeitorias (R\$ 853.411,00) alcançam o montante de R\$ 5.435.681,00.

É importante salientar que, destes recursos da provisão orçada, somente aquele referente ao pagamento de benfeitorias é descentralizados, pois o montante para pagamento de TDAs é geridos diretamente pela Sede do INCRA em Brasília.

Da mesma forma, nota-se que foram descentralizados (provisão recebida e emitida) os recursos para pagamento das benfeitorias indenizáveis das áreas obtidas, o equivalente a R\$ 1.488.467,92. Deste valor, foi empenhado e liquidado o quantitativo de R\$ 820.780,95, o que corresponde a 55,1 % do orçado. O restante do empenho emitido e ainda não liquidado tem explicação pelo fato da liquidação só se dar mediante a autorização da Justiça Federal do pagamento aos proprietários nos processos judiciais de desapropriação ainda em trâmite.

Desse modo, pode-se inferir que praticamente todo recurso destinado ao pagamento de benfeitorias indenizáveis de imóveis obtidos foi efetivamente empregado para tal ação, com um índice apresentado de 96% da aplicação dos recursos (provisão empenhada e liquidada dividida pela provisão orçada para tal ação - (R\$ 820.780,95 / R\$ 853.411,00)).

Em relação aos recursos destinados ao pagamento de TDAs, que, por sua vez, não são descentralizados, o relatório da monitoria e gestão do ano calendário de 2009 expressa um montante orçado idêntico àquele apresentado na PO 2009. Entretanto, a provisão recebida é bastante diferenciada, atingindo o montante de R\$ 12.125.778,54 (vide figura que segue):



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA - DE

Execução por Superintendência Regional
De Janeiro a dezembro de 2.009

SR-14 - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ACRE
0135 - Assentamento para Trabalhadores Rurais
4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária

Meta orçamentária	Provisão recebida	Empenhado	Empenhado-Liquidado	Pago					
R\$ 5.435.661,00	R\$ 12.125.778,54 (223,08%)	R\$ 12.125.778,54 (100,00%)	R\$ 11.458.091,57 (94,49%)	R\$ 11.458.091,57 (100,00%)					
Meta física		Unidade	Realizado						
10.203,0000		ha	29.904,2160 (293,09%)						
Indicador	Unidade	Exercício atual			Exercícios anteriores			Total	
		Iniciadas	Concluídas	Em execução	Não concluídas	Concluídas	Em execução	Concluídas	Em execução
Área Obtida por Desapropriação	ha		27.481,4120					27.481,4120	
Área Obtida por Desapropriação	Imóvel		8,0000					8,0000	
Área Obtida por Compra e Venda	ha		2.422,8060					2.422,8060	
Área Obtida por Compra e Venda	Imóvel		1,0000					1,0000	

Fonte: Sistema de Informações Rurais – SIR (<http://sir.incra.gov.br/incra/>).

Como é mostrado no relatório da figura acima, se for utilizada a fórmula indicada no quadro de execução financeiro-orçamentária das ações realizadas pela UJ, o índice atinge um percentual de 223,08% de implementação orçamentária efetivamente empenhada, que foi necessária ao pagamento de indenizações com imóveis obtidos. O índice ainda é confirmado por outro mostrado tanto no quadro acima como naquele que mostra a execução física das ações realizadas pela UJ. Os dados indicam que a meta física realizada (ou percentual de área efetivamente obtida dividido pela meta física prevista) expressa uma execução física de 293,09% superior aquela prevista na PO 2009.

Contudo, se forem considerados os cálculos sugeridos no quadro de execução financeiro-orçamentária das ações realizadas pela UJ, o índice de 55,1 indica ineficiência na aplicação dos recursos, o que, pelo decorrido, não procede.

Em relação aos dados do relatório da monitoria e gestão do ano calendário de 2009, foi despendido o montante de R\$ 12.125.778,54, referente ao pagamento de terra nua e benfeitorias de imóveis obtidos, como demonstrado abaixo:

Áreas obtidas pela SR(14)AC - Ano de 2009			
Município	Imóvel	Mod. De Obtenção	Área (ha) avaliada
C. do Sul	Seringal Miritizal	Desapropriação	5.064,290
P. Valter / M. Thaumaturgo	Seringal Triunfo II	Desapropriação	2.319,727
Porto Acre	Faz. Bandeirante	Desapropriação	3.346,004
M. Thaumaturgo	Seringal Triunfo I	Desapropriação	2.319,727
Brasiléia	Faz. Santa Cruz (Ser. Porto Carlos)	Desapropriação	3.891,620
Brasiléia	Faz. Ouro Verde (Ser. Porto Carlos)	Desapropriação	3.563,990
Brasiléia	Faz. Monte Líbano (Ser. Porto Carlos)	Desapropriação	3.663,799
Brasiléia	Faz. Esperança (Ser. Porto Carlos)	Desapropriação	3.312,252
Bujari	Faz. Vista Alegre	Aquisição	2.422,806
Total de área obtida pela SR			29.904,215

Cabe esclarecer que alguns desses imóveis foram mostrados no Relatório de Gestão do ano calendário de 2008, pois correspondem aquelas áreas com ações de desapropriação ajuizadas junto à Justiça Federal ainda em 2008, porém, com a imissão na posse realizada em 2009, o que caracteriza área efetivamente obtida a ser destinada ao Programa de Reforma Agrária. Contrastando a informação do quadro acima com aquelas mostradas no quadro de Assentamentos Realizados em Projetos Criados em 2009, da ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária, pode-se notar que foram criados quatro Projetos no ano de 2009, que beneficiaram diretamente 465 famílias de trabalhadores rurais. Cabe destacar que várias dessas áreas obtidas fazem parte de complexos ou áreas contínuas que foram obtidas em diferentes momentos e que, por este motivo, suas áreas foram ou serão anexadas a polígono de Projetos de Assentamentos já criados. É o caso dos Seringais Triunfo I e II ligados ao PAE Triunfo/Porongaba, situados nos municípios de Marechal Thaumaturgo e Porto Walter, e das Fazendas Monte Líbano, Ouro Verde e Santa Cruz ao PDS Porto Carlos.

No decorrer da gestão, além das dificuldades já mencionadas foram também identificados outros entraves à obtenção de terras no Estado, são eles: morosidade no trâmite processual que antecede a publicação do decreto declaratório de interesse social, que, por sua vez, acontece na sede do INCRA em Brasília e demora na expedição dos TDAs e nas decisões judiciais que autorizam a imissão na posse dos imóveis em processo de desapropriação, que quase sempre não respeitam o disposto nas Leis Complementares 76/93 e 88/96.

Por fim, para a referida ação, conforme exposta pela Programação Operacional 2009, e cálculos indicados pelos Órgão de controle para o cálculo dos indicadores de eficiência da gestão, foi encontrado um índice de 223,08 %, que indica, segundo a definição das normas, que os gastos

operacionais foram superiores aos orçados na Programação Operacional, ou que houve um gasto superior ao proposto para a execução da ação.

Em relação ao cálculo dos indicadores de eficácia da gestão, foi encontrado um resultado de 293%, índice que indica que as metas propostas pela ação foram cumpridas superando as expectativas da Programação Operacional.

Diante do exposto, fica evidente que os índices, da forma proposta pelo quadro execução financeiro-orçamentária das ações realizadas pela UJ, não são os mais adequados para expressar os resultados obtidos, haja vista que as atividades desempenhadas no âmbito da obtenção de imóveis são ligadas diretamente à outras alheias à Superintendência Regional, o que torna o processo dependente de esferas superiores ou até externos que excedem nossa alçada de competência.

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	3	-	-	-	-	-

Fonte: LOA/PPA 2008-2011/Caderno de Metas 2009-2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
1.340,00	123.126,60	103.374,35	83,95	99.899,55	81,13	99.899,55	81,13

Fonte: Caderno de Metas 2009/SIAFI

O objetivo desta ação é viabilizar o acompanhamento das atividades inclusas no Programa Assentamento de Trabalhadores Rurais por meio de pagamento de diárias e serviços de terceiros (pessoa jurídica e física), aquisição de combustível e material permanente, para a efetivação das ações finalísticas.

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Hildebrando Veras de Menezes Sobrinho – chefe da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento da Superintendência Regional do Incra no Estado do Acre – SR(14)D.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:

Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família atendida	1.665	8.628	4.147	518,00%

Fonte: LOA/PPA (2008-2011)/Caderno de Metas 2009-2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
9.154.929	15.824.299	15.824.299	100	5.609.024,80	35	5.609.024,80	35

Fonte: Caderno de Metas 2009/SIAFI

Todo o trabalho da ação Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento, especialmente no que se refere à construção e manutenção de vias de acesso aos assentamentos, tem sido realizado em parceria com outras instituições, como Governo do Estado e Prefeituras Municipais. Este esforço conjunto tem-se concretizado por meio de convênios, alguns firmados em 2008, mas com realizações em 2009, e outros em 2009, com ações que devem se estender até 2010.

Neste exercício, foi formalizado com o Governo do Estado o convênio SICONV nº 703441/2009, no valor de R\$ 9.154.929,00, para melhoramento de 2.495 quilômetros de ramais sem revestimento primário, recuperação com revestimento primário de 8,5 quilômetros e implantação de 165 quilômetros, todos em Projetos de Assentamento, localizados em quase todos os municípios do Acre.

A programação seguiu o cronograma acordado, conforme demonstrativo abaixo, com o trabalho iniciado em meados de maio de 2009. Foram recuperados com revestimento primário 8,5 km de ramais, no PDS Bonal, o que representa 100% desses serviços, e recuperados sem revestimento primário 1.715,3 km de ramais, ou 68,75% do total previsto para o exercício de 2009. Em novembro, porém, as atividades tiveram que ser suspensas por causa das chuvas. Por causa disso, o restante, 31,25%, será executado até o final de 2010.

Da mesma forma, o serviço de implantação foi apenas iniciado, não havendo ainda nenhum quilômetro construído, com previsão de continuação dos trabalhos no próximo ano. O atraso no início das obras de abertura deveu-se também à demora na liberação das licenças ambientais, pois estão condicionadas a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA.

No final de dezembro 2008, foi firmado o convênio SICONV nº 702807/2008, no valor de R\$ 20 milhões, com o Governo do Estado, com o objetivo de recuperar, com revestimento primário (piçarramento), 150,10 quilômetros km de ramais e melhorar, sem revestimento primário, 232,0 quilômetros, no Projeto de Assentamento Dirigido – PAD Pedro Peixoto, situado em Senador Guimard.

Essas atividades começaram em maio de 2009, desenvolvendo-se até novembro, com o melhoramento de 176,1 quilômetros de ramais dos 232,0 contratados por meio do convênio, o que significa 75,91% do total. O trabalho deve continuar até 2010.

Essas ações, no tocante à meta física, alcançaram nível satisfatório, com resultados diretos na vida dos assentados, visto que lhes proporcionaram condições de trafegabilidade e transporte da produção agrícola regional. Cabe ressaltar que essas ações são de curto prazo, alcançando seu objetivo principal, que é dar condições de tráfego e de escoação da produção rural de forma adequada.

Todos os anos, os trabalhos de execução desta ação ultrapassam o exercício em curso, em decorrência de todas as razões já expostas, como condições climáticas, que encurtam o período de trabalho de 12 para 6 meses, e demora no processo de licenciamento. E ainda descontigenciamento de recurso em época inapropriada, demora no cumprimento das etapas para efetivação dos convênios e demanda maior que a capacidade operacional do Estado.

DEMONSTRATIVO DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE RAMAIS CONVÊNIO INCRA / DERACRE – SICONV Nº 702807/2008						
RELATÓRIO PARCIAL DE EXECUÇÃO						
DATA: 04/03/2009						
ITEM	OBJETO	MUNICÍPIO	PROJETO DE ASSENTAMENTO	PREVISTO (KM)	EXECUTADO EM 2009 (KM)	FAM. ATEND.
1	MELHORAMENTO DE RAMAL SEM REVESTIMENTO	SENADOR GUIOMARD	PA PEDRO PEIXOTO	232,0	176,1	881
		SOMA		232,0	176,1	
2	RECUP.C/REVESTIMENTO DE RAMAL	SENADOR GUIOMARD	PA PEDRO PEIXOTO	150,1	0	0
		SOMA		150,1	0	

DEMONSTRATIVO DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE RAMAIS

RELATÓRIO PARCIAL DE EXECUÇÃO - CONVÊNIO INCRA / DERACRE – SICONV Nº 703441/2009

RELATÓRIO PARCIAL DE EXECUÇÃO - CONVÊNIO INCRA / DERACRE - SICONV Nº 703441/2009						
Nº	OBJETO	MUNICÍPIO	PROJETO DE ASSENTAMENTO	PREVISTO KM	EXECUTADO EM 2009 KM	
1	EXECUÇÃO DE MELHORIAS E CONSERVAÇÃO DE RAMAIS QUE FAZEM PARTE DA INFRAESTRUTURA BÁSICA VIÁRIA DOS MUNICÍPIOS: ASSIS BRASIL, BRASILEIA, EPITACIOLÂNDIA, XAPURI, CAPIXABA, ACRELÂNDIA, PLÁCIDO DE CASTRO, RIO BRANCO, PORTO ACRE, BUJARI, SENA MADUREIRA, MANUEL URBANO, FEIJÓ, TARAUAÇÁ, CRUZEIRO DO SUL, MÂNCIO LIMA E RODRIGUES ALVES, TODOS DO ESTADO DO ACRE. OBJETO DO CONVÊNIO INCRA / GOV. DO ESTADO DO ACRE. - SICONV Nº 703441/2009 - CRT 1.000/2009	BRASILEIA	PA QUIXADÁ	100,0	61,6	
			PA SANTA QUITÉRIA	50,0	23,2	
			TRÊS MENINAS	10,0	12,9	
			PA FORTALEZA	6,0	0	
			PA PÃO DE AÇÚCAR	10,0	0	
		SOMA	176,0	97,7		
2		XAPURI	PA FLORESTA	38,0	37,3	
			POLO AGROF. SIBÉRIA	5,0	2,7	
			POLO AGROF. JIQUIÁ	3,0	3,0	
			PA TUPÁ	38,0	0,0	
			PAE EQUADOR	105,0	0,0	
			ACESSO AO PA TUPÁ	41,0	8,7	
		SOMA	230,0	51,7		
3		TARAUAÇÁ	PA TARAUAÇÁ	37,1	36,9	
			POLO AGROF. DE TARAUAÇÁ	3,0	2,0	
			PA NOVO DESTINO	21,9	15,1	
4		ASSIS BRASIL	SOMA	62,0	54,0	
			PA PARAGUAÇU	62,0	54,0	
		SOMA	62,0	54,0		
5		EPITACIOLÂNDIA	PAE PORTO RICO	87,0	47,6	
			PAE CHICO MENDES	11,0	13,0	
			POLO NARI BEIJA FLOR	0,0	0,0	
			SOMA	98,0	60,6	
6		CAPIXABA	PA SÃO GABRIEL	43	34,2	
			PA ALCOBRAS	58	18,2	
			POLO AGROF. DE CAPIXABA	0	0	
			PA ZAQUEU MACHADO	28	0	
			PAE SÃO LUIZ DO REMANSO	48	40,3	
			SOMA	177	92,7	
7		PORTO ACRE	PA HUMAITÁ	42	0	
			PA CAQUETÁ	46	0	
			PA PORTO ALONSO	25	0	
			SOMA	113	0	
8		BUJARI	PA ESPINHARA	60,6	32,9	
			SOMA	60,6	32,9	
9		ACRELÂNDIA	PA ORION	45,0	59,9	
			PA PEDRO PEIXOTO	80,2	101,8	
			PA CUMARU	11,8	11,8	
			PROJETO REDENÇÃO	0,0	0	
		SOMA	137,0	173,5		
10		PLÁCIDO DE CASTRO	PA PEDRO PEIXOTO	56	55,7	
			PA TRIUNFO	43,7	43,6	
			SOMA	99,7	99,3	
11		RIO BRANCO	PA COLIBRI	25,3	22,4	
			PA BOA ÁGUA	11,3	11,3	
			COMUNIDADE BELO JARDIM	0,0	0	
			PA BENFICA	37,8	41,5	
			PA MORENO MAIA	88,9	66,6	
			PA BARRO ALTO	107,7	63	
			PA CARÃO	62,2	27,7	
			PA FIGUEIRA	81,5	63,3	
			PA ITAMARATY	164,6	125,4	
			PA BAIXA VERDE	44,0	0	
			PA ORIENTE	0,0	0	
			POLO GERALDO FLEMNG	2,2	0	
			AC-10 ACESSO AO R. MUTUM	7,0	7	
			SOMA	632,5	428,2	
12		MANUEL URBANO	PA LIBERDADE	33,0	5,6	
			PA ALELUIA	7,0	0	
			PA NAZARE	0,0	0	
			PA SANTO ANTÔNIO	0,0	0	
			PA CASTELO	0,0	0	
		SOMA	40,0	5,6		
13		FEIJÓ	PA ENVIRA	30,0	30,0	
			PA BERLIN RECREIO	42,0	42,0	
			POLO AGROF. DE FEIJÓ	0,0	0,0	
			SOMA	72,0	72,0	
14		MÂNCIO LIMA	SÃO DOMINGOS	78,0	78,0	
			PA SÃO PEDRO (PARTE)	0,0	0,0	
			SOMA	78,0	78,0	
15		RODRIGUES ALVES	PA SÃO PEDRO (PARTE)	135,0	141,0	
			PA 13 DE MAIO	10,0	10,0	
			PA NOVA CINTRA	16,0	10,0	
			PA PARANÁ DOS MOURAS	0,0	0,0	
			SOMA	161,0	161,0	
16		CRUZEIRO DO SUL	PA SANTA LUZIA	162,2	160,8	
			PA PEDRO FIRMINO	20,0	24,3	
			POLO AGROF. DE CRUZEIRO DO SUL	2,5	0	
			SOMA	184,7	185,1	
17		SENA MADUREIRA	PA BOA ESPERANÇA	63,5	48,5	
			PA JOAQUIM DE MATOS	0,0	0,0	
			PA FAVO DE MEL	10,0	10,0	
			POLO ELIAS MOREIRA	6,0	0,0	
			PDS WILSON LOPES	10,0	0,0	
			PDS IVO NEVES	7,0	0,0	
			PA MÁRIO LOBÃO	15,0	10,5	
			PA UIRAPURU	0,0	0,0	
			SOMA	111,5	69,0	
		TOTAL DE KM PREVISTOS.....			2.495,00	
		TOTAL DE KM EXECUTADOS.....				1.715,30
		TOTAL DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS 8.577				

Demonstrativo de recuperação com revestimento primário

CONVÊNIO INCRA / DERACRE – SICONV Nº 703441/2009

MUNICÍPIO	PROJETO DE ASSENTAMENTO	PREVISTO KM	EXECUTADO EM 2009 KM	FAMÍLIAS ATENDIDAS
SENADOR GUIOMARD	PDS BONAL	8,5	8,5	51,0

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	família/atendida	5.613	1.831	8.416	32,62%

Fonte: LOA/PPA (2008-2011)/Caderno de Metas 2009/2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
2.934.235	3.695.544	3.678.598,83	99,54	1.334.819,05	36,11	1.334.819,05	36,11

Fonte: Caderno de Metas 2009-2010/SIAFI

Os trabalhos demarcatórios realizados sob a gestão da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento incluem Projetos anteriormente demarcados de acordo com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 10.267/2001. Ou seja, os perímetros estão sendo redemarcados segundo exigências da Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais. Quanto aos novos projetos, estão sendo licitados em consonância com a norma mencionada.

Os resultados obtidos para o ano de 2009 ultrapassaram o programado, tendo em vista a liberação de mais recursos no decorrer do ano e os preços relativamente baixos atingidos com o processo licitatório. A meta física prevista é o atendimento a 5.613 famílias. Mas, os custos menores proporcionaram a contratação de serviços que beneficiaram inicialmente 6.203 famílias. Este número

foi ampliado para 7.835 famílias depois da contratação de novos serviços com o recurso adicional que foi encaminhado durante o exercício.

Porém, muitos trabalhos de campo de demarcação ou vistoria foram prejudicados em razão da falta de infraestrutura viária aos locais e das peculiaridades regionais, especificamente no que tange ao fator pluviosidade. Na Amazônia, existem duas estações climáticas distintas, uma chuvosa ou “inverno”, que se estende de dezembro a abril, e outra seca ou “verão”, de maio a novembro.

Neste sentido, parte das obras contratadas em 2009 foi suspensa em função das intempéries, devendo ser, portanto, concluída no “verão” de 2010. Por isso, os contratos celebrados foram aditivados para atender a essa situação. Outra parte foi contratada já em época chuvosa de 2009, com previsão para emissão de ordem de serviço para maio de 2010, conforme demonstrativo em anexo.

Em função da urgente necessidade de assentamento das famílias selecionadas para o PDS Nova Baixa Verde, o referido projeto foi demarcado de forma direta, por técnicos do órgão, sem a contratação de serviços externos.

As nossas ações têm sido implementadas no intuito de otimizar os recursos financeiros que nos são destinados, buscando atenuar os problemas sociais que poderão advir como consequência da não demarcação. Neste sentido, foram economizados 22% no primeiro processo licitatório e cerca de 30% no segundo. Da meta inicial de atender 5.613, chegamos a 1.831 no final de 2009, ou seja, 32,62%.

ASSENTAMENTOS COM DEMARCAÇÃO EXECUTADA EM 2009

Município	Projeto	Serviço Executado	Fam. Benef.
S. Guimard	PDS Bonal	Medição e demarcação topográfica do perímetro de 54 km de poligonal de apoio, fornecimento e implantação de 4 pontos geodésicos e fornecimento e implantação de aproximadamente 50 marcos definidores dos vértices do polígono.	203
Rio Branco	PA Barro Alto (parte)	Medição e demarcação topográfica do perímetro de 40 km de poligonal de apoio, fornecimento e implantação de 3 pontos geodésicos e fornecimento e implantação de aproximadamente 40 marcos definidores dos vértices do polígono.	66
Manuel Urbano	PA Liberdade (parte)	Medição e demarcação topográfica do perímetro de 37 km de poligonal de apoio, fornecimento e implantação de 2 pontos geodésicos e fornecimento e implantação de aproximadamente 25 marcos definidores dos vértices do polígono.	240
Rodrigues Alves	PA Iucatan	Medição e demarcação topográfica do perímetro de 40 km de poligonal de apoio, fornecimento e implantação de 3 pontos geodésicos e fornecimento e implantação de aproximadamente 100 marcos definidores dos vértices do polígono.	41
	PA Nova Cintra	Medição e demarcação topográfica do perímetro de 20 km de poligonal de apoio, fornecimento e implantação de 3 pontos geodésicos e fornecimento e implantação de aproximadamente 30 marcos definidores dos vértices do polígono.	59
	PA Alberto Santiago	Medição e demarcação topográfica do perímetro de 44 km de poligonal de apoio, fornecimento e implantação de 3 pontos geodésicos e fornecimento e implantação de aproximadamente 112 marcos definidores dos vértices do polígono.	48
	PA Treze de Maio	Medição e demarcação topográfica do perímetro de 45 km de poligonal de apoio, fornecimento e implantação de 3 pontos geodésicos e fornecimento e implantação de aproximadamente 35 marcos definidores dos vértices do polígono.	149
	PAF Havai	Medição e demarcação topográfica do perímetro de 136 km de poligonal de apoio, fornecimento e implantação de 3 pontos geodésicos e fornecimento e implantação de aproximadamente 340 marcos definidores dos vértices do polígono.	150
	PA Pavão	Medição e demarcação topográfica do perímetro de 52 km de poligonal de apoio, fornecimento e implantação de 5 pontos geodésicos e fornecimento e implantação de aproximadamente 130 marcos definidores dos vértices do polígono.	63
	PA São Pedro	Medição e demarcação topográfica do perímetro de 109 km de poligonal de apoio, fornecimento e implantação de 7 pontos geodésicos e fornecimento e implantação de aproximadamente 300 marcos definidores dos vértices do polígono.	335
	PA Paraná dos Mouras	Medição e demarcação topográfica do perímetro de 80 km de poligonal de apoio, fornecimento e implantação de 7 pontos geodésicos e fornecimento e implantação de aproximadamente 160 marcos definidores dos vértices do polígono.	477
Total			1.831

ASSENTAMENTOS COM DEMARCAÇÃO EM EXECUÇÃO – 2009 / 2010

Município	Projeto	Serviço em Execução	Fam. Benef.
Mâncio Lima	PA São Domingos	Medição e demarcação topográfica do perímetro de 21 km de poligonal de apoio, fornecimento e implantação de 2 pontos geodésicos e fornecimento e implantação de aproximadamente 210 marcos definidores dos vértices do polígono.	149
	PA Rio Azul	Medição e demarcação topográfica do perímetro de 28 km de poligonal de apoio, fornecimento e implantação de 3 pontos geodésicos e fornecimento e implantação de aproximadamente 70 marcos definidores dos vértices do polígono.	54
	PDS São Salvador	Medição e demarcação topográfica do perímetro de 140 km de poligonal de apoio, fornecimento e implantação de 5 pontos geodésicos e fornecimento e implantação de aproximadamente 110 marcos definidores dos vértices do polígono.	250
C. do Sul	PA Uruburetama	Medição e demarcação topográfica do perímetro de 30 km de poligonal de apoio, fornecimento e implantação de 3 pontos geodésicos e fornecimento e implantação de aproximadamente 40 marcos definidores dos vértices do polígono.	20
	PAF Recanto	Medição e demarcação topográfica do perímetro de 71 km de poligonal de apoio, fornecimento e implantação de 5 pontos geodésicos e fornecimento e implantação de aproximadamente 20 marcos definidores dos vértices do polígono.	69
	PA Narciso Assunção	Medição e demarcação topográfica do perímetro de 43 km de poligonal de apoio, fornecimento e implantação de 3 pontos geodésicos e fornecimento e implantação de aproximadamente 75 marcos definidores dos vértices do polígono.	102
	Gleba Miritizal	Medição e demarcação topográfica do perímetro de 91 km de poligonal de apoio, fornecimento e implantação de 6 pontos geodésicos e fornecimento e implantação de aproximadamente 355 marcos definidores dos vértices do polígono.	172
	PDS Francisco Pimentel	Medição e demarcação topográfica do perímetro de 30 km de poligonal de apoio, fornecimento e implantação de 2 pontos geodésicos e fornecimento e implantação de aproximadamente 15 marcos definidores dos vértices do polígono.	171
	PAD Santa Luzia	Medição e demarcação topográfica do perímetro de 100 km de poligonal de apoio, fornecimento e implantação de 10 pontos geodésicos e fornecimento e implantação de aproximadamente 230 marcos definidores dos vértices do polígono.	898
Porto Walter	PA Vitória	Medição e demarcação topográfica do perímetro de 20 km de poligonal de apoio, fornecimento e implantação de 3 pontos geodésicos e fornecimento e implantação de aproximadamente 30 marcos definidores dos vértice do polígono.	31
	PAE Porongaba	Medição e demarcação topográfica do perímetro de 74 km de poligonal de apoio, fornecimento e implantação de 3 pontos geodésicos e fornecimento e implantação de aproximadamente 35 marcos definidores dos vértices do polígono.	84
	PDS Minas	Medição e demarcação topográfica do perímetro de 25 km de poligonal de apoio, fornecimento e implantação de 3 pontos geodésicos e fornecimento e implantação de aproximadamente 10 marcos definidores dos vértices do polígono.	85
Capixaba	PA Alcobrás	Medição e demarcação topográfica do perímetro de 72 km de poligonal de apoio, fornecimento e implantação de 6 pontos geodésicos e fornecimento e implantação de aproximadamente 250 marcos definidores dos vértice do polígono.	443
	PA Zaqueu Machado	Medição e demarcação topográfica do perímetro de 42 km de poligonal de apoio, fornecimento e implantação de 6 pontos geodésicos e fornecimento e implantação de aproximadamente 270 marcos definidores dos vértice do polígono.	236
Rio Branco	PDS Nova Baixa Verde	Medição e demarcação topográfica do perímetro de 110 km de poligonal de apoio, fornecimento e implantação de 3 pontos geodésicos e fornecimento e implantação de aproximadamente 450 marcos definidores dos vértices do polígono.	211
	PA Barro Alto (parte)	Medição e demarcação topográfica do perímetro de 40 km de poligonal de apoio, fornecimento e implantação de 3 pontos geodésicos e fornecimento e implantação de aproximadamente 40 marcos definidores dos vértices do polígono.	119
Manuel Urbano	PA Liberdade (parte)	Medição e demarcação topográfica do perímetro de 198 km de poligonal de apoio, fornecimento e implantação de 20 pontos geodésicos e fornecimento e implantação de aproximadamente 630 marcos definidores dos vértices do polígono e 260 marcos para orientação.	49
T o t a l			3.143

ASSENTAMENTOS COM DEMARCAÇÃO CONTRATADA PARA EXECUÇÃO EM 2010

Município	Projeto de Assentamento	Serviço para execução em 2010	Fam. Benef.
Sena Madureira	PA Oriente	Medição e demarcação de 44 km de poligonais definidoras do perímetro; implantação e rastreio de 5 marcos geodésicos de categoria P2/IBGE; implantação de 76 marcos de apoio básico.	107
	PDS Ivo Neves	Medição e demarcação de 33 km de poligonais de apoio imediato; implantação e rastreio de 3 marcos geodésicos de categoria P2/IBGE; implantação de 125 marcos de apoio básico.	102
	PA João Batista	Medição e demarcação de 85 km de poligonais; implantação e rastreio de 5 marcos geodésicos de categoria P2/IBGE; implantação de 275 marcos definidores de parcelas e 150 marcos de orientação.	100
	PDS Lídia Craveiro	Medição e demarcação topográfica de 19 km de poligonais definidoras do perímetro; implantação e rastreio de 2 marcos de categoria P2/IBGE; e de 130 marcos de apoio imediato.	26
	PDS Wilson Lopes	Medição e demarcação topográfica de 73 km do perímetro, implantação de pelo menos 6 marcos de categoria P2/IBGE, 150 marcos de apoio imediato e 1 marco de categoria P1/IBGE.	305
	PDS Geraldo Fernandes	Medição e demarcação topográfica de 28 km de poligonais, implantação e rastreio de 3 marcos de categoria P2/IBGE e 45 marcos de apoio imediato.	63
Manuel Urbano	PAR Aleluia	Medição e demarcação topográfica de 110 km de poligonais; fornecimento e implantação de rastreio de 6 marcos de categoria P2/IBGE, fornecimento e implantação de 300 marcos para definição de perímetro e das parcelas do Projeto a ser re-demarcado.	122
Rio Branco	PA Boa Água	Medição e demarcação topográfica de 35 km de poligonais de apoio imediato; fornecimento e implantação de 120 de marcos definidores de perímetro; fornecimento e implantação de 2 marcos geodésicos de categoria P2/IBGE.	147
	PA Vista Alegre	Medição e demarcação de 15 km de poligonais topográficas de apoio imediato; fornecimento e implantação de 60 marcos; implantação e rastreio de 3 marcos geodésicos de categoria P2/IBGE.	35
	PA Benfica	Medição e demarcação topográfica do perímetro e das parcelas (83), implicando na mensuração de 72 km de poligonais; fornecimento e implantação de 100 marcos definidores de perímetro e de até 400 marcos para divisas de parcelas; fornecimento e implantação de 04 marcos geodésicos de categoria P2/IBGE	496
	PA Colibri	Medição e demarcação de 40 km de poligonais; fornecimento, implantação e rastreio de 2 marcos de categoria P2/IBGE e de 120 marcos de apoio imediato.	48
Tarauacá	PA Tarauacá	Medição e demarcação de 71 km de poligonais de apoio imediato; fornecimento e implantação de 250 marcos de apoio imediato; implantação e rastreio de 10 marcos geodésicos de categoria P2/IBGE.	285
	PA Novo Destino	Medição e demarcação topográfica de 35 km de poligonais de apoio imediato; fornecimento e implantação de 60 marcos de apoio imediato; fornecimento e implantação 9 marcos geodésicos de categoria P2/IBGE.	325
Senador Guimard	PA Limeira	Medição e demarcação de 38 km de poligonais de apoio imediato; fornecimento e implantação de aproximadamente 175 marcos definidores de perímetro; fornecimento e implantação 3 marcos geodésicos, de categoria P2/IBGE.	178
	PA Petrolina	Medição e demarcação topográfica de 89 km de poligonais; fornecimento e implantação de aproximadamente 240 marcos definidores de perímetro; fornecimento e implantação de 6 marcos de categoria P2/IBGE e aproximadamente 140 marcos de orientação.	84
Bujari	PA Espinhara	Medição e demarcação de 19 km de poligonais de apoio imediato; fornecimento e implantação de 30 marcos de apoio imediato; implantação e rastreio de 3 marcos geodésicos de categoria P2/IBGE.	29
	PA Espinhara II	Medição e demarcação de 60 km de poligonais de apoio imediato; fornecimento e implantação de 250 marcos de apoio imediato; implantação e rastreio de 4 marcos geodésicos de categoria P2/IBGE.	166
Porto Acre	PA Porto Alonso	Medição e demarcação de 53 km de poligonais de apoio imediato; fornecimento e implantação de 110 marcos de apoio imediato; implantação e rastreio de 6 marcos geodésicos de categoria P2/IBGE.	163
Acrelândia	PA Cumaru	Medição e demarcação de 50 km de poligonais de apoio imediato; fornecimento, implantação e rastreio de 5 marcos de categoria P2/IBGE e de 60 marcos de apoio imediato.	80
TOTAL			2.861

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	691	A	3	Família beneficiada	0	575	830	0

Fonte: LOA/ PPA (2008-2011)/Caderno de Metas 2009/2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	1.131.395,25	1.131.290,73	99,99	80.931,50	7,15	80.931,50	7,15

Fonte: Caderno de Metas 2009/SIAFI

Dois projetos foram enquadrados na ação Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol em 2009. O primeiro projeto foi concluído e trata do melhoramento das condições de acesso, reforma, ampliação e reestruturação do Centro de Comercialização de Produtos da Reforma Agrária do Projeto de Assentamento Alcobrás, Capixaba, Acre. Todo o valor pago desta ação demonstrado no quadro da execução física e financeira se refere à execução deste projeto.

O segundo projeto – Implantação e Estruturação de Casas Modelo de Produção de Farinha de Mandioca em Assentamentos do Acre – encontra-se em fase de execução, tendo em vista ter sido iniciado em dezembro de 2009. Entretanto, todas as metas e objetivos deste projeto estão sendo executados conforme o planejado. Sendo assim, as 22 (vinte e duas) casas de farinha, objeto do projeto, estão sendo construídas no prazo previsto. Contudo, nenhuma delas foi concluída, motivo pelo qual não se efetuou nenhum pagamento até esta data. Vale ressaltar que este projeto tem previsão de conclusão em dezembro de 2010.

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTOS BENEFICIADOS	Nº DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS
Cruzeiro do Sul	PDS Jamil Jereissati	25
	PA Pedro Firmino	25
	PA Narciso Assunção	25
Mâncio Lima	PA São Domingos	50
Feijó	PA Berlim Recreio	25
	PA Envira	25
Rodrigues Alves	PA Paraná dos Mouras	25
	PA Arco-íris	25
	PA treze de maio	25
Tarauacá	PA Taquari	25
	PA Novo Destino	25
Manuel Urbano	PA Liberdade	25
Porto Acre	PA Tocantins	25
	PA Porto Acre	25
Bujari	PA Espinhara II	25
Senador Guimard	PDS Bonai	25
Sena Madureira	PDS Geraldo Fernandes	25
Brasiléia	PAE Santa Quitéria	25
	PE Polo Agroflorestal Brasiléia	25
	PA Fortaleza	25
Epitaciolândia	PAE Porto Rico	25
Xapuri	PDS Pólo Recanto do Equador	25
13	22	575

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	TD Expedido	0	706	2.057	0

Fonte: LOA/ PPA (2008-2011)/Caderno de Metas 2009-2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (h)	% (g=f/b)
0	149.999,91	131.341,89	87,56	130.651,89	87,1	130.651,89	87,1

Fonte: Caderno de Metas 2009/SIAFI

A meta de titulação inicialmente prevista para o exercício de 2009 foi excluída em razão do contingenciamento dos recursos orçamentários da Programação Operacional do Incra. Com o advento do descontingenciamento desses recursos, através do esforço conjunto dos diversos setores da Superintendência Regional, e ainda cumprindo-se todas as etapas previstas na norma interna pertinente a esta ação, atingiu-se a marca de 706 Títulos de Domínio – TD expedidos e publicados no Boletim de Serviço do Incra.

Quanto aos Contratos de Concessão de Uso – CCU, seguindo a mesma rotina mencionada, alcançamos também o total de 2.117 CCUs expedidos e publicados no Boletim de Serviço do Incra.

Vale ressaltar que esses números foram atingidos utilizando-se e otimizando os recursos orçamentários e financeiros da própria ação, bem como da Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa. Aproveitando-se ainda os deslocamentos dos técnicos na realização de outras atividades nos assentamentos, tais como, visita técnica, para obter dados e informações suficientes para a instrução dos processos de titulação provisória e definitiva.

Títulos de Domínio expedidos em 2009

MUNICÍPIO	PROJETO	ÁREA (HA)	CAPAC. ASSENT.	FAM. ASSENT.	LO TES TITUL. ATÉ 2008	TD EXP. EM 2009
CRUZEIRO DO SUL	PAD SANTA LUZIA	57.219,6650	898	893	427	37
	PA PEDRO FIRMINO	6.405,4100	80	77	-	28
	PA NARCISO ASSUNÇÃO	4.306,2060	102	102	-	18
SUBTO TAL		67.931,2810	1.080	1.072	427	83
BUJARI	PA ESPINHARA II	5.985,6350	167	165	25	2
SUBTO TAL		5.985,6350	167	165	25	2
RIO BRANCO	PA CARÃO	11.161,3480	270	267	157	13
	PA FIGUEIRA	25.567,3800	354	354	250	5
	PA VISTA ALEGRE	947,1030	35	35	29	1
	PA BENFICA	6.827,0000	496	474	209	21
	PA COLIBRI	1.356,0000	48	48	23	3
	PA GAL.MORENO MAIA	20.684,8370	500	490	247	6
	PA BAIXA VERDE	4.807,8830	167	163	-	44
	PA BOA ÁGUA	4.122,8220	151	148	-	1
SUBTO TAL		74.118,3730	2.021	1.979	915	94
CAPIXABA	PA SÃO GABRIEL	10.170,2370	162	162	137	-
SUBTO TAL		10.170,2370	162	162	137	0
RODRIGUES ALVES	PA NOVA CINTRA	1.438,7260	59	59	46	-
SUBTO TAL		1.438,7260	59	59	46	0
PLÁCIDO DE CASTRO	PA TRIUNFO	12.349,0920	307	272	111	6
SUBTO TAL		12.349,0920	307	272	111	6
SENADOR GUIOMARD	PA LIMEIRA	1.783,5940	180	177	107	4
SUBTO TAL		1.783,5940	180	177	107	4
TARAUACÁ	PA TARAUAÇÁ	13.093,2580	294	284	109	72
SUBTO TAL		13.093,2580	294	284	109	72
SENA MADUREIRA	PAD BOA ESPERANÇA	80.150,9470	1.076	978	647	120
	PA FAVO DE MEL	9.796,3270	180	175	107	5
SUBTO TAL		89.947,2740	1.256	1.153	754	125
PORTO ACRE	PAD HUMAITÁ	61.179,0000	951	951	795	-
	PA PORTO ACRE	2.093,0840	42	42	35	-
	PA CAQUETÁ	17.631,9230	611	608	-	134
	PA PORTO ALONSO	9.126,4350	166	166	-	1
SUBTO TAL		90.030,4420	1.770	1.767	830	135
FEIJÓ	PA ENVIRA	5.762,2930	239	226	56	30
SUBTO TAL		5.762,2930	239	226	56	30
ACRELÂNDIA	PAD PEDRO PEIXOTO	296.243,8720	4.727	4.710	3.979	79
	PA Sr° ANTÔNIO DO PEIXOTO	15.142,6370	212	206	128	39
	PA CUMARU	5.970,3890	81	81	67	2
	PA ORION	16.329,0380	321	314	245	6
	PA SÃO JOÃO DO BALANCEIO	17.797,4040	244	240	-	4
SUBTO TAL		351.483,3400	5.585	5.551	4.419	130
BRASILÉIA	PAD QUIXADÁ	76.741,3720	1.032	1.019	742	10
	PA PÃO-DE-AÇÚCAR	6.279,4410	123	119	15	15
SUBTO TAL		83.020,8130	1.155	1.138	757	25

Fonte: Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - SR(14)D

Contratos de Concessão de Uso expedidos em 2009

MUNICÍPIO	PROJETO	ÁREA (HA)	CAPAC. ASSENT.	FAM. ASSENT.	CCU EXP. ATÉ 2008	CCU EXP.2009
CRUZEIRO DO SUL	PAD SANTA LUZIA	57.219,6650	898	893	-	95
	PDS FRANCISCO PIMENTEL	55.150,0000	171	171	-	86
	PA NARCISO ASSUNÇÃO	4.306,2060	102	102	-	13
SUBTOTAL		116.675,8710	1.171	1.166	-	194
RIO BRANCO	PA BARRO ALTO	6.018,6890	185	183	-	157
	PDS NOVA BAIXA VERDE	5.007,2770	211	211	-	185
	PA ITAMARATY	8.736,1380	187	165	-	86
SUBTOTAL		19.762,1040	583	559	-	428
ASSIS BRASIL	PA PARAGUASSU	3.406,9520	98	98	-	68
SUBTOTAL		3.406,9520	98	98	-	68
RODRIGUES ALVES	PA JOÃO ADEMIR	0.534,7980	32	32	-	27
	PA F HAVAÍ	34.000,0000	150	150	-	137
	PA ALBERTO SANTIAGO	2.160,0000	50	49	-	32
	PA ARCO-ÍRIS	1.684,0100	73	72	-	45
SUBTOTAL		38.378,8080	305	303	-	241
XAPURI	PA TUPÁ	6.134,5260	146	144	-	119
SUBTOTAL		6.134,5260	146	144	-	119
SENADOR GUIOMARD	PDS BONAL	10.447,8000	203	202	-	170
SUBTOTAL		10.447,8000	203	202	-	170
TARAUACÁ	PA TAQUARI	56.950,8530	142	138	-	16
SUBTOTAL		56.950,8530	142	138	-	16
SENA MADUREIRA	PDS IVO NEVES	3.352,0000	105	102	-	153
	PA E RIOZINHO	3.381,6170	77	75	-	45
	PDS WILSON LOPES	15.826,0000	315	307	-	277
SUBTOTAL		22.559,6170	497	484	-	475
PORTO ACRE	PDS NOVA ESPERANÇA	3.140,0000	60	45	-	45
SUBTOTAL		3.140,0000	60	45	-	45
MANUEL URBANO	PA LIBERDADE	27.393,0000	505	450	-	65
SUBTOTAL		27.393,0000	505	450	-	65
ACRELÂNDIA	PA CALIFÓRNIA	5.825,9320	100	93	-	52
	PDS PORTO LUIZ I	9.506,3880	400	359	-	128
SUBTOTAL		15.332,3200	500	452	-	180
BRASILÉIA	PA FORTALEZA	1.000,0000	40	33	-	31
	PA PÃO-DE-AÇÚCAR	6.199,6510	123	123	-	28
	PA PRINCESA	1.315,0000	30	20	-	11
	PA TRÊS MENINAS	1.520,0000	61	61	-	36
SUBTOTAL		10.034,6510	254	237	-	106
EPITACIOLÂNDIA	PAE EQUADOR	7.757,7210	36	34	-	10
SUBTOTAL		7.757,7210	36	34	-	10
TOTAL		337.974,2230	4.500	4.312	-	2.117

Fonte: Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - SR(14)D

Instrução Normativa nº 47/2008 – Resultado das atividades

As ocupações irregulares em parcelas de assentamentos de reforma agrária se caracterizam por inúmeras situações que vão desde a violação da legislação ambiental, por meio de cultivos irregulares em áreas de reserva legal e de preservação permanente, passando pelo arrendamento de parcelas, até a infração mais grave, que é a compra e venda de terras públicas. Estes são alguns exemplos de situações irregulares que ocorrem nos Projetos de Assentamento criados pelo INCRA e que demandam ações do Estado no sentido de promover a justiça no meio rural e atender as demandas da sociedade atual.

Este trabalho de levantamento da situação ocupacional tem como objetivo:

I – Promover a atualização dos dados dos Projetos de Assentamento e dos respectivos beneficiários no Sistema Nacional de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA;

II – Identificar e caracterizar as situações irregulares relativas à destinação das áreas de reforma agrária, especificamente aquelas inerentes às parcelas ocupadas à revelia do Incra;

III – Promover a retomada das parcelas ocupadas irregularmente;

IV – Promover a destinação das parcelas retomadas, mediante o assentamento de famílias ou outra forma de destinação quando a parcela tiver perdido a vocação agrícola.

PROJETOS SUPERVISIONADOS/VISTORIADOS

Projeto	Município	Famílias Assentadas	Parcelas vistoriadas	Índice Supervisão por Projeto (%)
PA Caquetá	Porto Acre	564	144	25,50%
PA Uirapuru	Bujari	43	43	100,00%
PA Porto Dias	Acrelândia	97	13	13.4%
PA Amônia	Mal. Thaumaturgo	211	211	100,00%
T o t a l		915	200	59,72% (Média)

Vale salientar que, apesar da Instrução Normativa nº 47, de 17 de setembro de 2008, que trata das diretrizes básicas para levantamento da situação ocupacional nos Projetos de Assentamento do Incra, já estar em vigor desde setembro de 2008, os trabalhos foram iniciados em novembro de 2009. Esse período coincide com o inverno na região norte, ficando os trabalhos de vistoria prejudicados em função das dificuldades de acesso. Mesmo assim, em pouco tempo, as parcelas supervisionadas chegaram 1,62% do total de assentados da Superintendência.

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infra-estrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curitiba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
								#DIV/0!

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2008	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
			#DIV/0!		#DIV/0!		#DIV/0!

Fonte:

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portela Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Famílias	2.455	353	413	14,37%

Fonte: LOA/PPA (2008-2011)/ Caderno de Metas 2009-2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2008	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
2.455.300,00	2.369.703,10	2.252.388,97	95,04	342.485,47	14,45	342.485,47	14,45

Fonte: Caderno de Metas 2009SIAFI

Ao longo do primeiro semestre de 2009 o setor de Meio Ambiente inicialmente realizou a pedido da Coordenação Nacional do Meio Ambiente o primeiro Plano de Ação Qualificado para Regularização Ambiental em Assentamentos da Reforma Agrária no Estado do Acre, objetivando principalmente estabelecer os projetos, metas custos e prazos das ações de Licenciamento Ambiental e promoção de recuperação de recursos naturais. Após essa fase, foi iniciada a elaboração dos projetos de Recuperação de Áreas Alteradas com ênfase na implantação de Centros de Reflorestamento e Divulgação Ambiental, visando o reflorestamento de áreas alteradas com a combinação de serviços modernos e de comunicação a partir de uma base de apoio e sustentação do projeto.

Iniciamos um processo de articulação institucional e interinstitucional junto as Prefeituras do Território do Alto Acre e Capixaba (Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Epitaciolândia, e Xapuri) com vistas a obtenção de dados e informações para a elaboração dos projetos técnicos a partir de demanda espontânea, objetivando a realização de contratos de repasse via Convênio com quatro prefeituras do Território da Cidadania.

Ocorre que o tempo foi se exaurindo com a proximidade do final do ano e as prefeituras não conseguiram sair da inadimplência para que pudéssemos efetivar os Convênios. Assim, sem uma expectativa concreta da parte dos parceiros e para não correremos o risco de perdermos os recursos disponibilizados para serem aplicados em projetos no exercício de 2009, o Serviço de Meio Ambiente optou por refazer os projetos técnicos e adaptá-los para realização de um certame licitatório. Desta forma conseguimos contratar 4 projetos Técnicos de implantação de Centros de Reflorestamento e Divulgação Ambiental, objetivando o processo de reflorestamento, com a instalação de um centro de apoio, um viveiro de mudas e os serviços de produção, plantio e cercamento de espécies agroflorestais com a participação dos produtores rurais assentados.

No total foram beneficiadas 353 famílias, proporcionando o alcance de uma meta inferior a proposta na Programação Operacional do INCRA, porém com perspectiva de melhor qualidade e facilidade de implementação.

As ações foram iniciadas dentro dos prazos previstos e o INCRA está acompanhando a ação para que seja concretizada conforme previsto nos termos de referência utilizados como base para implantação dos projetos contratados. Vale ressaltar que os gastos já liquidados envolveram recursos de diária e material de consumo que foram utilizados nos processos e etapas de mobilização das comunidades e negociação junto com as prefeituras do Território da Cidadania para realização de Convênion, que infelizmente não se concretizaram devido as questões já esclarecidas, além do acompanhamento de projetos anteriores.

Destacamos que o setor de Meio Ambiente está carente de profissionais para que haja um melhor alcance de resultados. Essa preocupação já foi levada ao Superintendente Regional que afirmou que o problema não afeta apenas o Setor de Meio Ambiente mas a Superintendência como um todo e que a normalização dar-se-á com a realização de um novo concurso público previsto para o ano de 2010.

Ponderações sobre Contratações e principais problemas

1- A Programação Operacional do Incra em 2009 prevê apenas R\$ 1.000,00 por família. Este valor é insuficiente na região Norte, onde os preços dos insumos e materiais necessários à implementação de projetos de recuperação de recursos naturais são elevados. Essa questão já é do conhecimento da Coordenação Nacional de Meio Ambiente, que nos orientou realizar a justificativa dos custos dos projetos básicos de acordo com Norma de Execução nº 43 que estabelece critérios e procedimentos referentes a implantação de projetos de recuperação e manejo de recursos naturais.

2 – Os custos de realização de projetos de recuperação de áreas alteradas na região Norte, principalmente na região amazônica, é bem mais elevado, consideram-se os seguintes fatores: preço de insumos e materiais para implantação de Sistemas Agroflorestais, tanto destinados a recuperação de Reserva Legal - RL, como a Recuperação de Áreas de Preservação Permanente – APP. Para se ter idéia desses custos, um projeto de recuperação de Reserva Legal para implantação de SAFs – Sistemas Agroflorestais envolve um conjunto de etapas que apresentam uma série de custos variáveis.

3 - De acordo com o nosso Plano de Ação Qualificado, para realização de projetos de recuperação temos o desenvolvimento de diversas etapas, as quais envolvem diversos materiais e serviços como insumos e capacitação, sem contar os custos de acompanhamento do projeto por um período mínimo de dois anos. Vale ressaltar ainda que boa parte dos materiais e insumos é adquirida em mercados fora do Estado, o que encarece mais ainda os custos de um projeto. Saliente-se que o valor estipulado pelo INCRA, de um mil reais por família não dá condições de realizar um projeto completo dentro da técnica recomendada. Há parcerias, mas elas têm limitações institucionais, razão pela qual não se pode dizer ou criar expectativa de aquisição de valores adicionais para concretizar a ação a partir dessa fonte. Esses aspectos são abordados no nosso Plano de Ação Qualificado, que estabelece uma tabela com custos mínimos para realização de projetos técnicos na região.

Diante dos fatos elencados, os índices de eficiência e eficácia em relação as metas operacionais emanadas pelo INCRA diminuem. Porém, se considerarmos os custos regionais para

reflorestamento, os quais podem variar de R\$ 4.000,00 a R\$ 7.000,00 por família, aí incluída o a etapa de acompanhamento de no mínimo 24 meses, podemos garantir que esse valor estipulado pela Norma de Execução nº 43 carece de uma revisão e um estudo para reajuste dos valores, tomando-se como base os custos regionais e os insumos necessários para se proceder projetos de reflorestamento.

Por último, mesmo atingindo uma meta menor com um gasto maior estamos conscientes de que é uma meta com melhor qualidade e com chances de obtermos sucesso.

4 – A diferença explicitada entre empenho emitido e empenho liquidado decorre da contratação das obras e serviços que serão pagos a medida em que forem sendo executados e concomitantemente fiscalizados.

Projetos de Recuperação de Áreas Alteradas contratados em 2009

Projeto		Objeto	Órgão Executor
Centro de Reflorestamento e Divulgação Ambiental visando a Recuperação de Áreas Alteradas em Reserva Legal em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária.		Implantação de um Centro de Reflorestamento e Divulgação Ambiental , envolvendo a Construção de um Centro de apoio , um Viveiro de mudas , o plantio de 333.200 mudas para recuperação de 400,00 ha , envolvendo 353 famílias em 04 Projetos de Assentamento do INCRA no Acre. O Projeto ainda prevê o plantio e cercamento dessas áreas individuais como proposta de reflorestamento e possibilidade de ganhos em curto prazo.	INCRA
Ano de Implantação	2009 a 2011		
Código do SIPRA	Assentamentos Contemplados	Município	Famílias Atendidas
AC 0061000	PA Alcobrás	Capixaba	100
AC 0042000	PAE Porto Rico	Epitaciolândia	73
AC 0007000	PAD Quixadá	Brasiléia	100
AC 0107000	PA Paraguassú	Assis Brasil	80
Totais			353

Fonte: Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais - SR(14)T3

2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	846	A	3	Família atendida	3.151		655	#DIV/0!

Fonte: LOA/ PPA (2008-2011)/Caderno de Metas 2009-2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
35.609.134	19.585.000	19.571.800	99,93	11.160.200	56,98	11.160.200	56,98

Fonte: Caderno de Metas 2009/SIAFI

Por meio do Programa de Crédito Instalação, em 2009, esta Superintendência empenhou recursos da ordem de R\$ 19.571.800,00, dos quais foram liquidados R\$ 11.160.200,00, com depósitos efetuados em conta de Associações e Grupos de Representantes de Trabalhadores Rurais. O objetivo foi beneficiar as famílias assentadas com objetos, produtos, equipamentos, insumos e serviços provenientes dos recursos do Crédito Instalação nas modalidades Apoio Inicial, Aquisição de Materiais de Construção e Recuperação de Materiais de Construção. Com recursos destas duas últimas modalidades remanescentes das Programações Operacionais de 2005 a 2008,

foram construídas 563 casas e reformadas 521 em 2009. Neste mesmo ano, da Programação Operacional 2009, foram construídas apenas 4 habitações, totalizando 567 unidades construídas e 1.088 residências concluídas quando inseridas as reformadas.

Dos R\$ 19.571.800,00 empenhados, foram aplicados apenas parte deste, restando um saldo para ser operacionalizado nos anos que se seguem, como vem ocorrendo há algum tempo. Vários fatores têm contribuído para essa distorção entre a aplicação do montante no mesmo exercício e em exercícios posteriores. O principal problema, porém, consiste no esforço do Setor de Infraestrutura/Crédito Instalação em garantir o recurso para os novos assentados efetuando os devidos depósitos, mas nem sempre podendo aplicá-los no mesmo ano em função das etapas que se sucedem à criação de um assentamento e que são pré-requisitos para a liberação do Crédito, como:

- Demarcação topográfica;
- Licenciamento ambiental;
- Contrato de concessão de uso.
- Serviços de infra estrutura, principalmente acesso.

Somente após cumpridas essas determinações, os créditos poderão ser operacionalizados. A insuficiência desses serviços nos assentamentos vem dificultando a aplicação do Crédito Instalação nos últimos quatro anos, tendo em vista que os recursos disponibilizados para essas ações não são suficientes para atender toda a demanda de infraestrutura e demarcação existentes. Além disso, o licenciamento e o contrato de concessão de uso não são liberados de imediato, necessitando inclusive de adequações às normas de instituições alheias.

Acrescente-se a isso o aumento dos volumes financeiros depositados sem possibilidade de liberação aos beneficiários e complementados a cada reajuste dos valores da modalidade referente. Milhões de reais depositados nas contas de Associações e Grupos que não começaram sua operacionalização vêm sendo complementados, crescendo consideravelmente nos últimos anos, tendo em vista que de 2005 a 2009 apenas o valor da modalidade Aquisição de Materiais de Construção teve 3 correções, passando de R\$ 5.000,00, para R\$ 7.000,00, R\$ 10.000,00 e R\$ 15.000,00.

O INCRA no Acre possui 146 Projetos de Assentamento, entre criados e reconhecidos. Esses Projetos, na sua maioria, são de difícil acesso, impossibilitando a aplicação completa do Crédito no ano em que se inicia. Em grande parte dos Projetos e unidades de conservação com os quais trabalhamos, a operacionalização só se torna possível no período de verão amazônico, ou seja, seis meses, pois no inverno as áreas ficam completamente isoladas.

Além disso, a deficiência na Assistência Técnica aos assentados e a insuficiência na capacidade operacional do setor de Crédito dificultam ainda mais a operacionalização do Crédito Instalação. A Superintendência está há mais de 4 anos sem atender aos Projetos de Assentamento com assistência técnica, ação que deveria servir de base para aplicação do Crédito Instalação em todas as suas modalidades. E os recursos humanos do setor não conseguem suprir a demanda dos 146 assentamentos.

Mesmo nos Polos e Florestas Estaduais e Municipais e Reservas Extrativistas do Ibama, onde técnicos dos órgãos parceiros participam da operacionalização dos créditos, precisa-se da supervisão do INCRA. Portanto, há sempre que se dispor de servidores para o acompanhamento. Considerem-se ainda as várias modalidades do Crédito Instalação, com suas especificidades e exigências, que requerem cuidado e pessoal capacitado e habilitado para a operacionalização.

A complexidade da montagem dos processos de concessão e a eficiência no acompanhamento da aplicação dos recursos impõem a necessidade de profissionais éticos e competentes a fim de atender às determinações das normativas. Isto, no entanto, tem sido um dos principais obstáculos ao rendimento satisfatório das tarefas pertinentes ao setor: a insuficiência de recursos humanos capacitados e dispostos a atuar em um setor exigente, onde, além de outros contratemplos, o profissional está constantemente vulnerável a processos, advertências, denúncias e questionamentos judiciais, sem sequer direito à defesa por parte da instituição.

Todos esses fatores anteriormente descritos têm contribuído para as distorções evidentes nos indicadores de eficiência e eficácia do Setor de Infraestrutura/Crédito Instalação e na lentidão da aplicação dos recursos disponibilizados pelo Governo Federal para as ações de reforma agrária no Acre.

Resolver tantas distorções em um setor cujas ações dependem diretamente do desempenho de outros passa por medidas urgentes e imediatas com implicações em todas as divisões – da Divisão de Administração à de Desenvolvimento Sustentável de Assentamentos. Nada, porém, impossível de se realizar, desde que a Superintendência adote posições firmes e corajosas em 2010 para melhorar o desempenho operacional nos próximos exercícios. Algumas sugestões podem ser pertinentes:

a) Realização de mutirão, com vários servidores, na Superintendência / sede e unidades e escritórios no interior, em 2010, para promover uma revisão geral nos processos novos e antigos, com pagamentos concluídos e em fase de liberação, visando adequá-los devidamente às normas vigentes, para finalização e possível aprovação de prestação de contas;

b) Suspensão total de novos depósitos até a conclusão desses trabalhos e de concessão de Crédito Instalação a Projetos com processos de pagamento com pendência;

c) Inclusão de novos servidores no setor para atuação no pagamento de novos beneficiários nas várias modalidades de Crédito Instalação, visando zerar o passivo em Projetos criados até 2008; e

d) Articulação com os setores competentes para realização de ações como demarcação, expedição de Contratos de Concessão de Uso, licenciamento ambiental e outras prioritariamente em Projetos com recursos depositados em contas de associações ou grupos de representantes.

QUADRO DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO INSTALAÇÃO 2009

MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	PROJETO DE ASSENTAMENTO / POLO / RESEX / FLORESTA	ASSENTAMENTOS		CRÉDITO INSTALAÇÃO	CRÉDITOS EMPENHADOS			CRÉDITOS DEPOSITADOS		
			CAPAC. ASSENT.	FAM. ASSENT.	MODAL.	Nº FAM. POR MOD.	VALOR UNIT. (R\$ 1,00)	VALOR TOTAL (R\$ 1,00)	Nº FAM. POR MOD.	VALOR UNIT. (R\$ 1,00)	VALOR TOTAL (R\$ 1,00)
ACRELÂNDIA	AC0105000	PDS PORTO LUIS I	400	359	A.I	60	3.200,00	192.000,00	60	3.200,00	192.000,00
					A.M.C.	60	15.000,00	900.000,00	60	15.000,00	900.000,00
SUBTOTAL						60	18.200,00	1.092.000,00	60	18.200,00	1.092.000,00
ASSIS BRASIL	AC0107000	PA PARAGUASSU	98	98	A.M.C (compl.)	98	5.000,00	490.000,00	98	5.000,00	490.000,00
	AC0095000	RESEX CHICO MENDES	2.050	1.963	A.M.C (compl.)	89	8.000,00	712.000,00	89	8.000,00	712.000,00
SUBTOTAL						187	-	1.202.000,00	187	-	1.202.000,00
BUJARI	AC0153000	PA BUJARI	100	100	A.I	99	3.200,00	316.800,00	99	3.200,00	316.800,00
	AC0108000	PA UIRAPURU	43	43	FM	49	3.200,00	156.800,00	49	3.200,00	156.800,00
SUBTOTAL						247	-	1.958.600,00	247	-	1.958.600,00
BRASILÉIA	AC0106000	PA FORTALEZA	40	33	A.M.C (compl.)	23	5.000,00	115.000,00	23	5.000,00	115.000,00
	AC0107000	PA PÃO DE AÇÚCAR	123	119	A.M.C (compl.)	7	5.000,00	35.000,00	7	5.000,00	35.000,00
					R.M.C	20	5.000,00	100.000,00	20	5.000,00	100.000,00
	AC0095000	RESEX CHICO MENDES	2.050	1.963	A.I (compl.)	300	800,00	240.000,00	300	800,00	240.000,00
A.M.C (compl.)					300	8.000,00	2.400.000,00	300	8.000,00	2.400.000,00	
SUBTOTAL						650	-	2.890.000,00	650	-	2.890.000,00
CAPIXABA	AC0061000	PA ALCOBRÁS	443	430	R.M.C	14	5.000,00	70.000,00	14	5.000,00	70.000,00
	AC0146000	PE AGROF. DE CAPIXABA	30	19	A.I	6	3.200,00	19.200,00	6	3.200,00	19.200,00
					A.M.C	6	10.000,00	60.000,00	6	10.000,00	60.000,00
					A.M.C (compl.)	18	5.000,00	90.000,00	18	5.000,00	90.000,00
	AC00130000	PAE REMANSO	189	174	A.I	1	3.200,00	3.200,00	1	3.200,00	3.200,00
					A.M.C	1	15.000,00	15.000,00	1	15.000,00	15.000,00
A.I (compl.)					2	800,00	1.600,00	2	800,00	1.600,00	
A.M.C (compl.)	3	3.000,00	9.000,00	3	3.000,00	9.000,00					
SUBTOTAL						51	-	268.000,00	51	-	268.000,00
MANOEL URBANO	AC0059000	PA LIBERDADE	505	449	A.I	24	3.200,00	76.800,00	24	3.200,00	76.800,00
					A.M.C	24	10.000,00	240.000,00	24	10.000,00	240.000,00
					A.I (compl.)	43	800,00	34.400,00	43	800,00	34.400,00
					A.M.C (compl.)	43	3.000,00	129.000,00	43	3.000,00	129.000,00
					A.M.C (compl.)	67	5.000,00	335.000,00	67	5.000,00	335.000,00
SUBTOTAL						201	-	815.200,00	201	-	815.200,00
PORTO ACRE	AC0062000	PA PORTO ALONSO	166	166	R.M.C	3	5.000,00	15.000,00	3	5.000,00	15.000,00
	AC0052000	PA TOCANTINS	489	482	A.M.C	1	15.000,00	15.000,00	1	15.000,00	15.000,00
	AC0041000	PA CAQUETÁ	611	608	R.M.C	8	5.000,00	40.000,00	8	5.000,00	40.000,00
	AC0089000	PE LEITEIRO DE PORTO ACRE	20	20	A.I	1	3.200,00	3.200,00	1	3.200,00	3.200,00
					A.M.C	1	10.000,00	10.000,00	1	10.000,00	10.000,00
A.M.C (compl.)	1	5.000,00	5.000,00	1	5.000,00	5.000,00					
SUBTOTAL						15	-	88.200,00	15	-	-
RIO BRANCO	AC010100	PA ITAMARATI	187	164	A.I	36	3.200,00	115.200,00	36	3.200,00	115.200,00
					A.M.C	36	15.000,00	540.000,00	36	15.000,00	540.000,00
					A.M.C (compl.)	92	5.000,00	460.000,00	92	5.000,00	460.000,00
	AC0049000	PA GENERAL MORENO MAIA	500	488	A.I	7	3.200,00	22.400,00	7	3.200,00	22.400,00
					A.M.C	5	10.000,00	50.000,00	5	10.000,00	50.000,00
					A.M.C	2	15.000,00	30.000,00	2	15.000,00	30.000,00
					R.M.C	1	5.000,00	5.000,00	1	5.000,00	5.000,00
	AC0147000	PDS NOVA BAIXA VERDE	211	209	A.I	65	3.200,00	208.000,00	65	3.200,00	208.000,00
					A.M.C	65	10.000,00	650.000,00	65	10.000,00	650.000,00
	A.M.C (compl.)	211	5.000,00	1.055.000,00	211	5.000,00	1.055.000,00				
AC0148000	PA BARRO ALTO	185	183	A.M.C (compl.)	145	5.000,00	725.000,00	145	5.000,00	725.000,00	
AC0093000	PE POLO GROF. GERALDO MESQUITA	54	48	R.M.C	24	5.000,00	120.000,00	24	5.000,00	120.000,00	
AC0067000	PE POLO AGROF. GERALDO FLEMING	60	40	R.M.C	23	5.000,00	115.000,00	23	5.000,00	115.000,00	
SUBTOTAL						712	-	4.095.600,00	712	-	4.095.600,00
SEN. GUIOMARD	AC0119000	PDS BONAL	203	200	FM	190	3.200,00	608.000,00	190	3.200,00	608.000,00
					A.M.C (compl.)	65	5.000,00	325.000,00	65	5.000,00	325.000,00
SUBTOTAL						255	-	933.000,00	255	-	933.000,00
SENA MADUREIRA	AC0019000	PAE RIOZINHO	77	74	R.M.C	1	15.000,00	15.000,00	1	15.000,00	15.000,00
	AC0128000	PDS WILSON LOPES	315	308	A.I	38	3.200,00	121.600,00	38	3.200,00	121.600,00
					A.M.C	38	15.000,00	570.000,00	38	15.000,00	570.000,00
	AC0117000	PAF VALÊNCIA	100	100	A.I	4	3.200,00	12.800,00	4	3.200,00	12.800,00
					A.M.C	4	10.000,00	40.000,00	4	10.000,00	40.000,00
	AC0133000	FLORESTA NACIONAL DO MACAUÃ	35	26	A.I	8	3.200,00	25.600,00	8	3.200,00	25.600,00
					A.M.C	8	15.000,00	120.000,00	8	15.000,00	120.000,00
	AC0127000	PDS IVO NEVES	105	102	A.I	1	3.200,00	3.200,00	1	3.200,00	3.200,00
					A.M.C	1	10.000,00	10.000,00	1	10.000,00	10.000,00
	AC0120000	FLORESTA NACIONAL DO ANTIMARY	250	52	A.I	22	3.200,00	70.400,00	22	3.200,00	70.400,00
A.M.C					22	15.000,00	330.000,00	22	15.000,00	330.000,00	
AC0092000	PA JOAQUIM DE MATOS	166	161	A.M.C	1	15.000,00	15.000,00	1	15.000,00	15.000,00	
				A.I	1	3.200,00	3.200,00	1	3.200,00	3.200,00	
AC0006000	PAD BOA ESPERANÇA	1.076	978	A.M.C	1	15.000,00	15.000,00	1	15.000,00	15.000,00	
SUBTOTAL						150	-	1.351.800,00	150	-	1.351.800,00
TARAUACÁ	AC0126000	PE POLO AGROF. TARAUACÁ	30	29	A.M.C (compl.)	10	5.000,00	50.000,00	10	5.000,00	50.000,00
SUBTOTAL						10	5.000,00	50.000,00	10	5.000,00	50.000,00

MUNICÍPIO	CÓDIGO SIPRA	PROJETO DE ASSENTAMENTO / POLO / RESEX / FLORESTA	ASSENTAMENTOS		CRÉDITO INSTALAÇÃO	CRÉDITOS EMPENHADOS			CRÉDITOS DEPOSITADOS		
			CAPAC. ASSENT.	FAM. ASSENT.	MODAL.	Nº FAM. POR MOD.	VALOR UNIT. (R\$ 1,00)	VALOR TOTAL (R\$ 1,00)	Nº FAM. POR MOD.	VALOR UNIT. (R\$ 1,00)	VALOR TOTAL (R\$ 1,00)
XAPURI	AC0085000	PE POLO AGROF. XAPURI I	31	30	A.M.C (compl)	2	5.000,00	10.000,00	2	5.000,00	10.000,00
	AC0070000	PA TUPÁ	146	140	Apoio Inicial	37	3.200,00	118.400,00	37	3.200,00	118.400,00
					A.M.C	37	15.000,00	555.000,00	37	15.000,00	555.000,00
	AC0130000	PDS POLO RECANTO DO EQUADOR	67	66	A.M.C (compl)	1	5.000,00	5.000,00	1	5.000,00	5.000,00
	AC0095000	RESEX CHICO MENDES	2.050	1.963	A.M.C (compl)	300	8.000,00	2.400.000,00			0,00
SUBTOTAL						377	-	3.088.400,00	77	-	688.400,00
TOTAL						2.915	-	17.832.800,00	2.615	-	15.344.600,00

Obs.:

A.I. – Apoio Inicial

A.M.C. – Aquisição de Materiais de Construção

R.M.C. – Recuperação de Materiais de Construção

Compl. – Complementação

FM – Fomento

CRÉDITO INSTALAÇÃO / MODALIDADE	TOTAL FAMÍLIA ATENDIDA	CASA CONCLUÍDA C/ RECURSO DO EXERCÍCIO 2009	CASA CONCLUÍDA C/ RECURSO EXERCÍCIOS ANTERIORES	Nº CASA RECUPERADA C/ REC. DO EXERCÍCIO 2009	Nº CASA RECUP. C/ REC. EXERC. ANTERIORES	TOTAL CASA CONCLUÍDA EM 2009
APOIO INICIAL	410	-	-	-	-	-
AQUISIÇÃO MAT. CONST.	412	4	563	-	521	1.088
RECUP. MAT. CONST.	94	-	-	-	-	-
FOMENTO	239	-	-	-	-	-

Fonte: Serviço de Infraestrutura - SR(14)D1

2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de

informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	3	-	-	-	-	-

Fonte: LOA/PPA (2008-2011)/Caderno de Metas 2009-2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
302.080	564.046,88	559.712,07	95,48	534.402,39	94,74	534.402,39	94,74

Fonte: Caderno de Metas 2009/SIAFI

O objetivo desta ação é viabilizar o acompanhamento das atividades inclusas no Programa Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento, por meio de pagamento de diárias e serviços de terceiros (pessoa jurídica e física), aquisição de combustível e material permanente, para a efetivação das ações finalísticas.

2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Noel Matos de Araújo Chaves – chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária da Superintendência Regional do Incra no Estado do

Acre – SR(14)F.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrares de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	125	A	3	Imóvel gerenciado	1.746	1.273	3.500	72,91

Fonte: LOA/PPA 2008-2011/Caderno de Metas 2009-2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
15.710,00	74.153,18	71.838,03	96,88	71.838,03	96,88	71.838,03	96,88

Fonte: Caderno de Metas 2009/SIAFI

Em primeiro plano, a ação de gerenciamento e a fiscalização do cadastro rural permitiram que esta divisão desenvolvesse as atividades/demandas institucionais abaixo relacionadas:

- Certificação de imóveis para fins de registro imobiliário, implantação de plano manejo de florestal, financiamento e continuidade dos processos de desapropriação e aquisição;

- Acompanhamento e controle de aquisição de terras por estrangeiros;

Controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural;

- Aferição da classificação dos imóveis rurais e o cumprimento da função social, visando subsidiar a obtenção de terras para o programa de reforma agrária;

- Informações sobre detentores de imóveis rurais para ações de execução fiscal, promovida pela Advocacia Geral da União - AGU, Procuradoria do Estado e Procuradoria Federal;

- Disponibilização de dados cadastrais de imóveis rurais – quantitativos por município e/ou dimensão (pequena, média e grande propriedade) para empresas públicas estaduais e federais (IBAMA, Polícia Federal e Receita Federal);

- Preenchimento de formulários Declaração do Proprietário - DP ex-offício, cálculo de Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência de Exploração - GEE e a respectiva disponibilização de espelho de DP de imóveis rurais a serem adquiridos e/ou desapropriados pela Superintendência;

– Fornecimento de elementos indispensáveis ao combate da ocupação irregular de terras públicas, com o levantamento e análise da legitimidade e regularidade da cadeia dominial de imóveis rurais, em consonância com as informações encaminhadas pelos serviços de registro de imóveis, conforme dispõe a Lei nº 10.267/2001;

- Promoção de ações institucionais integradas objetivando a apuração de dados relativos à matéria de natureza fiscal, ambiental e trabalhista.

Neste contexto, foram abertos, autuados, protocolados e numerados em 2009, 13 (treze) processos administrativos de fiscalização de imóveis rurais, a maioria desses “autos” se justificam em função de requerimentos recepcionados para certificação e atualização cadastral. Por sua vez, a título ilustrativo, temos 48 processos administrativos de fiscalização não finalizados (em fase de análise e/ou diligência), correspondentes a exercícios anteriores.

A implicação básica quanto a não término desses procedimentos reside, basicamente, no fato de termos apenas 01 técnico de cadastro rural no serviço de fiscalização e não dispormos de um profissional na área de Engenharia Agrônoma para a subsequente e necessária análise processual (laudo agrônomo, peças técnicas, mapas temáticos, uso e destinação das terras, levantamento de dados e informações in loco).

Em observância à Lei 10.267/2001 e a Norma de Execução/INCRA/DF/Nº 80/2009, que trata da certificação de imóveis rurais georreferenciados a partir de memorial descritivo, assinado por profissional habilitado e com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos seus limites, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e com posição posicional fixada pelo INCRA, 43 processos administrativos de certificação foram montados e analisados, totalizando 351.611, 0924 ha, tendo sido certificados 7 imóveis rurais, correspondendo a 189.181,4011 ha. Destaca-se também que concluímos a análise e certificação de 19 (dezenove) processos relativos a demandas anteriores.

Atualizações e Emissão de CCIR

MÊS	Atualizações	CCIRs
Janeiro	23	20
Fevereiro	66	91
Março	156	186
Abril	106	134
Maio	63	87
Junho	82	111
Julho	106	120
Agosto	132	162
Setembro	214	180
Outubro	133	111
Novembro	140	119
Dezembro	52	335
TOTAL	1273	1656

2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibiliza-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Descrição: Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	125	A	3	0	0	0	0	0

Fonte: LOA/PPA 2008-2011/Caderno de Metas 2009-2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Caderno de Metas 2009/SIAFI

O cadastro rural pode ser definido como um tipo de inventário público de dados metodicamente organizados concernentes aos imóveis rurais públicos e particulares, correspondente ao país e/ou determinadas regiões, sendo subsidiado em informações, levantamentos/vistoria e medições de limites. Dessa forma, o Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR tem as seguintes finalidades: auferir confiabilidade as informações com a união de esforços e interesses de outras instituições; dar maior consistência e integridade dos dados; subsidiar o planejamento de projetos de desenvolvimento rurais no Estado do Acre; dar suporte técnico aos programas de fiscalização e

recuperação ambientais; subsidiar a elaboração de zoneamentos agroecológicos; subsidiar a fiscalização do ITR (cadastro fiscal – CAFIR); identificação de terras devolutas federais e estaduais; consolidação de domínios legais existentes; integração entre os cartórios de registro públicos; dispor ao setor público como instrumento mais eficaz de dados de imóveis rurais, permitindo maior agilidade no uso das informações, potencializando as ações de desenvolvimento rural e de reforma agrária.

Na capacitação sobre o Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR promovemos um curso para 17 (dezessete) servidores desta regional e Unidades Avançadas, contemplando a recepção e análise de documentos, orientação para preenchimento de cadastro de imóveis rurais, acesso as funções de consulta, digitação e emissão de CCIR.

Faz-se relevante destacar que no âmbito desta ação foram emitido 889 Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais – CCIR via web, com claro ganho de acessibilidade, agilidade, transparência e segurança jurídica, quando comparado com a forma de emissão de CCIR anterior, sem dúvida muito mais dispendiosa para esta Superintendência. Por sua vez, procedemos à análise e atualização cadastral de 2.032.

Apesar da apropriação de recursos tecnológicos recentes no SNCR, registramos que as ações de competência desta divisão não fluem de forma adequada devido algumas restrições, diretamente relacionados com infraestrutura e recursos humanos. Sem dúvida, estamos instalados e funcionamos há mais de 12 meses em um local inapropriado/improvisado (auditório), sem nenhuma condição de gerenciamento, funcionalidade, sistematização e acomodação de processos, peças técnicas e equipamentos, aguardando a conclusão das obras do prédio novo (com instalações modernas e funcionais). Para agravar essa situação esse prédio foi interditado pelo Corpo de Bombeiros no final de outubro de 2009.

Esses fatos, entre outros, vale salientar que foram transferidos 5 (cinco) servidores desta divisão para o Programa Terra Legal, reduzindo substancialmente o quadro de pessoal disponível para 19 (dezenove) servidores, sendo que o serviço de cadastro rural e fiscalização dispõe de somente 6 (seis) servidores. Dentro deste quadro, temos carência de profissionais topógrafos, engenheiros agrônomos e profissionais habilitados para programas digitais topográficos e cartográficos.

2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Marcelo Cunha

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	Hectares	598	-	79.781,0	-

Fonte: LOA/PPA 2008-2011/Caderno de Metas 2009-2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
9.332,00	85.599,80	83.329,56	97,35	83.329,56	97,35	83.329,56	97,35

Fonte: Caderno de Metas 2009/SIAFI

Esclarecemos que o excepcional resultado encontrado para o ano de 2009 advém da demarcação de glebas públicas com imensas áreas e comparativamente com uma quantidade reduzida de vértices a serem materializados em relação a área georreferenciada. O recurso financeiro destas contratações estão inscritos em restos a pagar do exercício de 2008. Os gastos ocasionados no exercício de 2009 foram relativo a diárias, material de consumo, passagens, combustíveis e pequenas manutenções em equipamentos. Mais um ano reforçamos que esta não é uma ação possível de se iniciar e terminar no mesmo exercício, em virtude do clima amazônico, a exceção de pequenas demarcações.

A ação 4426 – O Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional é uma das atividades vitais para a execução de outras ações do programa 138. Não é uma ação finalística, ou seja, em si mesma não trará qualquer benefício social relevante. O benefício advirá da cominação das ações em comento com políticas públicas adequadas. O conhecimento da geografia a ser trabalhada bem como o histórico de sua ocupação são fundamentais para o planejamento e para a execução das ações a serem implementadas.

Desta forma, reitera-se que a ação de demarcação de glebas públicas, posses, e assentamentos direciona as atividades de planejamento do INCRA, uma vez que a anamnese e a reambulação do contexto a ser trabalhado é fator preponderante para o sucesso. Um planejamento racional e eficaz atuará na direção da otimização dos recursos financeiros alocados para a empreitada em questão.

Para que se realize um planejamento responsável e com grande probabilidade de sucesso em sua materialização, há que se despender recursos financeiros em atividades, tais como: vistorias, planejamento, licitações para os serviços de demarcação e georreferenciamento e fiscalização. As ações não devem ser estanques, ou seja, deve haver uma dinâmica racional para que o desperdício de recursos financeiros e desgaste de pessoal sejam evitados. O que se quer apresentar neste tópico é que os recursos destinados devem estar disponíveis no tempo correto, sob pena de atirar no vazio os trabalhos realizados até então.

Dever-se-á ter em mente que os trabalhos executados na região amazônica, mais precisamente, nas terras do Acre, requerem um maior esforço para sua realização, em função dos graus de dificuldade a serem vencidos, principalmente no que concerne à acessibilidade.

No que se refere aos recursos humanos, é clara e evidente a necessidade de contratação de engenheiros agrimensores para a demanda das atividades do Órgão Sede e das Unidades Fundiárias, sugere-se o número de dez profissionais.

2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	A	127	3	Área regularizada (há)	0	0	520.000,0	0

Fonte: LOA/ PPA 2008-2011/Caderno de Metas 2009-2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	52452,74	50.205,68	95,72	42.205,68	86,18	42.205,68	86,18

Fonte: Caderno de Metas 2009/SIAFI

Os resultados obtidos com a ação 2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais não puderam ser mensurados em virtude de não ter sido emitido nenhum Título de Domínio no exercício de 2009. É do nosso conhecimento técnico que esta ação trata de uma atividade complexa que carece de estudos específicos e que deve ser realizada com qualidade para que ocorra apenas uma vez. Como a ação depende da realização de outras etapas esplanadas claramente no Relatório de Gestão do exercício de 2008 - a princípio a ação preparatória para a destinação de terras públicas e o georreferenciamento da malha nacional - podemos afirmar que por mais um ano o inevitável ocorreu. Foi realizada uma série de vistorias em imóveis que não puderam ser titulados em virtude das demarcações que ocorrem desde o final do ano de 2008 (Ação 138-4426) não terem gerado

peças técnicas a tempo de ser analisadas e integrarem os processos que propiciam a emissão de títulos. Afirmamos tecnicamente que a Ação 138-4426 será o verdadeiro gargalo a todas as atividades de regularização fundiária deste país.

Justificamos ainda que neste ano de 2009 ocorreu uma série de mudanças na legislação que trata da Regularização Fundiária de Imóveis Rurais, incluindo a reestruturação interna do próprio INCRA e MDA. Tal fato nos levou muitas vezes a realizar trabalhos, inclusive vistorias, que logo após foram descartados pela legislação aprovada no final de julho 2009. Este foi um erro a que não incorremos a partir deste momento, visto que uma propriedade rural receberá vistoria completa quando de sua demarcação ou em época próximo a realização desse serviço. A mudança de legislação ainda não alterou as metas e as ações previstas no Plano Plurianual - PPA.

Esclarece-se ainda que os recursos financeiros destinados à Superintendência Regional do Incra no Estado do Acre - SR-14/AC e Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – SRFA-04, foram suficientes para atender a reprogramação dos trabalhos de 2009. Foram encontradas dificuldades no que se refere ao segmento de recursos humanos, ou seja, falta de pessoal qualificado para a etapa de identificação ocupacional e falta de engenheiros na Divisão Fundiária para as necessárias vistorias rurais e fiscalização dos serviços de demarcação contratados.

2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	Área com processo impetrado (ha)	0	0	3400	0

Fonte: LOA/PPA (2008/2011)/Caderno de Metas 2009-2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!

Fonte: Caderno de Metas 2009/SIAFI

A Ação 8380 – Retomada de Terras Públicas é considerada uma ação estratégica para o cumprimento da função social da terra e, dentro do programa 138, ela pode ser executada após as Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas, quando da Discriminatória ou é sucedida pela Ação de Regularização Fundiária, quando da incapacidade do posseiro em atender os requisitos legais para a Regularização de sua posse.

Entendemos que a Retomada de Terras Públicas é uma ação que dependerá de fatores externos à vontade do INCRA, em todos os casos envolvendo o poder judiciário. Portanto, é de fundamental importância a contratação de novos procuradores federais para a propositura das ações frente ao judiciário. Não foram estabelecidas metas física ou orçamentária para a SR.14 ou SRFA-04.

2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	Área diagnosticada a destinada (ha)	0	22.833	22.000	42%

Fonte: LOA/PPA (2008-2011)/Caderno de Metas 2009-2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2008	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
271.800	292.124,96	264.649,91	262.479,63	262.479,63	89,85%	262.479,63	89,85

Fonte: Caderno de Metas 2009/SIAFI

A ação 8378 – Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas atualmente é o motor de partida do Programa Terra Legal, pois através da atividade de cadastramento dos posseiros se desencadeiam as demais etapas do programa. A execução desta atividade no exercício de 2009 se desenvolveu a partir do meio do ano após a conversão da MP 458 em Lei 11.952, através das atividades de cadastramento “in loco” e em postos fixos de cadastramento, nos municípios de Cruzeiro do Sul e Manuel Urbano.

Em virtude de solicitação do Governo do Estado, parceiro do Programa Terra Legal no Acre e também controlador/fiscalizador através do Grupo Intergovernamental de Controle e Fiscalização, a Divisão Estadual está promovendo, em primeiro plano, a identificação ocupacional

das áreas a serem trabalhadas: procede o levantamento de cada posseiro “in loco” e posteriormente realiza sua inscrição nos sistemas oficiais. Esta atividade demanda um custo maior que o previsto na Lei Orçamentária Anual - LOA, visto que a área passa a ser trabalhada duas vezes para se atingir a mesma meta física, porém é o procedimento mais eficiente para esboçar com clareza o quadro fundiário de determinada região.

Informamos ainda que uma grande parte de recursos destinados a esta ação no exercício de 2009, foi destinada a atender as demandas de manutenção, gastos com combustíveis e passagens aéreas de servidores da SR.14, que participaram de uma força tarefa nos municípios de Boca do Acre/AM e Lábrea/AM, cujas metas físicas ficaram contabilizadas no Estado do Amazonas e não no Acre.

Salientamos ainda que é dentro desta ação que ocorrem as discriminatórias de terras, e é a Discriminatória (administrativa/judicial) o principal instrumento para diagnóstico de uma área onde não se distingue o público do privado. Através deste procedimento, grande percentual do Estado do Acre foi estudado pelas Comissões Especiais, identificando-se a partir daí o público e o privado de vários polígonos.

Em decorrência do quadro atual e da necessidade urgente de se discriminar o restante da área do Estado, cerca de 4 milhões de hectares, sugere-se a contratação imediata de pelo menos 8 procuradores. Isto, tendo em vista a proximidade da aposentadoria e do desgaste dos poucos procuradores atualmente em atividade e sem considerar a necessidade de haver um procurador em cada Unidade jurisdicionada do interior.

Foram empenhados recursos financeiros no exercício de 2008 em nome do Governo do Estado do Acre, objetivando atender aos convênios firmados. Porém, devido a readequações jurídicas e técnicas, nenhuma ação foi realmente desenvolvida no ano de 2009. Esperamos que em 2010, muitas áreas sejam discriminadas e diagnosticadas através convênios.

2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Lucimeri Selivon

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A		-				-

Fonte: LOA/PPA (2008-2011)/Caderno de Metas 2009-2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
	93.439,98	92.922,58	57.735,10	57.735,10	61	57.735,10	61

Fonte: Caderno de Metas 2009/SIAFI

O objetivo desta ação é viabilizar o acompanhamento das atividades inclusas no Programa Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas, por meio de pagamento de diárias e serviços de terceiros (pessoa jurídica e física), aquisição de combustível e material permanente, para a efetivação das ações finalísticas. Este ano, com a criação do programa Terra Legal, coordenado pelo MDA, subsidiou uma série de viagens dos chefes de divisões e técnicos a Brasília, para a elaboração de normativos e a consequente reestruturação do regimento interno do órgão.

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: Daniel Maia.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Ildefonso Fernandes Filho – chefe da Divisão de Administração da Superintendência Regional do Estado do Acre - SR(14)A

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ronaldo Alves de Souza.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	128	A	3	Servidor capacitado	124	108	155	87,09

Fonte: LOA/PPA (2008-2011)/Caderno de Metas 2009-2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
31.084,00	77.590,54	76.890,27	99	76.890,27	99	76.890,27	99

Fonte: Caderno de Metas 2009/SIAFI

De acordo com os dados levantados pelo Serviço de Desenvolvimento Humano, foram oportunizadas 108 vagas em eventos de capacitação com uma carga horária total de 3.356 horas/aulas. Estes dados refletem um índice de capacitação de 36,48% da força de trabalho, com uma média de 11,33 horas/aula de capacitação por servidor capacitado.

O quantitativo de servidores capacitados ficou um pouco abaixo da meta física estipulada – 124 servidores –, devido à dificuldade de oferta, no Estado, de eventos adequados às atividades do órgão. Em sua maioria, esses cursos são oferecidos nos grandes centros do país, inviabilizando a participação de servidores desta Superintendência, em razão do aumento nos custos demandados pelo deslocamento. Mesmo assim, foi possível abranger 36,48% da força de trabalho da Superintendência, levando-se em conta os eventos promovidos e autorizados por Brasília.

Quanto a carga horária total de hora aula, faz-se necessário salientar que o valor informado considerou as horas aulas por servidor e não por evento de capacitação.

Há que se informar que os eventos aqui relacionados são os efetivamente registrados em nosso sistema de controle de treinamentos, por intermédio de autenticação de certificados e recebimento de documentos informativos da participação de servidores em eventos de capacitação.

Não temos como identificar eventos realizados diretamente pela Sede ou pelas Divisões desta Superintendência que não sejam informados a este Serviço de Desenvolvimento Humano, motivo pelo qual certamente outros dados de capacitação deixaram de ser incluídos.

Aliás, esta falha na comunicação entre todos os setores da Superintendência e da Sede, que se reflete na interação deficiente entre estes e o Serviço de Desenvolvimento Humano, vem comprometendo o planejamento e o controle de nossas ações ano após ano. Diante da dispersão de informações e eventos concentrados nas Diretorias, Chefias de Gabinete e Superintendências Nacionais, na Sede em Brasília, e nas Divisões da Superintendência Regional, o setor que, naturalmente, dentro da praxe cotidiana do serviço público, devia ser referência nos assuntos relacionados ao servidor concentra-se quase sempre na elaboração de folha de pagamento. Apesar disso, os dados da Capacitação na SR foram significativos:

1. Total de servidores da Superintendência – 296;
2. Meta Física – 124 servidores capacitados;
3. Servidores que participaram de eventos de capacitação – 108;
4. Índice alcançado – 87,09%;
5. Eventos de Capacitação realizados – 23;
6. Horas/Aula de Carga Horária Total – 3.356;
7. Índice de abrangência de capacitação relativo à lotação da SR – 36,48%;
8. Horas de capacitação por servidor – 11,33 horas/aulas.

Capacitação de Servidores em 2009

Nº	SERVIDOR	SIAPÉ	CURSO	PERÍODO	C/H	MODALIDADE
01	Munir Bissat Amin	1083449	Oficina Regional de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	25 a 27/03	24	Presencial
02	Pedro Marcondes A. de Lucena	724133				
03	Maria do Socorro da Silva Lima	1099871				
04	Moisés Barros de Medeiros	1553544				
05	Hélio Admar Villalba	727086				
06	Francisco Fortunato de C. Meireles	1083853				
07	José Maria Bezerra de Souza	724195				
08	Hildebrando Veras de M. Sobrinho	724140				
09	Francisca Selma Marinheiro Soares	724150	Curso de Linguagem Brasileira de Sinais	16/03 a 20/05	100	Presencial
10	Maria Amélia Pereira da Silva	727162	Encontro dos Coordenadores da Norma de Execução 70	23 a 24/03	16	Presencial
11	Francisco Souza Barbosa	1083508				
12	Dharis Brunoro	1527765	Workshop Gerenciamento Ágil de Projetos com SCRUM	13 a 16/04	16	Presencial
13	Antonio Guilherme da S. Bibiano	724095	Oficina de operacionalização do Credito Instalação e mudanças na Norma de Execução Nº 79	28 e 29/04	16	Presencial
14	Antonio Pereira Lima	723990				
15	José da Rocha Lira	723915				
16	Luiz Pontes do Nascimento	724056				
17	Nemésio de Jesus Durans	723968				
18	Manuel Gonçalves Bezerra	724090				
19	Carmelita Rodrigues Marreiro	723917				
20	Antonio Hermenegildo Jucá	1083529				
21	Casemiro Francisco de Souza	724014				
22	Francisca Ceilde da Silva	724015				
23	Antonio de Oliveira Matos	724089				
24	Carlos de Alencar Filho	724002				
25	Luiz Pereira Prado	724004				
26	José Marques Leite Neto	1088938				
27	Tadeu Alves Januário	727348				
28	Helen Ferraz Lins	1527467				
29	Joaquim Assunção Veras	724184				
30	Edson Oscar de Oliveira	1083445				
31	Plínio Derze Craveiro	724154				
32	João Manoel Cardoso Tibúrcio	723945				
33	Helio Admar Villalba	727086				
34	Maria Cremilda D. de Figueiredo	6724042	Curso de Sistema de Acompanhamento de Procedimentos Disciplinares	19 a 22/05	30	Presencial
35	Jonas Moreira Lopes	723895	Curso Portal de Convênios e SICONV	13 a 15/05	24	Presencial
36	Sebastião Damasceno Ramos	1583022	Capacitação em Titulação de Projetos de Assentamento e Cobrança de Títulos de Domínio	12 a 15/05	30	Presencial
37	Edilza Félix Carneiro	724186	Curso “Licitações, Contratos e Elaboração de Edital”	25 e 26/05	16	Presencial
38	Mª Terezinha de Souza Mendes	723987				
39	Sebastião Damasceno Ramos	1583022				
40	André Rego Rodrigues	1549000				
41	Jonas Moreira Lopes	723895	Treinamento para Implantação do Manual de Cadastro Rural	18 a 29/05	80	Presencial
42	Luiz Eduardo Martins e Ortiz	2451619				
43	Eritânia Castro M. S. Brunoro	1467390	Curso Básico em Excel (UAAJ)	01 a 19/06	30	Presencial
44	Horcades Hugues Uchoa Sena	724166				
45	Antonio de Oliveira Matos	724089				
46	Maria do Socorro da Silva	1099871				
47	Raimundo Nonato M. da Silva	1032430				
48	Orleilson Batista	724173				
49	Antonia Alves de Souza	724175				
50	Joaquim dos Santos Neto	724130				

51	Aparecido Serafim de Freitas	6726729				
52	Francisco Sales da Cunha	6726110				
53	José Maria Bezerra de Souza	724195				
54	Francisca Ceilde da Silva	724015				
55	João Gonçalves Bonfim	724164				
56	Maria de Sales Oliveira Gaspar	1083590				
57	Maria Luiza G. de Carvalho	724174				
58	Marilda Barboza Cavalcante	724153				
59	Núbia de Fátima Menezes	724142				
60	Aparecido Serafim de Freitas	6726729				
61	Saete de Souza Lima	727280	Curso Qualidade no Atendimento ao Cliente (UAAJ)	29/06 a 10/07	30	Presencial
62	Casemiro Francisco de Souza	724014				
63	Maria de Sales Oliveira Gaspar	1083590				
64	Marlinda Maria de Diniz Salla	724180				
65	José Maria Bezerra de Souza	724195				
66	Maria Luiza G. de Carvalho	724174				
67	Antonia Alves de Souza	724175				
68	Francisca Ceilde da Silva	724015				
69	José Augusto Correia da Silva	724005				
70	Núbia Fátima Menezes	724142				
71	João Damião de C. Correia	724216				
72	Mª Ronizia Pereira Gonçalves	1553399	II Reunião Equatorial de Antropologia	19 a 22/08	30	Presencial
73	Noélia Mª de Lima D. Padrão	724197	Reunião do PRONERA	21 a 24/09	32	Presencial
74	Alex Cesar Alves Moreira	1527801	XV Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias	21 a 25/09	40	Presencial
75	Jailson Dias de Souza	1528124	Fórum Nacional de Planejamento, Monitoramento e Avaliação.	31/08 a 04/09	40	Presencial
76	Mª Cristina B. Fernandes	723900				
77	Mª da Gloria G. Thaumaturgo	724168				
78	Hildebrando V. de M. Sobrinho	724140				
79	João Ricardo de Oliveira	1527788				
80	André Ricardo de Melo	1528037				
81	Sebastião da Silva	723961				
82	Sebastião Damasceno Ramos	1583022	Gestão de Convenio (Legislação e Prática do SINCONV)	07 a 09/10	24	Presencial
83	Joaquim Rocha dos Santos	1552859	SINCONV – Passo a Passo	07 a 09/10	24	Presencial
84	Aristotales Barros de Medeiros	2040738				
85	Maria Consuelo B. de Moura	724225	Encontro Nacional de Gestão Administrativa	11 a 13/11	24	Presencial
86	Sebastião Damasceno Ramos	1583022	Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamento do Governo Federal – aplicado ao SIAFI	16 a 18/11	24	Presencial
87	Sebastião da Silva	723961				
88	Sebastião Damasceno Ramos	1583022	Treinamento manual de Cadastro Rural	23/11 a 04/12	80	Presencial
89	Noel Matos de Araújo Chaves	724211				
90	Hilton Jorge de Oliveira	724113				
91	Francilene Laurentino Lopes	6724120				
92	Carmelita Rodrigues Marreiro	723917				
93	José Augusto Correia da Silva	724005				
94	Egilberto de Carvalho Castro	724072				
95	Luiz Pereira Prado	724004				
96	Alex Cesar Alves Moreira	1527801				
97	Geraldo Arquimedes D. de Souza	1553475				
98	Jailson Dias de Souza	1528124				
99	William de Figueiredo Bittencourt	724206				
100	Antonia Alves de Souza	724175	Reunião de Trabalho de Encerramento do Exercício 2009	30/12	8	Presencial
101	Antonio Guilherme da S. Bibiano	724095				
102	Antonio Pereira Lima	723990				
103	Hermano Costa Filho	724074				
104	Manuel Gonçalves Bezerra	724090				
105	Maria do Socorro da Silva	1099871				
106	Plínio Derze Craveiro	724154				
107	Saete Souza Lima	727280				
108	Raimundo Soares Lopes	724051				

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: Gercino José da S. Filho.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Gabinete da Superintendência/Assegurador de Conflitos

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassínatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família acampada assistida	0	18.897	0	0

Fonte: LOA/PPA(2008-2011) Caderno de Metas 2009-2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	5.733,60	5.720,58	99,77	5.720,58	97,77	5720,58	97,77

Fonte: Caderno de Metas 2009/SIAFI

O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR, coordenado no Estado pela Superintendência Regional do INCRA e a Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, no exercício de 2009, executou 17 mutirões em 14 municípios, sendo seis eles nos Territórios da Cidadania do Alto Acre e Capixaba e Vale do Juruá. Foram emitidos 18.997 documentos pessoais, como Carteira de Trabalho, Carteira de Identidade, CPF, Certidão de Nascimento, e realizados atendimentos referentes à Previdência Social, como aposentadoria rural e auxílios maternidade e doença. Ao todo, foram atendidas 10.187 pessoas, entre trabalhadores rurais e urbanos, e ainda comunidades indígenas das etnias Kashinawa, Ashaninka, Arara, kulina, Nukini, Shanenawa e Katukina.

Em junho de 2009, recebemos a unidade móvel “Expresso Cidadã”, mas não a estamos utilizando de forma plena por causa de problemas como: implantação do sistema de emissão de Carteira de Identidade por parte do Instituto de Identificação do Acre, responsável pela emissão desse documento nos mutirões, que efetuou vistoria no equipamento e constatou que é insuficiente para operar o programa utilizado pelo Estado. Também a franquia de internet via satélite contratada, que é de 500 megabytes, não suporta o programa para expedição deste e outros documentos como CPF e Certidão de Nascimento. Essa situação foi comunicada à coordenação nacional do INCRA e à coordenação do MDA, através da delegacia estadual.

Como a viatura também apresentou diversos problemas em seu funcionamento mecânico quanto utilizada apenas como transporte da equipe de trabalho, informamos à coordenação do MDA, que, através de e-mail, em novembro, solicitou a paralisação do ônibus até uma inspeção por parte de uma empresa que estaria sendo contratada, mas que até esta data não compareceu. Por não estarmos com a viatura em condições de operar com todos os parceiros, a Superintendência não contratou técnico de informática para acompanhar os trabalhos nos mutirões. Todos os mutirões foram executados no formato anterior a aquisição do “Expresso”. Ou seja, para a expedição de Carteira de Identidade e CPF, os dados são colhidos em formulários e inseridos posteriormente em seus sistemas próprios para posterior emissão do documento.

Municípios	Documentos emitidos	Público atendido
Acrelandia	1.884	1.194
Brasiléia	188	108
Bujari	743	411
Cruzeiro do Sul	1.224	735
Feijó	1.602	825
Mancio Lima	1.144	642
Manoel Urbano	905	531
Marechal Thaumaturgo	869	384
Plácido de Castro	2.286	1.478
Porto Walter	1.544	804
Rio Branco	1.520	645
Rodrigues Alves	473	252
Tarauacá	1.282	726
Santa Rosa do Purus	3.333	1.452
TOTAL	18.997	10.187

Fonte: SR.14/D/AC

2.3.5.2 Ação 4284 – Prevenção de Tensão Social no Campo

Dados Gerais da Ação

Tipo: Atividade.

Finalidade: Identificar e controlar possíveis situações de conflito relativas às famílias acampadas, trabalhadores vulneráveis ao trabalho escravo ou vítimas do trabalho escravo, comunidades carentes, focos ou bolsões de pobreza no campo, assentados da reforma agrária, quilombolas, índios, extrativistas e garimpeiros.

Descrição: Monitoramento e controle das possíveis situações de conflito no campo, por meio de ações de assistência social e de resgate da cidadania, tais como fornecer alimentação, atendimento à saúde, educação, organização de uma produção mínima e capacitação para a inclusão social, através da presença do Estado, visando o resgate da cidadania.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador Nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família assistida	0	837	0	0

Fonte: LOA/PPA (2008-2011)/Caderno de Metas 2009-2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	30.000,00	29.973,11	99,91	29.973,11	99,91	29.973,11	99,91

Fonte: Caderno de Metas 2009/SIAFI

As atividades de prevenção de tensões sociais no campo da Ouvidoria Agrária da SR.14/AC foram encaminhadas de acordo com a Proposta de Trabalho planejada com o Movimento Social do Acre, abrangendo áreas localizadas nos municípios de Rio Branco, Bujari, Porto Acre, Plácido de Castro, Senador Giomard, Xapuri, Brasília e Sena Madureira. A meta programada, de

aproximadamente 1 mil famílias, não foi atingida em sua totalidade, em virtude de outros atendimentos/demandas imprevisíveis surgidos ao longo do ano, como a atuação na mediação de novos conflitos.

Portanto, foram atendidas 837 famílias com assistência alimentar. Ou seja, foram concedidas 892 cestas básicas a famílias acampadas e trabalhadores que se encontravam em grave estado de insegurança alimentar. Apesar do auxílio de parceiros, como a Federação de Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre – FETACRE e sindicatos e associações de trabalhadores rurais, órgãos governamentais e não-governamentais, não foi efetivada transferência de recursos financeiros, nem contratação de parcerias ou quaisquer outros que demandassem a disponibilização direta de recursos financeiros.

Para 2010, conforme dados repassados pelo movimento social do Estado, a estimativa é de atender a 1.050 famílias.

Município	Família atendida	
	Acompanhamento/atendimento às famílias envolvidas em conflitos agrários	Entrega de cestas básicas a famílias em estado de segurança alimentar
Rio Branco	105	30
Bujari	18	-
Porto Acre	158	86
Plácido de Castro	35	-
Senador Guiomard	181	104
Brasília	155	620
Capixaba	61	-
Xapuri	98	52
Sena Madureira	26	-
T o t a l	837	892

Fonte: Ouvidoria Agrária Regional – OAR/SR(14)AC/Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre – FETACRE/Associações de Trabalhadores Rurais.

2.3.5.3 Ação 4304 – Mediação de Conflitos Agrários

Dados Gerais da Ação

Tipo: Atividade.

Finalidade: Apoiar logisticamente as famílias vítimas de violência no campo, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo e as testemunhas, bem como intermediação e acompanhamento das ações possessórias.

Descrição: Apoio jurídico, médico-psicológico e logístico para as famílias despejadas ou vítimas de violência no campo, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, ou em decorrência destas situações; e mediação propriamente das situações de conflito.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador Nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Família assistida	0	1.032	0	0

Fonte: LOA/PPA (2008-2011)/ Caderno de Metas 2009-2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	12.984,00	12.846,70	99	12.846,70	99,00%	12.846,70	99,00%

Fonte: Caderno de Metas 2009/SIAFI

As atividades da Ouvidoria Agrária da SR.14/AC em 2009 seguiram o cronograma planejado na Proposta de Trabalho do Projeto. O foco inicial era atender aos municípios mais próximos à sede da Superintendência, em razão da acessibilidade e da incidência de conflitos agrários, uma vez que é nas áreas rurais mais próximas aos centros urbanos, principalmente a capital, que se registra maior tendência a tensões e conflitos.

É importante mencionar que a meta prevista na proposta de trabalho para 2009 – **aproximadamente dois mil famílias** – não foi totalmente atingida em virtude de demandas que surgiram e redirecionaram os trabalhos para outras ações, como invasões imprivísíveis, que exigiram urgência e custos imediatos, comprometendo o orçamento anual. Além disso, o período de inverno amazônico foi prolongado, com chuvas intensas, dificultando o acesso a algumas localidades.

Quanto à transferência de recursos, apesar de atuarmos em parceria com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre – FETACRE, Sindicatos de Trabalhadores Rurais de vários municípios, as associações comunitárias, órgãos governamentais e organizações não-governamentais, não se fez necessária a transferência de recursos financeiros. Também não houve contratação de quaisquer outros serviços ou pessoal que demandassem a disponibilização direta desses recursos.

Para 2010, conforme dados repassados pelo movimento social do Estado, a estimativa inicial é de atendermos 2.250 famílias. Número superior ao de 2009, que não ultrapassou a 1.032 atendimentos por família, número apurado por esta Ouvidoria em consonância com as instituições parceiras que acompanham este trabalho, especialmente na organização e mobilização dos trabalhadores, de acordo com o quadro a seguir:

Município	Família atendida
	Capacitação, realização de cursos, palestras, seminários e workshops.
Rio Branco	340
Bujari	100
Porto Acre	160
Plácido de Castro	85
Senador Guimard	105
Brasiléia	120
Capixaba	-
Xapuri	62
Sena Madureira	60
T o t a l	1032

Fonte: Ouvidoria Agrária Regional – OAR/SR(14)AC/Federação dos Trabalhadores em Agricultura – FETACRE/Associações de Trabalhadores Rurais.

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa: **Alexandro da Anunciação Reis**

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas

Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Área Indenizada	0	0	0	0

Fonte: LOA/PPA (2008-2011)/Caderno de Metas 2009-2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	4.167,40	4.167,40	100	4.167,40	100	4.167,40	100

Fonte: Caderno de Metas 2009/SIAFI

A convite de Givânia Silva, Chefe da DFQ (Divisão Fundiária Quilombola), a servidora Maria Ronizia Pereira Gonçalves foi para o Amapá realizar a primeira etapa da pesquisa de campo na comunidade Lagoa dos Índios, com o objetivo de elaborar o relatório antropológico para a regularização do território quilombola.

Foram realizadas duas reuniões com a comunidade para o início dos trabalhos, além de algumas entrevistas com anciãos originários da Lagoa. Também foi iniciada a pesquisa documental em bibliotecas e centros históricos.

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
								#DIV/0!

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2008	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
			#DIV/0!		#DIV/0!		#DIV/0!

Fonte:

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - SR(14)D

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo Norma de execução/DA/INCRA nº 8 de 30 de janeiro de 2009, art3º as superintendências Regionais do INCRA (SR-01/PA; SR-02/CE; SR – 05/BA; SR-06MG; SR-07/RJ; SR-08/SP; SR-10/SC; SR-18/PB; SR-19/RN; SR-20/ES; SR-22/AL; SR-23/SE; SR-24/PI; SR-26/TO; SR-28/DFE; SR-29/MSF; SR-30/SANTÁREM e o INCRA/Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma trabalharemos com as 17 superintendências regionais e o INCRA/SEDE.

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida do Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	366	A	3	Trabalhador Rural escolarizado	0	0	468	0

Fonte: LOA/PPA (2008-2011)/Caderno de Metas 2009/2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Caderno de Metas 2009/SIAFI

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	363	A	3	Profissional capacitado	0	0	90	0

Fonte: LOA/PPA (2008-2011)/ Caderno de Metas 2009/2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Caderno de Metas 2009/SIAFI

Não houve ocorrência no período.

2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio-política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	363	A	3	Profissional formado	0	120	0	0

Fonte: LOA/PPA (2008-2011)/Caderno de Metas 2009/2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0	576.087,60	576.087,60	100	0	0	0	0

Fonte: Caderno de Metas 2009/SIAFI

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA é o instrumento através do qual o Incra apóia o processo de escolarização e formação de trabalhadores rurais em áreas de reforma agrária. Os investimentos deste programa em 2009, no Brasil, ultrapassaram R\$ 20 milhões, incluindo repasses a instituições públicas de ensino, como o Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, para a implementação da ação de “Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social”.

Mais de 20 mil alunos foram atendidos na ação “Educação de Jovens e Adultos”, com 13 mil ainda estudando, e, em 2009, quase 7 mil na ação “Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária”. Na ação “Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social”, foram formados 2.222 alunos.

No Acre, o programa vem atuando há cerca de 10 dez anos, atendendo a milhares de alunos nas ações “Educação de Jovens e Adultos” e “Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social”. Durante vários anos, a atuação do programa no Estado restringiu-se à ação “Educação de Jovens e Adultos” com abrangência aos assentamentos localizados no Vale do Acre / Purus, na região mais próxima a Rio Branco. Muitos assentamentos de municípios mais isolados, embora carentes, ainda não puderam ser atendidos em razão de dificuldades logísticas dos campi do Interior apresentadas pela Universidade Federal do Acre – UFAC, com quem firmamos convênio.

Em 2009, porém, o Pronera foi estendido para os Vales do Juruá e Tarauacá/Envira, região que cobre metade do Estado e onde estão instalados 47 Projetos de Assentamento, criados e reconhecidos pelo Incra. Até então, nenhum dos 8 municípios da região haviam sido beneficiados. Como a maior demanda apresentada pelas unidades do Incra na região foi para o ensino técnico, a fim de atender aos trabalhadores rurais desses assentamentos, foi formada uma turma com 30 alunos, para estudar em Cruzeiro do Sul, como parte do projeto “Educação Profissional para a Reforma Agrária no Acre – Curso Técnico Agroflorestal”, desenvolvido em parceria com o Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr Grechi.

Por esse projeto, foram beneficiados 30 alunos no biênio 2008-2009, no Vale do Acre / Purus e, no biênio 2009-2010, 90 alunos, incluindo uma turma de 30 da região do Juruá e Tarauacá-Envira, totalizando 120 candidatos a técnico agroflorestal. O curso é oferecido a alunos que concluíram o Ensino Médio e foi contemplado no convênio nº CRT/AC/10.000/07, celebrado com o Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr Grechi no final de 2007.

Por causa de inadimplência da conveniada junto ao INSS, não foi possível ao Incra repassar a parcela prevista para 2008, pois a pendência só foi resolvida no final daquele ano, surgindo um outro problema: a utilização por parte do Instituto Dom Moacyr de um código inadequado para a contratação de pessoal. O fato, então, foi levado ao conhecimento da Procuradoria Federal Especializada, e, depois de normalizada a situação, o recurso foi repassado em 2009.

A turma I, do Alto Acre, que começou as aulas em 2008, concluiu o curso em 2009, sendo a formatura no dia 28 de agosto. As demais turmas – II, III e IV –, que iniciaram seu curso em 2009 têm o término previsto para 2010.

TURMAS PRONERA – 2008-2010 – CURSO TÉCNICO AGROFLORESTAL

REGIONAL	LOCAL	TURMA 2008 / 2009	Nº ALUNOS	TURMA 2009 / 2010	Nº ALUNOS	TOTAL ALUNOS
Baixo Acre / Purus	Rio Branco	-	-	2	60	60
Alto Acre	Rio Branco	1	30	-	-	30
Tarauacá/Envira/ Juruá	C. do Sul	-	-	1	30	30
TOTAL	-	1	30	3	90	120

2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	3	0	0	0	0	0

Fonte: LOA/PPA (2008-2011)/Caderno de Metas 2009/2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
15.000	28.705,70	28.522,60	99,36	28.522,60	99,36	28.522,60	99,36

Fonte: Caderno de Metas 2009/SIAFI

O objetivo desta ação é viabilizar o acompanhamento das atividades inclusas no Programa Educação no Campo por meio de pagamento de diárias e serviços de terceiros (pessoa jurídica e física), aquisição de combustível e material permanente, para a efetivação das ações finalísticas.

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Adoniram Sanches Peraci.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Márcio Rodrigo Alécio

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar.

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	606	A	3	Família assistida	2.919	0	5.230	0

Fonte: LOA/ PPA (2008-2011)/Caderno de Metas 2009/2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
2.206.420	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Caderno de Metas 2009/SIAFI

Em função dos problemas mencionados na Ação 2272 – Gestão do Programa, não foram realizadas contratações ou parcerias no exercício de 2009, e, por consequência, transferência de recursos. Até mesmo o convênio com a SEAPROF/AC, no valor de R\$ 5.842.314,00, para atender a 4.384 famílias de vários Projetos de Assentamento, formalizado no final de 2008 e que teria vigência até 2010, não teve repasse de recursos nem pôde ser executado por causa de pendências da conveniente. Esta impossibilidade deve resultar na rescisão do convênio nos próximos meses.

Em relação à elaboração de Planos de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento – PDSA de 37 Projetos de Assentamento, contratados por meio do convênio nº 9.000/06 de 2006, firmado com a Fundação Arthur Bernardes - FUNARBE, com interveniência da Universidade Federal de Viçosa-MG, foram entregues apenas 4 em 2009. Estes planos estão beneficiando 524 famílias de 4 Projetos de Assentamento localizados no município de Rodrigues Alves, no Vale do Juruá.

O mesmo número foi entregue em 2008, somando ao todo 8 PDSAs entregues, restando a FUNARBE a conclusão e repasse de 29 PDSAs, contratados no convênio nº 9.000/2006, cuja vigência expira em junho de 2010. Em função das peculiaridades da região norte, principalmente em relação ao alto índice pluviométrico, algumas ações de campo, tais como, prospecção de solo, reuniões com as comunidades, levantamentos planialtimétricos etc. ficaram prejudicadas pela dificuldade de acesso a determinados projetos. A previsão, de acordo com planejamento apresentado pela conveniente, é de que, até 30 de junho de 2010, sejam entregues todos os PDSA(s).

A elaboração do PDSA é de grande importância, uma vez que deverá conter todas as informações referentes ao contexto sócioeconômico e ambiental dos Projetos de Assentamento no sentido de orientar o desenvolvimento das atividades previstas para o Projeto, de acordo com as especificidades de cada bioma. Por isso mesmo é produzido em conjunto com as comunidades assentadas.

Por fim, apesar das dificuldades encontradas para os levantamentos de campo, fundamentais para a materialização dos planos, cremos que, até junho de 2010, estaremos com quase 100% dos Projetos de Assentamento da SR.14/AC atendidos com PDSA.

PDSA RECEBIDO E APROVADO EM 2009

PROJETO	MUNICÍPIO	Nº DE FAMÍLIAS CONTRATADAS	VALOR / FAMÍLIA(R\$)	VALOR / PROJETO (R\$)
PA Aco Íris	Rodrigues Alves	62	350,00	21.700,00
PA Iucatan		41	350,00	14.350,00
PA Paraná dos Mouras		365	350,00	127.750,00
PA Pavão		56	350,00	19.600,00
Total	-	524	-	183.400,00

No início de 2009, o Incra solicitou ao Banco da Amazônia todas as informações referentes à quantidade de recursos contratados para o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar – PRONAF no Estado do Acre, por produtores dos grupos A e A/C. Desde então, devido à dificuldade de operação do sistema do Banco da Amazônia S/A – BASA, apenas duas listas foram repassadas, relativas aos exercícios de 2007 e 2009.

As informações da tabela abaixo foram fornecidas pelo Banco da Amazônia e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. O Banco detém o controle dos contratos efetivados e o MDA, dos recursos disponibilizados. De acordo com os dados do Banco, foram firmados 132 contratos dentro do grupo do Pronaf A para investimentos nos Projetos de Assentamento. No grupo do Pronaf A/C, esse número chegou a 133, totalizando 265 contratos, o que envolveu um volume de recursos de R\$ 2,7 milhões, beneficiando 265 famílias assentadas.

Nem todos os recursos disponibilizados foram aplicados, conforme está explícito no quadro abaixo por isso, mas,

Segundo o Banco da Amazônia, todos os projetos elaborados para acesso ao Pronaf - grupos A e A/C –, encaminhados em 2009 pela Seaprof, foram contratados.

DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÕES DO PRONAF – GRUPOS A e A/C – 2009

GRUPO	Nº CONTRATOS FIRMADOS	RECURSO DISPONIBILIZADO (R\$)	RECURSO APLICADO (R\$)	FAMÍLIAS ATENDIDAS
PRONAF A	132	2.625.690,00	2.169.746,09	132
PRONAF A/C	133	601.098,00	561.064,89	133
T O T A L	265	3.226.788,00	2.730.810,98	265

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	3	0	0	0	0	0

Fonte: LOA/PPA (2008-2011)/Caderno de Metas 2009/2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
19.040	79.713,20	77.137,70	96,76	76.787,70	96,33	76.787,70	96,33

Fonte: Caderno de Metas 2009/SIAFI

No exercício de 2009, as ações realizadas se limitaram à articulação em nível de Estado, Prefeituras e organizações não governamentais, no sentido de dar maior divulgação ao Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES, que é parte integrante do Programa de

Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar. Isto porque, nos anos anteriores, as articulações se davam basicamente com a Secretaria de Agricultura, Extensão e Produção Familiar – SEAPROF/AC, que não conseguia atender a demanda em sua totalidade.

Aliás, muitos problemas têm dificultado a ação do assessoramento técnico, social e ambiental, no Estado, motivo pelo qual concentramos nossas ações na divulgação do Programa. Destacamos apenas os principais, os esforços para reverter a situação e os resultados imediatos :

1) A pouca divulgação do Programa no Estado – para melhor divulgá-lo, a equipe de ATES articulou com Prefeituras Municipais, Governo do Estado e ONGs para que tomassem conhecimento do Programa e apresentassem propostas que pudessem facilitar as ações nos assentamentos, a partir de um esforço conjunto;

2) O número insuficiente de entidades prestadoras de serviço de ATES cadastradas no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Florestal Sustentável-CEDRS – com a divulgação do Programa, outras instituições procuraram o CEDRS e efetivaram seus cadastramentos;

3) A deficiência na infraestrutura básica das instituições proponentes – a falta de infraestrutura, como instalações adequadas, equipamentos de informática, veículos, etc., dificulta o trabalho da equipe de ATES, que elaborou o projeto básico especificando os critérios mínimos necessários para a contratação dos serviços, de acordo com o especificado no manual de ATES, e o disponibilizou para as entidades interessadas em prestar o serviço no Estado;

4) Propostas/Projetos Básicos apresentados por instituições parceiras em desacordo com a norma de ATES e legislações pertinentes – muitas tiveram que ser devolvidas para que fosse feito um maior detalhamento das ações de acordo com o orçamento proposto, a fim de facilitar o monitoramento e a fiscalização das ações a serem desenvolvidas nas comunidades assistidas.

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Eva Maria de Sousa Sardinha

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Maria do Socorro Freire de Oliveira e Superintendentes Regionais.

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	3	-	0	0	0	0

Fonte: LOA/PPA (2008-2011)/Caderno de Metas 2009-2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
1.023.431,00	2.521.408,69	2.520.899,32	99,98	1.801.281,20	71,43	1.794.953,95	71,18

Fonte: Caderno de Metas 2009/ SIAFI

Esta ação consiste no apoio logístico às atividades finalísticas da Superintendência no desenvolvimento de serviços administrativos como:

Manutenção e conservação dos prédios públicos, próprios, cedidos ou alugados, onde funcionam a Superintendência, suas unidades e escritórios de apoio;

- a) Higiene, limpeza e vigilância;
- b) Transporte de servidores e cargas e manutenção de veículos;
- c) Protocolo, recepção, registro e encaminhamento de correspondências oficiais;
- d) Telecomunicação;
- e) Pagamento de seguros contra incêndio e vendaval; e
- f) Tecnologia da informação.

Além desses serviços, cabe a Administração ainda o empreendimento de atividades técnico-administrativas para a efetivação de ações diversas em todos os setores, a saber:

- a) Pagamento de despesas com deslocamento – passagens, diárias e afins;
- b) Coordenação dos sistemas de informações gerenciais internos;
- c) Controle de pagamento e capacitação de recursos humanos;

d) Elaboração e coordenação de processos de compra e aquisição de materiais de expediente, consumo, e equipamentos permanentes em geral; e

e) Controle geral de despesas da Superintendência.

A ação Administração da Unidade é responsável também pelo apoio a eventos cujos objetivos visem divulgar e subsidiar a formulação de políticas públicas, mesmo que não estejam diretamente ligadas aos programas e ações finalísticas do Incra.

2.3.9.2 Ação 2003 - Ações de Informática

Dados gerais da ação

Tipo da Ação:

Finalidade:

Descrição:

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação:

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	126	A	3	0	0	0	0	0

Fonte: LOA/PPA (2008-2011)/Caderno de Metas 2009-2010

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
16.000,00	286.255,93	286.124,17	99,95	195.673,22	64,4	195.673,22	64,4

Fonte: Caderno de Metas 2009/SIAFI

Conclusão dos trabalhos de reestruturação (ampliação e modernização) da rede lógica e elétrica de computadores, implantação da rede lógica e elétrica no prédio novo, visitas técnicas às Unidades Jurisdicionadas e aquisição de máquinas e equipamentos de informática para atender demanda das atividades finalísticas da Superintendência.

2.4 Desempenho Operacional

Durante o ano de 2009, os Programas e Ações implementados e executados pela Superintendência Regional do Acre mobilizaram informações e números que se traduzem aquém de sua capacidade operacional. Poucas metas foram atingidas e a conclusão de muitas ações ficou para 2010, em função de morosidade nos processos burocráticos, pouca racionalização na distribuição de recursos operacionais para o acompanhamento das ações com definição de prioridades e condições climáticas regionais. Além disso, falhas na circulação de informações, insuficiência de mão de obra qualificada e má distribuição de servidores podem ser problemas de gestão que se refletem nas baixas estatísticas apontadas nos indicadores.

Quando nos reportamos à meta institucional, denominada meta de governo, que é o número de famílias assentadas no ano, observamos dissonância entre o que foi programado – 2.230 famílias – e o que atingimos – 1.258. Ou seja, ficamos em 56%. Em compensação, o licenciamento ambiental apresentou índices bastante positivos, o número de Planos de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento – PDSA está quase alcançado sua totalidade, a concessão de Títulos de Domínio e Contratos de Concessão de Uso superaram os assentamentos e o Programa Terra Sol conseguiu empreender projetos para construção de dezenas de casas de farinha que devem fomentar e qualificar a produção de derivados da mandioca nos próximos anos no Estado.

Entre dificuldades e facilidades em todos os setores e ações, vencemos o exercício. Um problema singular vem afetando o desempenho da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária. Há dois anos funcionando em espaço improvisado no auditório da Superintendência, cujo teto cedeu no final do ano, foi obrigada a acomodar servidores em pequenas salas no prédio da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento. Mudanças de ordem estrutural, como a criação do Programa Terra Legal, que levou servidores e ações desta Divisão, também impactaram a Divisão.

Mas, houve ações positivas no Programa Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas, como a elaboração do novo Manual de Cadastro Rural e a inovação no sistema de emissão de Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR por meio de acesso direto do interessado via internet, que contaram com a participação de servidor desta Superintendência. Favoráveis também foram a capacitação de servidores da sede, unidades avançadas e escritórios de apoio ocorrida em Rio Branco para conhecimento e estudo dos novos procedimentos do Manual de

Cadastro Rural e de servidor da SR.14/AC como instrutor de Cadastro Rural na SR.15/AM, em Manaus; a aquisição de uma máquina de microfilmagem para visualização de informações cadastrais contidas em microfichas e microfilmes e contatos mantidos com cartórios de vários municípios.

Isto resultou no maior envolvimento de todos os servidores que atuam na área e na padronização das atividades em todo o Estado; na maior eficiência no fornecimento de informações mais precisas para instituições como INSS e demais órgãos; e no intercâmbio de informações e normativos do Sistema Nacional de Cadastro com os Cartórios de Registro, entre os quais muitos se encontravam quase que totalmente alheios à legislação vigente.

Parte das ações do Programa Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas está sob a responsabilidade da nova Divisão Estadual de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, recém-criada nas Superintendências Regionais do Incra na Amazônia, com o objetivo de regularizar as terras devolutas da região amazônica. São elas: Regularização Fundiária de Imóveis Rurais; Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional (parte); Retomada de Terras Públicas; e Ações Preparatórias para a Destinação de Terras Públicas. Apesar das dificuldades inerentes a todo início de processo, as atividades da equipe do Terra Legal tiveram êxito neste primeiro ano, principalmente em relação à ação referente ao georreferenciamento. Isto porque, desde 2007, a Divisão de Ordenamento Fundiário vinha trabalhando, por meio de planejamento, diversas áreas em que o Terra Legal está atuando. Recursos foram otimizados devido ao georreferenciamento de grandes áreas, superiores a 10 mil hectares, pois apresentam poucos vértices, chegando-se a um custo 10 vezes menor. Ao contrário do que ocorre com áreas menores, onde os custos são maiores e o rendimento bem mais baixo, face à ocorrência de muitos vértices.

Em relação às ações pertinentes à Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento, muitos processos para desapropriação, arrecadação ou aquisição de imóveis encontram-se em curso, mas a lentidão no andamento intersetorial, principalmente no âmbito da Procuradoria Federal Especializada, em Rio Branco e em Brasília, e desfecho final resulta em vencimento de documentos, retrabalho e atrasos irrecuperáveis. Neste ano, a prioridade foram as áreas possivelmente destinadas às famílias de produtores rurais que devem sair da área da fronteira boliviana com o Acre – Complexo Seringal Porto Carlos (Fazendas Santa Cruz, Monte Líbano e Ouro Verde), Fazendas Campo Alegre e Nova Promissão, Fazenda Jaraguá e Carolina – cujos processos estão em fases variáveis de obtenção.

A Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – SR.14/D concentra três grandes programas com atuação direta nos 146 assentamentos criados e reconhecidos. São eles:

Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária; Educação no Campo; e Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar. Juntos, reúnem as seguintes ações: Demarcação Topográfica Básica em Assentamentos; Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento; Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento; Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento; Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol; Concessão de Crédito Instalação; Assistência Técnica e Capacitação de Assentados; e Educação de Jovens e Adultos no Campo e Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior.

Diante da complexidade das ações, há muito tempo a SR.14/D vem experimentando o descompasso entre as demandas existentes em todas as ações e os recursos financeiros disponibilizados. Passivos principalmente de obras e serviços em mais de uma centena de assentamentos, que, além do mais, todos anos sofrem descontinuidade em razão das condições climáticas. Percebe-se também na Divisão uma certa desarticulação no controle e precisão de dados técnicos. Situação que pode ser em parte solucionada com a redefinição de tarefas e responsabilidades, modo de acompanhamento e estruturação de bancos de dados, a partir das dificuldades e demandas detectadas.

A Divisão de Administração coordena os Programas Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário; Apoio Administrativo e Previdência de Inativos e Pensionistas da União, cujas ações Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação; Administração da Unidade e Pagamento de Aposentadoria e Pensões - Servidores Civis concentram-se diretamente nos recursos humanos e nas atividades de apoio às ações finalísticas. Em 2009, quase 40% dos servidores da Superintendência foram capacitados, o que evidencia um dado significativo considerando a pequena oferta de cursos e instituições pertinentes no Estado. Os números de desligamentos, aposentadorias e transferências também não chegaram a comprometer o desempenho da Superintendência, mas a cessão de servidores para atuação em outras Superintendências, que chegou, em alguns períodos, a mais de 40, certamente contribuiu para o baixo desempenho de algumas ações. Também a construção do novo prédio da SR.14/AC, com conclusão prevista para meados de 2010, está sendo encaminhada por esta Divisão.

Há que se destacar ainda a particularidade da instituição de atuação mais enfática na zona rural, que terminou por gerar um contingente de servidores avessos à burocracia e à formalização e elaboração de documentos, como relatórios e outros para acompanhamento de ações, que possibilitem uma avaliação do desempenho de servidor e o consequente andamento da ação e programa. Até porque o nível de detalhamento das ações do Incra não chega a ser tão complexo que

não permita um acompanhamento e controle de dados precisos. Em 2010, é necessário uma reavaliação de todos os índices incluídos no quadro de indicadores das ações da Superintendência em 2009, para reflexão e subsídio nas tomadas de decisão nos primeiros meses de 2010.

A sistemática da comunicação entre os setores deve ser reativada imediatamente por meio de canais diretos como reuniões setoriais e intersetoriais periódicas, informativos internos e externos, impressos e digitais, para maior divulgação e massificação dos Programas e Ações do Incra, seus objetivos e metas mensais, trimestrais e anuais, produtos e resultados alcançados. Pois, pensar coletivamente deve ser um dos princípios de toda instituição, e há desconexões visíveis na Superintendência do Incra no Acre, tornando-se urgente uma reflexão com avaliação de resultados para proposição de novos rumos.

2.4.1. Programação Orçamentária

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Recebidos	373001	1 001607 0100000000 319008	6.327,25		
		373001	1 001607 0100000000 319013	1.450,00		
		373001	1 001612 0176370002 339014			89.057,60
		373001	1 001612 0176370002 339030			20.000,00
		373001	1 001612 0176370002 339033			11.794,00
		373001	1 001612 0176370002 339036			2.275,00
		373001	1 001613 0176370002 339014			324.219,54
		373001	1 001613 0176370002 339030			130.205,34
		373001	1 001613 0176370002 339033			61.564,00
		373001	1 001613 0176370002 339036			4.260,00
		373001	1 001613 0176370002 339039			43.778,00
		373001	1 001613 0176370002 339147			20,00
		373001	1 001614 0176370002 319014			10.140,00
		373001	1 001614 0176370002 319030			65.000,00
		373001	1 001614 0176370002 339033			10.100,00
		373001	1 001615 0100000000 339030			9.996,00
		373001	1 001615 0100000000 339036			6.438,00
		373001	1 001615 0100000000 339037			145.359,15
		373001	1 001615 0100000000 339039			166.720,00
		373001	1 001615 0100000000 339047			2.500,00
		373001	1 001615 0100000000 339139			2.000,00
		373001	1 001615 0176370002 339014			49.604,00
		373001	1 001615 0176370002 339030			151.977,65
		373001	1 001615 0176370002 339033			25.497,88
		373001	1 001615 0176370002 339036			8.701,72
		373001	1 001615 0176370002 339037			438.782,05
		373001	1 001615 0176370002 339039			896.300,03
		373001	1 001615 0176370002 339093			10.796,49
		373001	1 001615 0176370002 339139			28.000,00
		373001	1 001615 0176370002 339147			2.494,80
		373001	1 001616 0176370002 339014			23.294,00
		373001	1 001616 0176370002 339030			3.299,20
		373001	1 001616 0176370002 339033			1.280,00
		373001	1 001616 0176370002 339036			832,50
		373001	1 001617 0176370002 339014			48.976,18
		373001	1 001617 0176370002 339033			19.517,00
		373001	1 001617 0176370002 339039			5.660,00
		373001	1 001620 0100000000 339014			60.267,00
		373001	1 001620 0100000000 339030			16.000,00
		373001	1 001620 0176370002 339014			7.732,80
		373001	1 001620 0176370002 339030			1.600,00
		373001	1 001621 0100000000 339014			1.167,40
		373001	1 001621 0100000000 339033			2.200,00

Interna	Recebidos	373001	1 001621 0176370002 339033			800,00
		373001	1 001624 0176370002 339014			22.494,22
		373001	1 001624 0176370002 339033			41.106,32
		373001	1 001624 0176370002 339039			13.990,00
		373001	1 001634 0100000000 339030			89.550,00
		373001	1 001634 0100000000 339033			44.775,00
		373001	1 001634 0100000000 339039			290.696,85
		373001	1 001634 0176370002 339014			218.083,00
		373001	1 001634 0176370002 339030			36.675,00
		373001	1 001634 0176370002 339033			19.146,00
		373001	1 001634 0176370002 339036			1.430,00
		373001	1 001634 0176370002 339039			72.249,25
		373001	1 001634 0176370002 339147			286,00
		373001	1 001636 0176370002 339014			110.000,00
		373001	1 001636 0176370002 339030			39.999,91
		373001	1 001639 0176370002 339014			3.960,00
		373001	1 001639 0176370002 339030			473,60
		373001	1 001639 0176370002 339033			1.300,00
		373001	1 001640 0176370002 339030			42.826,02
		373001	1 001640 0176370002 339039			38.210,00
		373001	1 007210 0100000000 339033			1.530,00
		373001	1 014273 0176370002 339014			11.684,00
		373001	1 014273 0176370002 339030			1.300,00
		373001	1 014274 0176370002 339014			22.190,00
		373001	1 014274 0176370002 339030			7.810,00
		373001	1 022101 0176370002 339014			57.505,20
		373001	1 022101 0176370002 339030			10.000,00
		373001	1 022101 0176370002 339033			2.400,00
		373001	1 022101 0176370002 339039			9.808,00
		373001	1 022102 0100000000 339014			22.471,74
		373001	1 022102 0100000000 339014			3.171,00
		373001	1 022102 0100000000 339030			21.810,00
		373001	1 022102 0100000000 339039			5.000,00
		373001	1 022103 0176370002 339014			163.737,00
		373001	1 022103 0176370002 339030			89.587,96
		373001	1 022103 0176370002 339033			14.800,00
		373001	1 022103 0176370002 339039			24.000,00
		373001	1 022105 0100000000 333041			576.087,60
		373001	1 022107 0100000000 339014			100.907,00
		373001	1 022107 0100000000 339030			40.145,00
		373001	1 022107 0100000000 339039			20.073,00
		373001	1 022107 0100000000 339047			93.670,00
		373001	1 022107 0100000000 339139			23.073,00
		373001	1 022107 0176370002 339014			9.694,00
		373001	1 022107 0176370002 339030			6.122,70

Interna	Recebidos	373001	1 022107 0176370002 339033			3.437,00
		373001	1 022107 0176370002 339039			2.200,00
		373001	1 022107 0176370002 339139			2.200,00
		373001	1 022108 0176370002 339014			103.074,00
		373001	1 022108 0176370002 339030			24.312,00
		373001	1 022108 0176370002 339033			23.723,00
		373001	1 022108 0176370002 339039			3.791,00
		373001	1 022109 0176370002 339014			201.191,00
		373001	1 022109 0176370002 339030			86.091,00
		373001	1 022109 0176370002 339033			53.000,00
		373001	1 022109 0176370002 339039			41.318,00
		373001	1 022111 0176370002 339039			44.000,00
		373001	1 022112 0100000000 339014			100.000,00
		373001	1 022112 0100000000 339030			192.291,93
		373001	1 022112 0100000000 339033			10.000,00
		373001	1 022112 0100000000 339039			979.399,00
		373001	1 022112 0100000000 339092			128.309,07
		373001	1 022112 0176370002 339014			51.940,00
		373001	1 022112 0176370002 339030			20.000,00
		373001	1 022112 0176370002 339036			45.553,00
		373001	1 022112 0176370002 339039			2.167.507,00
		373001	1 022112 0176370002 339147			544,00
		373001	1 022692 0100000000 339014			31.803,37
		373001	1 022692 0100000000 339030			14.140,40
		373001	1 022692 0100000000 339033			3.800,00
		373001	1 022692 0100000000 339039			17.580,00
		373001	1 025513 0176370002 339014			16.000,00
		373001	1 025513 0176370002 339030			142.005,00
		373001	1 025513 0176370002 339033			3.800,00
		373001	2 001611 0100000000 319008			20.083,60
Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos	Não houve no período				
	Recebidos	373001	1 001614 0176370002 449052	8.199,98		
		373001	1 001615 0176370002 449051	226.861,21		
		373001	1 001615 0176370002 449052	341.602,46		
		373001	1 001633 0100000000 459061		820.748,80	
		373001	1 001633 0176370002 459061		614.937,76	
		373001	1 001613 0250370002 459061		52.781,36	
		370001	1 001634 0100000000 409051	1.080.000,00		
		373001	1 001634 0176370002 449039	427.500,00		
		373001	1 001634 0176370002 449052	89.312,00		
		373001	1 001640 0176370002 449051	972.643,23		
		373001	1 001640 0176370002 449052	77.716,00		
		373001	1 022111 0100000000 443041	10.954.929,00		
		373001	1 022111 0100000000 449052	3.284.500,00		
		373001	1 022111 0176370002 449052	1.540.870,00		
		373001	1 025510 0100000000 459066		19.585.000,00	
		373001	1 025513 0176370002 449052	124.450,93		
Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI

2.4.2 Execução Orçamentária

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	5.873.407,25	17.712.323,97	5.628.100,81	14.307.328,88
Convite	193.579,09	298.778,35	188.398,99	288.721,35
Tomada de Preços	231.996,89	1.964.880,97	231.996,89	1.964.880,97
Concorrência				
Pregão	5.447.831,27	15.448.664,65	5.207.704,93	12.053.726,56
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas	679.613,28	965.524,95	642.738,40	961.653,97
Dispensa	616.156,57	362.956,05	590.344,50	359.085,07
Inexigibilidade	63.456,71	602.568,90	52.393,90	602.568,90
Regime de Execução Especial	0,00	28.927,50	0,00	19.384,66
Suprimento de Fundos	0,00	28.927,50	0,00	19.384,66
Pagamento de Pessoal	1.176.966,50	1.605.612,16	1.176.966,50	1.605.612,16
Pagamento em Folha				
Diárias	1.176.966,50	1.605.612,16	1.176.966,50	1.605.612,16
Outros	49.218.965,63	33.536.238,56	48.515.048,48	32.890.413,87

Fonte: SIAFI

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
31.90.08	4.236,00	26.410,85	4.236,00	26.410,80	0,00	0,00	0,00	0,00
31.90.13	1.279,56	1.405,85	1.279,06	1.405,85	0,00	0,00	892,68	1.405,85
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
33.30.41	7.071.379,00	576.087,60	7.071.379,00	0,00	7.071.379,00	7.071.379,00	0,00	531.985,00
33.90.39	3.116.808,47	4.897.040,25	3.116.808,47	1.924.317,83	421.729,20	1.981.592,49	1.125.021,66	1.924.317,83
33.90.30	1.511.800,82	1.258.938,70	1.511.800,82	1.221.462,97	15.710,60	109.551,42	1.402.249,40	1.221.462,97
Demais elementos do grupo	2.186.573,51	3.444.521,59	2.186.573,51	2.852.004,24	24.507,22	164.231,94	2.131.892,99	2.852.004,24

Fonte: SIAFI

2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
44.30.41	20.000.000,00	10.954.929,00	20.000.000,00	5.609.024,80	3.000.000,00	5.345.904,20	0,00	0,00
44.90.52	351.720,27	5.466.651,37	351.720,27	42.700,98	0,00	5.423.950,39	1.923,98	891.874,00
44.90.51	379.844,71	2.279.504,44	379.844,71	84.453,81	0,00	2.195.050,63	136.516,59	359.812,91
Demais elementos do grupo	0,00	427.500,00	0,00	0,00	0,00	427.500,00	0,00	0,00
5 - Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
45.90.66	18.718.000,00	19.571.800,00	18.718.000,00	11.160.200,00	0,00	8.411.600,00	8.854.000,00	6.318.600,00
45.90.61	2.678.909,17	1.488.467,92	2.678.909,17	820.780,95	0,00	667.686,97	2.648.780,15	148.176,26
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANOS		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	165.597,26	270.220,86	352.570,20
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	1.039.132,09	1.176.966,50	1.605.612,16
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	2.180.864,44	3.661.016,19	5.905.196,45
3.1. Publicidade	21.265,00	32.752,40	52.411,01
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	558.833,92	567.678,60	584.141,20
3.3. Tecnologia da informação			
3.4. Outras Terceirizações	1.600.765,52	3.060.585,19	5.321.055,25
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	59.810,00		19.384,66
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS			
TOTAIS	3.445.403,79	5.108.203,55	7.882.763,47

Fonte: SIAFI

2.4.5. Indicadores de Desempenho

Este item será apresentado no item 16, pois o INCRA tem um conjunto de indicadores elaborados em parceria com o TCU.

3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

3.1 Composição dos Recursos Humanos

3.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	284	293	NA
Próprios	284	293	NA
Requisitados	NA	NA	NA
Celetistas	1	1	NA
Cargos de livre provimento	2	2	NA
Estatutários	2	2	NA
Não Estatutários	0	0	NA
Terceirizados	0	0	NA
Total	287	296	NA

Fonte: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR - Dez/09 e extração SIAPE março/10

3.1.2 Composição e custos de Recursos Humanos

Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009						
Tipologia	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	303	4.772.021,97	238.554,55	7.618.685,75	514.534,39	NA
2008	313	6.787.032,98	287.108,48	8.020.329,91	873.409,93	NA
2009	294	8.875.465,20	316.766,07	5.868.402,67	1.130.206,11	NA
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	1	5.821,91	NA	NA	789,72	NA
2008	1	5.984,28	NA	NA	829,60	NA
2009	1	6.819,78	NA	NA	921,00	NA
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	2	NA	35.650,57	NA	NA	NA
2008	2	NA	48.496,80	NA	NA	NA
2009	2	70.179,12	50.777,28	NA	NA	NA
Requisitados com ônus para a UJ						
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Requisitados sem ônus para a UJ						
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA

QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	26	558.833,92	NA	NA	NA	NA	09	24.051,24
2008	26	567.678,60	NA	NA	NA	NA	31	70.415,21
2009	31	584.141,20	NA	NA	NA	NA	31	126.968,51

Fonte: SIAPE

3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra

Nat.	Contrato	Empresa contratada	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
					Quantidade				
			Início	Fim	AT	Médio	EF	AT	
Observação:									

Fonte:

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

3.3 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir

Não existem indicadores gerenciais sobre recursos humanos na Superintendência.

3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos

A força de trabalho da Superintendência, durante o ano de 2009, sofreu uma redução significativa se comparada ao quantitativo de servidores do exercício anterior. Foram 19 desligamentos, aposentadorias e falecimentos, incluindo a vinculação de servidores à recém-criada Superintendência de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – Terra Legal. De 315 servidores em 2008, a Superintendência terminou o ano de 2009 com 296 servidores – sendo que, só para o Terra Legal, foram disponibilizados 13 servidores – 68% da redução total.

Considerando o efetivo de servidores para 2010, apesar das baixas, pode-se afirmar que ainda é um quantitativo suficiente e relativamente preparado para cumprimento das atribuições da autarquia. Mas, a médio e longo prazo, a tendência é que este número sofra reduções consideráveis, levando-se em conta que, conforme levantamento feito pelo setor de Desenvolvimento Humano, até o ano de 2014, 43% da força de trabalho estarão habilitados à inativação. A previsão é de que em 2010 muitos servidores sejam aposentados voluntariamente. Com esses inativos, mesmo com a realização de concurso público, onde existe desproporcionalidade entre os provimentos e as vacâncias, pode-se esperar dificuldades na obtenção de bons resultados nos trabalhos desenvolvidos pela Superintendência em um futuro não muito distante. Isto, se não for reposta boa parte destas vacâncias, principalmente nas Unidades estabelecidas no interior do Estado, que sofrem mais com a redução de seus quadros.

Apesar do quantitativo de servidores, hoje, ser considerado suficiente, faz-se necessário observar a carência de uma melhor distribuição do quadro de pessoal, principalmente no que concerne a área meio, que conta com insuficiência de servidores em alguns setores. Também no que se refere a área fim, as unidades avançadas e escritório de apoio carecem de profissionais com habilitação específica, ainda que não imbuídos do cargo correspondente, como engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, advogado, para um melhor desempenho das atividades. Distorção que os últimos concursos públicos não conseguiram resolver porque a lotação dos servidores, em edital, era a sede, em Rio Branco, e não o Estado ou unidade do interior específica.

A Unidade Avançada e escritórios dos vales dos rios Juruá, Tarauacá e Envira, como de Cruzeiro do Sul, Tarauacá e Feijó, que cobrem a metade da área do Estado – cerca de 7 milhões de hectares, ou 35% de todos os assentamentos criados e reconhecidos do Acre – são os que mais se ressentem da falta desses profissionais, agravada ainda pelo isolamento da região. O ideal, para os

próximos concursos públicos, é o estabelecimento de vagas para a unidade e localidade específicas, a exemplo do que ocorre com outras instituições como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

As atividades de capacitação da Superintendência estão sendo desenvolvidas de acordo com os recursos disponíveis, a demanda de necessidades e a oferta de cursos. O quantitativo de servidores anualmente capacitados está sendo compatível com o Plano Nacional de Capacitação 2008-2011, do Órgão.

Quanto a política remuneratória, pode-se destacar alguns avanços nos últimos anos, como o acordo que, no triênio 2008/2010, reajustou as remunerações dos servidores do INCRA; o aumento do valor das diárias e o reajuste no valor do Auxílio-Alimentação. Mesmo assim, ainda se pleiteia pontos da pauta de reivindicações que ficaram para ser negociados em um segundo momento e estão compondo a base de mobilização dos servidores do Órgão junto ao Governo.

4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

MOVIMENTO DA CONTA CONTÁBIL 2.1.2.1.1.11.00					
UG	CREDOR (CNPJ/CPF)	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO FINAL
TOTAL					

Fonte:

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

5. Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009				
2008				
2007				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	26.074.407,69			26.074.407,69
2008	43.135.071,71	1.050.775,98	28.082.954,71	14.001.341,02
2007	11.892.297,45	109.062,35	10.718.559,81	1.064.675,29
Observações:				

Fonte: SIAFI

6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s)									
UG / CNPJ		Denominação							
00.375.972/0017-28		Superintendência Regional do Incra no Estado do Acre							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contraparti da Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
1	CRT/AC/9.000/06, Proc. 54260.001715/2006-61, assinado em 24.11.2006.	FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES.CNPJ N: 20.320.503.0001/51	1.781.500,00	178.151,00	1.603.349,00	1.046.208,00	30/11/06	30/06/10	Adimplente
1	CRT/AC/10.000/2007, Proc. 54260.001876/2007-16, assinado em 20.12.2007.	INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO-INST D. MOACIR, CNPJ: 07.827.773/0001-95	1.287.415,60	129.352,00	581.985,00	531.985,00	31/12/07	30/08/10	Adimplente
1	CRT/AC/12.000/08, Proc. 54260.001510/2008-28, assinado em 31.12.2008.	Governo do Estado do Acre CNPJ: 63.606.479/0001-24	22.222.222,22	2.222.222,22	10.000.000,00	10.000.000,00	31/12/08	31/12/10	Adimplente
1	CRT/AC/1.000/09, Proc. 54260.000939/2009-89, assinado em 25.05.2009.	Governo do Estado do Acre CNPJ: 63.606.479/0001-24	10074561,02	919.632,02	5.609.024,80	5.609.024,80	28/05/09	28/05/10	Adimplente

Fonte: Serviço de Desenvolvimento de Assentamentos – SR(14)D2

CONVÊNIO CRT/AC/9.000/06: Tem como objetivos realizar a caracterização ambiental e sócio-econômica, estratificação ambiental, elaboração dos Planos de Desenvolvimento de Assentamento - PDAs, juntamente com os Projetos Básicos dos Assentamentos, com vistas a obtenção da LIO – Licença de Instalação e Operação de forma a consolidar uma estratégia metodológica de abordagem participativa com ferramentas de geoprocessamento que permitam ser instrumento do desenvolvimento sustentável de 37 projetos de assentamento de reforma agrária no Estado do Acre – e a capacitação dos técnicos do INCRA na metodologia utilizada para inclusão no desenvolvimento das ações a serem efetivadas, em conformidade com o plano de ação constante do Projeto, Estudos Temáticos Básicos e de Síntese Sócio-Ambiental em Projetos de Assentamento no Estado do Acre).

Em função das peculiaridades da região norte, principalmente em relação ao alto índice pluviométricos, algumas ações de campo a serem executadas pela conveniente, tais como, prospecção de solo, reuniões com as comunidades, levantamentos planialtimétricos etc, ficaram prejudicadas pela dificuldade de acesso a determinados projetos.

Até o presente momento, foram entregues à SR.14/AC 8 (oito) PDAs, e a previsão, de acordo com planejamento apresentado pela conveniente, é que até 30- 06-2010, sejam entregues os demais.

A elaboração dos PDSAs é de grande importância, uma vez que é nele que deverá conter todas as informações referentes ao contexto sócio-econômico e ambiental dos projetos de assentamentos, que irão nortear o desenvolvimento das atividades previstas para o projeto, de acordo com as especificidades de cada bioma e a elaboração do mesmo deverá ainda contar com a participação dos beneficiários do programa de reforma agrária.

CONVÊNIO CRT/AC/10.000/07: O referido convênio tem por objeto a formação de 120 (cento e vinte) jovens e adultos reconhecidos pelo Incra como beneficiários da Reforma Agrária no Acre, denominado de projeto “Educação Profissional para a Reforma Agrária no Acre – Curso Técnico Agroflorestal”, na Modalidade Pós Médio para os assentados e assentadas de todo o Estado, sendo quatro turmas de 30 alunos distribuídas entre as regionais do Acre. Iniciou suas atividades, mas devido a uma inadimplência da Conveniada junto ao INSS, a mesma não pôde receber a parcela prevista para 2008., o que ocasionou um atraso para iniciar as outras turmas. No final do ano a inadimplência foi resolvida, porém outro problema apareceu: a utilização por parte do Instituto Dom

Moacyr de um código inadequado para a contratação de pessoal, o que foi analisado pela Procuradoria Federal Especializada, e após correção do código, o repasse foi efetuado em 2009.

A turma do Alto Acre, iniciada em 2008, conclui o curso com formatura no dia 28 de agosto de 2009. As demais turmas iniciaram seu curso em 2009, com término previsto para 2010.

CONVÊNIO CRT/AC/12.000/08: Com esses recursos foi programada a recuperação de 150,10 km de ramais com revestimento primário e mais a melhoria de 232,00 km de ramais, situados no PAD Pedro Peixoto, município de Senador Guiomard-AC. Essa ação teve seu início em meados do mês de maio do ano de 2009 e se estendeu até meados do mês de novembro do mesmo ano. Segundo relatório de execução física, atingiu-se 75,91% dos serviços de melhoramento de ramais.

Os serviços de recuperação com revestimento primário serão realizados até o final de 2010.

A ação não atingiu 100% da meta programada devido aos seguintes fatores:

- a) Primeiramente, devido ao cumprimento das etapas para a efetivação do convênio, licitação, liberação de recursos, etc.;
- b) Segundo, devido aos fatores climáticos, reconhecidamente condicionantes aos serviços de construção e ou recuperação de ramais, visto que é inviável qualquer ação de recuperação e ou melhoramento de ramais com alta precipitação pluviométrica, (período chuvoso).
- c) O que encurta o período de efetivo trabalho, de 12 (doze) meses para aproximados 6 (seis) durante o ano civil, que vai de meados do mês de maio até meados de novembro de cada ano.
- d) Demanda maior do que a capacidade operacional do Estado, dado curto período de efetivo de trabalho, devido às condições climáticas.

CONVÊNIO CRT/AC/1.000/09: Com esses recursos foi programada a recuperação com revestimento primário de 8,50 km de ramais, construção de 165,0 km de ramais e mais a melhoria de 2.495 km de ramais, situados em diversos projetos de assentamentos do INCRA, em municípios do Estado do Acre. Essa ação teve seu início em meados do mês de maio do ano de 2009 e se estendeu até meados do mês de novembro do mesmo ano. Segundo relatório de execução física, atingiu-se 71% dos serviços de melhoramento de ramais, 100% dos serviços de recuperação com revestimento primário e 0,0% dos serviços de implantação de ramais.

A ação não atingiu 100% da meta programada devido aos seguintes fatores:

a) Primeiramente, devido ao cumprimento das etapas para a efetivação do convênio, licitação, liberação de recursos, etc.;

b) Segundo, devido também aos fatores climáticos, reconhecidamente condicionantes aos serviços de construção e ou recuperação de ramais, visto que é inviável qualquer ação de recuperação e ou melhoramento de ramais com alta precipitação pluviométrica, (período chuvoso). O que encurta o período de efetivo trabalho, de 12 (doze) meses para aproximados 6 (seis) durante o ano civil, que vai de meados do mês de maio até meados de novembro de cada ano.

c) Terceiro e principalmente, devido ao licenciamento ambiental. Este segue procedimentos demorados como: levantamento de campo, elaboração e apresentação do EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto ao Meio Ambiente.

7. Previdência Complementar Patrocinada

Não houve ocorrência no período.

8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não houve ocorrência no período.

9. Renúncias tributárias

Não houve ocorrência no período.

10. Operações de fundos

Não se aplica.

11A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor responsável pela recomendação	Providências Adotadas
Despacho Pessoal CGU/AC nº 726/2009 Processo: 54260.0001388/2009-71	Retificar o valor do benefício referente ao pagamento de Pensão Civil, suprimindo a indevida vantagem judicial de Gratificação de Zona ou Local.	Serviço de Desenvolvimento Humano da Superintendência do INCRA no Acre	Notificação da pensionista e encaminhamento do processo a Sede em Brasília – DF, para exclusão da rubrica de Decisão Judicial.
Despacho Pessoal CGU/AC nº 197/2009 Processo: 21560.000029/91-17	Incluir o referido processo no SISACnet e posterior restituição ao Controle Interno	Serviço de Desenvolvimento Humano da Superintendência do INCRA no Acre	Inclusão do processo no sistema e encaminhamento ao órgão de controle interno.
Despacho Pessoal CGU/AC nº 220/2009 Processo: 21560.000029/91-17	Retificação do valor dos proventos da proporção de 22/35 para 18/35.	Serviço de Desenvolvimento Humano da Superintendência do INCRA no Acre.	Retificado o valor dos proventos a proporção de 18/35.
Despacho Pessoal CGU/AC nº 198/2009 Processo: 54260.000183/2000-50	Notificar beneficiária de pensão de que o valor dos proventos de sua pensão está errado e que será corrigida ao valor correspondente a 18/35 do que receberia o instituidor em atividade; Ajustar a correções no sistema SISAC.	Serviço de Desenvolvimento Humano da Superintendência do INCRA no Acre	Notificada a servidora e feita os acertos a proporção de 18/35 do instituidor. Feito os acertos no sistema.
Despacho Pessoal CGU/AC nº 250/2009 Processo: 54260.000183/2000-50	Ajustar proporcionalidade do valor da Gratificação de Desempenho – GDARA a 18/35.	Serviço de Desenvolvimento Humano da Superintendência do INCRA no Acre	Procedida a alteração no valor da referida Gratificação.

11B. Determinações e recomendações do TCU

Item 11 da Parte A do Anexo II da DN nº 100, de 07 de outubro de 2009

Cumprimento das Deliberações do TCU

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA					1799
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	028.398/2007-3	5674-44/2008-PL/2	151	DE	OFÍCIO/Nº 368/2008-TCU/SECEX/AC
2	024.554/2006-3	4261-28/2009-2	9.3.1	DE	OFICIO Nº 1299/2009-TCU/Sefip
3	013.786/2008-6	5272-35/2009-2	9.4.1	DE	OFICIO Nº 1612-/2009-TCU/Sefip
4	012.515/2009-7	5653-35/2009-1	1.5.1	DE	OFICIO Nº 226/2009-AECI/MDA
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do Incra no Estado do Acre - SR(14)AC					1799
Descrição da Deliberação:					
1.5.1 Ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – que instaure procedimento disciplinar para investigar o extravio do processo de prestação de contas referente ao crédito instalação aos assentados do seringal Bonfim II, localizados na reserva extrativista Chico Mendes, no Estado do Acre; encaminhando a esta Corte, no prazo de 120 dias, os resultados apurados.					
9.3.1.Faça cessar eventual pagamento ainda pendente que decorra dos atos de aposentadorias considerados ilegais, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta liberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa.					
9.4.1.Faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais nesta oportunidade, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e 262,					

caput, do Regimento Interno do TCU.	
1.5.1.Retificar o abono provisório da interessada, fazendo constar a exclusão das parcelas de planos econômicos, dispensando o envio de novo ato a este Tribunal.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Gabinete da SR(14)AC	1799
Divisão de Administração da Superintendência Regional do Incra no Estado do Acre - SR(14)A	1799
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:	
Através da Portaria/INCRA/SR(14)Nº 07, de 18 de março de 2009, foi criada a Comissão de Sindicância de cunho investigativo com a finalidade de atender a determinação do TCU.	
A Superintendência Regional do INCRA no Acre–SR(14), objetivando atender as determinações do TCU, contida nos itens 9.3.1 do Acórdão 4261-28/2009-2 e 9.4.1 do Acórdão 5272-35/2009-2 , notificou oficialmente os servidores aposentados e procedeu o cancelamento do pagamento da Gratificação de Zona ou Local. Quanto ao item 1.5.1 do Acórdão 5653-35/2009-1, foi procedida a retificação do abono provisório da servidora aposentada.	
Síntese dos resultados obtidos	
A Comissão de Sindicância, criada pela Portaria/INCRA/SR(14)Nº 07, de 18 de março de 2009, ao final das investigações, não conseguindo identificar nenhum culpado para o extravio do processo desaparecido, sugeriu o arquivamento do processo de investigação. No entanto a autoridade julgadora fundamentada no parecer jurídico da Procuradoria Federal Especializada – Informação PGF/PFE/Nº 71, de 6.07.2009 – decidiu encaminhá-lo a Presidência do Incra, para instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar, o que já foi providenciado através da Portaria INCRA/P/Nº 288, de 28/9/2009, gerando o processo nº 54000.002107/2009-68.	
O cumprimento total das determinações proferidas nos Acórdãos.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A dificuldade de notificar os servidores aposentados residentes no interior do Estado, e o encaminhamento dos processos de aposentadoria à Sede do Órgão em Brasília – DF, para solicitação de autorização de exclusão da rubrica de Decisão Judicial, atrasando o cumprimento efetivo da determinação.	

12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Os atos de desligamento e admissão são encaminhados ao órgão de controle interno diretamente pela Sede deste órgão em Brasília – DF.

Segue abaixo, relação dos desligamentos ocorridos nesta Superintendência no exercício 2009, informando que não ocorreu nenhum provimento de cargo no referido exercício:

NOME	CARGO	TIPO	DATA
Eduardo Pacca Luna Mattar	Engenheiro Agrônomo	Vacância	12/01/2009
Marcelo Vasconcelos Borges	Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário	Vacância	26/01/2009
Nilton Sandro Braga	Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário	Vacância	30/12/2009

Os atos de aposentadorias e pensão foram encaminhados ao órgão de controle, conforme relação constante da tabela abaixo:

NOME	TIPO	DATA DO ATO	FUNDAMENTO LEGAL
Guilherme Ferreira de Sena	Aposentadoria Voluntária	15/12/2009	Art.3º, EC nº 47/05
Clinia Maria Alves da Silva	Pensão Temporária	19/08/2009	Art. 217, Inciso II, alínea "a", da Lei 8112/90
Yuri Barbosa Pamplona	Pensão Temporária	17/12/2009	Art. 217, Inciso II, alínea "a", da Lei 8112/90
Maria Rosineide Gonçalves de Souza	Pensão Vitalícia	26/01/2009	Art. 217, Inciso I, alínea "c", da Lei 8112/90
Valdiva Tomaz de Paula	Pensão Vitalícia	12/05/2009	Art. 217, Inciso I, alínea "a", da Lei 8112/90

13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

A declaração de que trata este item, faz parte do processo de prestação de contas anual do exercício de 2009

14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

14.1 Atividades da Sala da Cidadania

Atendimento mensal e anual de todas as atividades executadas

A T E N D I M E N T O	
Anual: 33.886	Média Mensal: 2.823

ATENDIMENTO SOLUCIONADO EXCLUSIVAMENTE PELA SALA DA CIDADANIA

- Inclui atendimento realizado por telefone, consultas, expedição/recebimento de documentos, entre outros.

Tipo de Serviço	Nº atendimento	
	MENSAL	ANUAL
1 – PESQUISA/SISDOC/SISPROT/SIR	564	6.777
2 – FICHA DE ATENDIMENTO/REQUERIMENTO	56	683
3 – CERTIDÃO BENEFICIÁRIO	24	292
4 – CERTIDÃO EX-BENEFICIÁRIO	3	41
5 – CERTIDÃO DE QUITAÇÃO TÍTULO DE DOMÍNIO	20	241
6 – DECLARAÇÃO SEM TERRA	1	10
7 – CÁLCULOS DE TÍTULO DE DOMÍNIO – TD	134	1.615
8 – EMISSÃO DE GRU	111	1.332
9 – AUTORIZAÇÃO DE AFASTAMENTO	2	33
10 – INSCRIÇÕES	1	12
11 – TERMO DE DESISTÊNCIA	2	25
12 – CÓPIAS DE MAPAS	25	311
13 – INFORMAÇÕES/ASSIST.TÉCNICA/PRONAF	14	177
14 – INFORMAÇÕES DIVERSAS	233	2.799

15 – PARTICULAR	34	414
16 – DOCUMENTOS INTERNOS	264	3.173
17 – SISDOC – INCLUSÃO/TRAMITAÇÃO	226	2.717
T O T A L		20.652
TOTAL ARRECADADO C/ PAGAMENTO DE TD	R\$ 1.270.460,71	

As declarações são expedidas para: Banco do Brasil, Banco da Amazônia, INSS, Prefeituras Municipais e Governo do Estado.

ATENDIMENTOS REALIZADOS ATRAVÉS DO:

Tipo de Serviço	Nº atendimento
1 – Linha Direta – INCRA 08007287000	-
2 – Inf. sobre Inscrição de Candidatos a Beneficiários da Reforma Agrária	277
OUTROS: atendimentos realizados por Telefone	778
TOTAL	1.055

DEMANDA ENCAMINHADA PELA SALA DA CIDADANIA A CADA DIVISÃO / SUPERINTENDÊNCIA

DIVISÃO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO

Tipo de Serviço	Nº atendimento
1 – CHEFIA	181
2 – SERVIÇO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS	106
3 – SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	281
4 – SICAF/PATRIMÔNIO	57
5 – SETOR DE TRANSPORTE	243
T O T A L	868

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO

Tipo de Serviço	Nº atendimento
1 – CHEFIA	1.033
2 – COORDENAÇÃO DE PROJETOS	3.510
3 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA/PRONAF	217
4 – SETOR DE CRÉDITO	2.069
5 – TITULAÇÃO	754
6 – CONVÊNIOS/PRONERA	245
T O T A L	7.828

DIVISÃO DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE
ASSENTAMENTO

Tipo de Serviço	Nº atendimento
1 – CHEFIA	64
2 – SIPRA/COMISSÃO	387
3 – GRUPO TÉCNICO AMBIENTAL - GTA	132
T O T A L	583

DIVISÃO DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Tipo de Serviço	Nº atendimento
1 – CHEFIA	47
2 – CADASTRO	1.669
3 – CARTOGRAFIA	335
T O T A L	2.051

G A B I N E T E

Tipo de Serviço	Nº atendimento
1 – AGENDAMENTO/SUPERINTENDENTE	201
OUTROS/INFORMÁTICA	132
T O T A L	333

P R O C U R A D O R I A J U R Í D I C A

Tipo de Serviço	Nº atendimento
1 – CHEFIA	47
2 – PROCURADORES	119
OUTROS	81
T O T A L	247

C O M U N I C A Ç Ã O S O C I A L

Tipo de Serviço	Nº atendimento
1 - DIVERSOS	92
T O T A L	92

D E L E G A C I A F E D E R A L D O D E S E N V O L V I M E N T O A G R Á R I O E D O A B A S T E C I M E N T O - M D A

Tipo de Serviço	Nº atendimento
1 – DIVERSOS	175
T O T A L	175

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA AMAZÔNIA LEGAL

Tipo de Serviço	Nº atendimento
1 – DIVERSOS	2
TOTAL	2

14.2 Programa Pé na Terra, Nosso Chão

Transmitido pela radio Difusora Acreana, emissora pública de comunicação, e levado ao ar todas as segundas-feiras, com trinta minutos de duração, o programa Pé na Terra, Nosso Chão, já há quatro anos tem participação ativa na vida das produtoras, produtores e interessados na Reforma Agrária no Acre e no Brasil.

A assessoria de Comunicação tem levado a conhecimento público, todas as ações do INCRA de interesse direto aos clientes da Reforma Agrária, tais como:

- a) Orientações e disponibilidade de créditos;
- b) Orientações de conduta, para coibir a compra e venda de lotes da Reforma Agrária;
- c) Chamadas, avisos e recados de setores da SR.14/AC às Associações ou seus respectivos presidentes para parceiros, enfim, aos Clientes da Reforma Agrária;
- d) Fortificar a permanência do homem no campo, através de orientações de seus direitos e deveres, a partir do Estatuto da Terra e suas emendas e regulamentações.

O Programa Pé na Terra/Nosso Chão, interfere na vida dos agricultores e agricultoras do nosso estado quanto à formação de opinião; sempre baseado nas leis que respaldam a Reforma Agrária.

Os ouvintes desse Programa pode-se dizer que são ecléticos, pois tem-se recebido cartas, recados verbais, citações em *blogs* e telefonemas desde os seringais mais



Gilmar Santos (F) entrevista convidados

longínquos do Acre, como também de outros Estados e municípios, como: Araçatuba, Guararapes, Tocantins; e até mesmo do exterior: a Bolívia.

Elaborado pela assessoria de Comunicação da SR.14/AC; pelos servidores: Gineide dos Santos (jornalista); Vinicius Braga (jornalista) e Gilmar Rodrigues (Tec. Agrícola), sendo o último o locutor do Programa.

Por ser de utilidade pública e sem custo administrativo para a Superintendência, se está trabalhando para que este programa tenha vida longa. A geografia do Acre, os meios de moradia e de comunicações do público da Reforma Agrária na Amazônia possuem características específicas que tornam o rádio de uma importância única, e nele o Pé na Terra, Nosso Chão.

Participação do Incra-AC na Expoacre 2009

Entre os dias 25 de julho e 2 de agosto de 2009, o estande do Incra na Expoacre recebeu milhares de visitantes que conheceram um pouco sobre a instituição, reforma agrária e o que se produz nos projetos de assentamento. O espaço mostrou a importância da reforma agrária como política pública de promoção da agricultura familiar e produção de alimentos. Mais de 1,2 mil pessoas assinaram o livro de visitas nos nove dias de exposição.



15. Informações Contábeis da Gestão

Anexos ao processo.

16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Indicadores de Desempenho

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de Imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 10.267/2001, de acordo com os prazos definidos pelo artigo 10 do Decreto nº 4.449/02 (Decreto 5.570/05 e Lei 5.868/72), em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br .	51,50%
Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação analisados no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2009, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de processos com análise de certificação finalizada – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. Número de processos de certificação protocolados – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	16,20 %

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de famílias regularizadas e tituladas no exercício nos termos da Lei 11.952/2009 (Amazônia Legal) e IN 45/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<p>(Número de famílias regularizadas e tituladas no exercício dividido pelo número de famílias com processos de regularização fundiária iniciados no exercício (1), no nível de agregação) multiplicado por 100.</p> <ul style="list-style-type: none"> Incluir também convênios firmados com os estados e municípios. 	<p>Número de famílias regularizadas e tituladas – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.</p> <p>Número de famílias com processos de regularização fundiária iniciados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.</p>	0,00%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de Imóveis para a Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuado pelo Incra por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	<p>{valor total da indenização (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício (1), dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício, no nível de agregação (2)}.</p> <p>(1) Não computar complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial em geral, e nem áreas imitadas na posse ocorridas no ano.</p> <p>(2) Utilizar o total de áreas “avaliadas” dos imóveis.</p>	<p>Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR.</p> <p>Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.</p>	405,49 /hectare

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<p>(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício (LP, LI, LO, LIO ou Similares), no nível de agregação), multiplicado por 100.</p> <p>(1) LP, LI, LO, LIO ou Similares. Os numeradores destes indicadores só deverão contabilizar uma Licença por assentamento.</p> <p>(2) O denominador do segundo indicador também deverá contabilizar somente uma licença por assentamento.</p> <p>(3) Não deverão ser contabilizadas as renovações de licenças e outras licenças que não aquelas acima descritas.</p>	<p>Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.</p> <p>Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – Sistema Sipra e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.</p>	716,70%
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licenças em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<p>(número de assentamentos com Licença em vigor, dividido pelo Total de assentamentos Federais (1), no nível de agregação), multiplicado por 100.</p> <p>(1) As licenças contabilizadas neste item são: LP, LI, LO, LIO ou “Similares”. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação. Contabilizar somente PA (Projeto de Assentamento), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) e PAF (Projeto de Assentamento Florestal), assentamentos aos quais o Incra tem a obrigação de licenciar.</p>	<p>Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.</p> <p>Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.</p>	8,90%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100	Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema SIR.	0,00%
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade de Projetos de assentamento com PDA/PRA	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra, dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação, multiplicado por 100.	Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA – Aprovado pela Unidade Gestora responsável pela análise do documento quando da entrega e SIR Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.	91,81%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	62,20%
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia no exercício nos assentamentos, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra.	0,86%
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por ano safra – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	265
Índice de repasse financeiro para Assistência Técnica	Expressa a quantidade financeira repassada às prestadoras de Assistência Técnica, em face do pactuado nos instrumentos do convênio ou documento similar	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	Valor de empenhos liquidados pagos para convenientes, contratadas e parceiras, dividido pelo valor financeiro pactuado nos instrumentos de convênio, contratos e termos de parceria, multiplicado por 100.	Valor de empenhos liquidados pagos para convenientes, contratadas e parceiras de Assistência Técnica – Apurado nos Sistemas SIAFI em relação ao Programa 1427/Ação 4470. Valor financeiro pactuado nos instrumentos de convênio – Conforme instrumentos jurídicos firmados entre a Autarquia e a Entidade Prestadora.	0,00%
Índice de provimento de Assistência Técnica.	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	0,00%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem)	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATEs (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	0,00%
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	Quantidade de parcelas fiscalizadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	1,62%
Número de projetos ambientalmente diferenciados e implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	1

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de consolidação de assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	0,00%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional	Superintendência Regional/Diretoria/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	36,48%
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	11,33 h/a
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status "aprovado" no exercício/Quantidade de convênios com status "comprovado" no exercício)multiplicado por 100.	SIAFI	0,00%
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil.	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	0,00%